

rbca REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

REVISTA EDITADA PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – ANO XLVII Nº 233 – SET/OUT 2018



Reportagem

Prêmio Olivio Koliver incentiva a produção acadêmica

Artigos abordam importantes temas para a profissão

PALAVRA DO PRESIDENTE

A preocupação com a sólida formação acadêmica dos profissionais e com o desenvolvimento da Ciência Contábil praticada no Brasil sempre esteve presente nas ações do Conselho Federal de Contabilidade, constituindo-se política de gestão que ultrapassa mandatos na Presidência do CFC. De fundamental valor histórico para a profissão, o aprimoramento contínuo do conhecimento técnico e científico tem auxiliado a Contabilidade a passar incólume por evoluções e revoluções econômicas e sociais em âmbito mundial.

Assunto de primeira grandeza para nós, gestores do Sistema CFC/CRCs, o desenvolvimento profissional tem sido o objetivo principal de inúmeros eventos e de ações que o CFC e os Conselhos Regionais de Contabilidade promovem no País. São seminários, convenções, encontros, congressos e vários outros tipos de momentos que são especialmente organizados para reunir a classe contábil e tratar de temas importantes, com conteúdo atualizado e significativo para o conhecimento de quem trabalha na área.

Mas, além disso, gostaria de ressaltar, especialmente nesta edição, quando se destaca o Prêmio Olivio Koliver, o papel que a Revista Brasileira de Contabilidade vem desempenhando ao longo de várias décadas, servindo de veículo de ampla propagação de conteúdo acadêmico de alta qualidade. Os artigos a serem publicados na RBC são recepcionados pelos membros do Conselho Editorial, que realizam um criterioso trabalho de avaliação. O Conselho é composto atualmente de professores doutores e doutorandos, representando as regiões do Brasil – e aqui faço parênteses para agradecer este trabalho voluntário que eles fazem em benefício da profissão.

A realização do Prêmio Olivio Koliver é mais uma forma de promover o aprimoramento da Ciência Contábil. Ao selecionar e premiar os autores de artigos considerados os melhores de cada ano – escolhidos pelos membros da banca examinadora e do Conselho Editorial –, a RBC busca incentivar os estudantes de graduação ou de pós-graduação e os também profissionais

Divulgação CFC



Zulmir Ivânio Breda
Presidente do CFC

da área a desenvolverem pesquisas e trabalhos acadêmicos. A geração de conteúdo novo, baseado em experiências, evidências e análises, com metodologia e padrão científico, é um fator imprescindível para o futuro da Contabilidade.

Outro ponto que faço questão de mencionar é sobre a homenagem que a RBC presta ao saudoso Olivio Koliver. Falecido em 2009, ele foi professor universitário, atuou em diversas entidades da área contábil, foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), vice-presidente Técnico do CFC e presidente do Comitê de Investigação Contábil da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC).

Koliver prestou relevantes serviços para a evolução da Ciência Contábil no País. Com a instituição do Prêmio pela RBC, queremos demonstrar o nosso reconhecimento à memória do professor e, em especial, desejamos valorizar o trabalho daqueles que dedicam tempo e esforço a escrever artigos de alta qualidade.

O futuro da profissão passa pelo aprimoramento da Ciência Contábil. Portanto, convido todos a permanecerem atuantes e atualizados, lendo e escrevendo sobre Contabilidade.

Boa leitura.

 *Prêmio*
Olívio
Koliver



REPORTAGEM

Prêmio Olivio Koliver incentiva a produção acadêmica

Por Comunicação CFC

Ao longo de mais de um século, a Revista Brasileira de Contabilidade se consolidou como um dos principais veículos de informação técnica e científica da área contábil do Brasil, publicando trabalhos acadêmicos decorrentes de análises, estudos e investigações de variados campos da Contabilidade. Com a finalidade de incentivar a produção de artigos e contribuir ainda mais para o desenvolvimento da Ciência Contábil, a RBC criou o Prêmio Olivio Koliver, que chega à sua quinta edição este ano.

O artigo premiado em 2018 foi “O que pensam os reguladores sobre as diferenças da contabilidade societária e regulatória no setor elétrico no Brasil após a emissão da OCPC 08”, escrito pela mestranda em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Raquel Damacena Ribeiro, sob a orientação do professor doutor Adolfo Henrique Coutinho e Silva. O trabalho vencedor foi publicado na RBC n.º 224, referente aos meses de março e abril de 2017 ([leia aqui](#)).

A cerimônia de entrega do troféu Olivio Koliver ocorreu durante o XI Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis (ENCPCCC), realizado no dia 29 de setembro, em

São Paulo. O evento foi promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP).

A entrega do Prêmio aos autores foi feita pelo presidente do CFC, Zulmir Breda, e pela coordenadora do Conselho Editorial da RBC, Jacqueline Veneroso Alves da Cunha.

“O desenvolvimento de uma classe profissional não depende apenas de uma prática adequada, mas também de incentivos à pesquisa. Iniciativas como esta são sempre bem-vindas, pois valorizam a produção científica”, afirmou Adolfo Henrique Coutinho e Silva na cerimônia. Já Raquel Damacena

Ribeiro destacou, ao receber o troféu, que o prêmio é um importante incentivo para os pesquisadores. “Minha intenção agora é continuar a pesquisar, trabalhar e contribuir cada vez mais para a classe contábil”, disse ela.

Na reportagem a seguir, os autores falam sobre a produção acadêmica no Brasil e, entre outros pontos, abordam a importância das produções técnicas e científicas para o aperfeiçoamento do profissional da área. Ainda, a relevância do Prêmio Olivio Koliver é ressaltada por membros da banca examinadora – instituída pelo CFC para avaliar os artigos concorrentes – e por membros do Conselho Editorial da RBC.

Autores premiados analisam a produção acadêmica no Brasil

Atualmente mestre em Ciências Contábeis, Raquel Damacena Ribeiro, que escreve o artigo com base em sua dissertação de mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), considera que a produção técnico-científica, no País, aumentou em quantidade, acompanhando o crescimento da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação ligados à área contábil nos últimos anos. “No momento, porém, penso que estamos buscando aumentar a qualidade dessas produções”, pondera a autora.

Raquel afirma que realizar uma pesquisa no âmbito das Ciências Contábeis, no Brasil, não é fácil.

“Uma das dificuldades é entrar em contato com o profissional que está atuando no mercado e tentar promover a aproximação dele com o conhecimento que é desenvolvido na academia”, ela explica, acrescentando que as produções técnico-científicas são grandes auxiliares na educação e no desenvolvimento contínuo, possibilitando a disseminação do conhecimento e beneficiando tanto o profissional da contabilidade como toda a sociedade.

Sobre receber o Prêmio Olivio Koliver, Raquel afirma que foi gratificante. Para ela, mais do que o reconhecimento, fica o sentimento de missão cumprida, “pois o objeti-

vo era abordar um tema atual, que trouxesse discussões que pudessem contribuir com o aperfeiçoamento da prática contábil”. Ainda segundo a autora, além de todo o conhecimento adquirido no desenvolvimento do artigo, o resultado poderá lhe possibilitar crescimento na carreira profissional e acadêmica.

Iniciativas como o Prêmio Olivio Koliver, na opinião de Raquel, favorecem o aprimoramento das produções e pesquisas em contabilidade. E, para aqueles que desejam escrever um artigo técnico-científico, ela dá uma dica: “Procurem por temas que sejam de interesse dos profissionais a área, que promovam debates de qualidade

Foto: Comunicação CRCSP



Da esquerda para a direita: Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, Raquel Damacena Ribeiro, Zulmir Ivânio Breda e Adolfo Henrique Coutinho e Silva ().

e que efetivamente contribuam para o crescimento da Ciência Contábil no Brasil e no mundo”.

Gestão do conhecimento

O professor doutor da UFRJ Adolfo Henrique Coutinho e Silva, coautor do artigo premiado pela RBC, afirma que, no Brasil, já há uma vasta experiência na elaboração de trabalhos técnico-científicos na área contábil. “Essa produção trata de questões práticas, que são relevantes para o dia a dia da classe contábil, assim como promove uma discussão fundamentada sobre os desafios enfrentados e propõe novas soluções para os problemas identificados”, avalia o professor.

Como exemplos, ele cita que, nas décadas de 1980 e 1990, foram publicados artigos técnico-científicos inovadores sobre os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis, assim como houve a discussão de novos mecanismos de tratamento dos problemas associados. Atualmente, segundo Coutinho, diversos estudos técnico-científicos abordam, por exemplo, os novos desafios decorrentes da implementação das normas internacionais de contabilidade do *International Accounting Standards Board* (IASB), no Brasil, e as questões tributárias associadas.

“Penso que precisamos fazer uma melhor gestão do conhecimento gerado ao longo de tempo. Assim, nosso atual desafio é desenvolver um repositório específico que facilite a consulta e a divulgação deste tipo de publicação”, afirma o professor.

Sobre a qualidade da produção científica, na área contábil, Coutinho acredita que melhorou muito nos últimos anos. Segundo ele, notadamente, é possível constatar o aumento da quantidade e da

qualidade das publicações científicas, o que pode ser observado no repositório de artigos científicos mantido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Anpad): www.spell.org.br.

Na opinião do professor, atualmente existe uma grande preocupação dos pesquisadores em gerar publicações que sejam de maior interesse para a classe contábil, tratando de problemas práticos e de

questões teóricas fundamentais, com uma abordagem científica adequada e robusta.

A contribuição que essas produções podem dar para o aperfeiçoamento do profissional da contabilidade, segundo Coutinho, abrangem diversos aspectos: auxílio na solução de problemas práticos; servir de material de apoio para professores e instrutores, de modo a facilitar o aprendizado por parte dos estudantes nos níveis de gradu-

O Prêmio

Com a finalidade de estimular a produção de pesquisas técnicas e científicas na área contábil, o Conselho Federal de Contabilidade, entidade responsável pela edição da RBC, instituiu o Prêmio que leva o nome de um dos maiores expoentes da Contabilidade brasileira, o professor Olivio Koliver, que morreu em 2009.

Participam da seleção para a escolha do melhor artigo, a cada ano, os 36 trabalhos publicados nas seis edições bimestrais da RBC. Nos primeiros meses do ano seguinte, os membros do Conselho Editorial da revista fazem uma pré-seleção, atribuindo suas notas aos artigos. Após essa primeira etapa, os seis artigos mais bem pontuados são submetidos a uma banca examinadora especialmente instituída, pelo CFC, para fazer a análise e escolher o vencedor.

Conheça, a seguir, os artigos premiados nas quatro primeiras edições do Prêmio:

2014. Artigo: “Consolidação da convergência das normas contábeis brasileiras: uma análise sobre o fim do Regime Tributário de Transição”. Autores: Janilson Antonio da Silva Suzar, Jorge de Andrade Costa e Benjamim Cristobal Mardine Acuña. Publicado na RBC nº 202.

2015. Artigo: “Remuneração de executivos e desempenho das companhias abertas brasileiras: uma visão empírica após a publicação da Instrução Normativa da CVM nº 480”. Autores: Juliano Augusto Orsi Araújo, Cláudio Parisi, Aldy Fernandes da Silva e Wilson Toshio Nakamura. Publicado na RBC nº 209.

2016. Artigo: “Reputação corporativa e desempenho: uma análise nas maiores companhias abertas do Brasil”. Autores: Sylvia Rejane Magalhães e André Haroldo Freitas de Moura. Publicado na RBC nº 215.

2017. Artigo: “A relação entre estrutura de custos e o desempenho econômico das empresas de construção civil listadas na BM&FBOVESPA”. Autores: Davy Antonio da Silva, Maria Eliana dos Santos, Elizio Marcos dos Reis e Mateus Rocha Menezes. Publicado na RBC nº 218.

ação e de pós-graduação; e aprimoramento dos regulamentos e normas desenvolvidos pelos órgãos reguladores.

Sobre o Prêmio Olívio Koliver, ele avalia que esta é uma importante forma de reconhecimento do trabalho de pesquisa realizado. “O recebimento desta homenagem amplia a visibilidade da pesquisa realizada e serve como incentivo para a realização de novas publicações. Naturalmente, o prêmio aumenta o interesse de meus alunos de graduação e pós-graduação em elaborar

novas pesquisas em parceria comigo e com outros colegas”, afirma.

Aos que desejam escrever artigos, o professor da UFRJ argumenta que “o desenvolvimento e a valorização de nossa área de conhecimento passa, naturalmente, pelo trabalho conjunto de profissionais e acadêmicos no aprimoramento e progresso da literatura contábil”. Para Coutinho, todos podem contribuir para esse processo ao compartilharem seus conhecimentos sobre questões práticas, que podem ser de interesse de outros profissionais ou dos agentes reguladores.

“Existem diversas revistas especializadas e científicas na área contábil que oferecem um espaço democrático para publicação de estudos sobre variados temas. Recomendo que os colegas busquem desenvolver parcerias com outros profissionais ou acadêmicos, para tornar o processo de elaboração de um artigo técnico-científico uma tarefa menos complexa e para que possam gerar um material de maior qualidade e que será mais facilmente publicado”, explica o professor.

Analistas abordam a importância da pesquisa e do incentivo à elaboração de artigos

“Na minha percepção, a principal relevância de um artigo, qualquer que seja sua classificação, é comunicar à sociedade os resultados de investigações que foram realizadas, muitas delas utilizando dinheiro concedido por agências de fomento”, afirma a coor-

denadora do Conselho Editorial da RBC, professora doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e membro da banca examinadora do Prêmio.

Para serem submetidos à avaliação do Conselho Editorial da

RBC, os artigos devem abordar temáticas relacionadas à Contabilidade e que sejam de interesse para a classe no Brasil. “Aceitamos tanto os artigos que contenham discussões de cunho teórico como aqueles empíricos, que se caracterizam por retratarem problemáti-

“Na minha percepção, a principal relevância de um artigo, qualquer que seja sua classificação, é comunicar à sociedade os resultados de investigações que foram realizadas, muitas delas utilizando dinheiro concedido por agências de fomento.”

cas vinculadas ao mundo real”, informa Jacqueline.

O importante para a RBC, segundo a coordenadora, é que os trabalhos sejam inéditos e contribuam para o avanço da Ciência Contábil. Ela ressalta que, atualmente, a RBC está listada como T4 no sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), chamado de Tecnológico – isso significa que os autores dos artigos publicados, que estejam vinculados a um mestrado ou doutorado profissional, recebem 50 pontos na avaliação da Capes, que é realizada de quatro em quatro anos.

Grande responsabilidade

A professora doutora Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), também compõe a banca examinadora instituída para selecionar o artigo vencedor do Prêmio Olivio Koliver em 2018. Para ela, que é editora adjunta da Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), participar da avaliação do Prêmio não é uma tarefa fácil. “Sinto que é uma grande responsabilidade, mas atribuo minha nota com critérios que permitem a compara-

bilidade entre os trabalhos, sempre avaliando tanto o mérito científico quanto o impacto do conhecimento no campo profissional da Contabilidade”, explica ela.

A qualidade dos trabalhos indicados ao Prêmio Olivio Koliver, na opinião da professora Márcia, tem melhorado. “Este ano senti mais dificuldade na seleção de um único melhor trabalho, pois estavam muito próximos em termos de nota, na minha perspectiva”, disse ela, acrescentando que, embora seja difícil selecionar um artigo em detrimento de outro, são feitas escolhas e avaliações baseadas em critérios.

Aos articulistas, a professora orienta para que busquem, em suas pesquisas e divulgações científicas, o mérito científico, ou seja, elaborar uma pesquisa com coerência, problemática bem delimitada, metodologia sistematizada, plataforma teórica robusta e resultados concretos. Além disso, Márcia sugere que os autores olhem para a perspectiva de inovação e impacto de seus achados para o campo profissional contábil. “Esta é a preocupação essencial da RBC: fazer a diferença na vida dos profissionais da contabilidade por meio de pesquisas que sejam aplicáveis de fato, de forma mais concreta”, destaca ela. Finalizando,

acrescentei que “também gostaria de falar aos autores que seu artigo irá contribuir, sobremaneira, para a aproximação cada vez maior e necessária entre academia e campo de trabalho”.

Foco na qualidade

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores, o professor doutor Orleans Silva Martins, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), membro da banca examinadora do Prêmio Olivio Koliver e editor geral da Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), afirma que houve crescimento quantitativo da pesquisa em Contabilidade, no Brasil, nas últimas décadas.

“Nos últimos 20 anos, é fato que houve o crescimento da quantidade de pesquisas no Brasil, mesmo com todas as dificuldades e a escassez de recursos em nosso País. Na área de Contabilidade, também é possível observar esse avanço”, afirma o professor.

Uma prova disso, segundo Martins, é a quantidade de periódicos científicos que surgiram nos últimos anos. “Hoje temos pouco mais de 30 programas de pós-graduação em Contabilidade no Brasil e, aproximadamente metade deles têm,

“A pesquisa em Contabilidade, especialmente no Brasil, tem se transformado ao longo dos anos. É possível observar avanços na quantidade de estudos publicados, assim como nos métodos utilizados para pesquisa, sejam eles quantitativos ou qualitativos.”

além do curso de mestrado, também o de doutorado. Já as revistas científicas nacionais sobre Sontabilidade, aquelas que têm tal descrição em sua nomenclatura, são mais de 40”, explica o professor, citando que há ainda as revistas de administração e de negócios que também publicam sobre Contabilidade – como a RAE, a RAUSP, a RBGN, etc.

Martins calcula que, considerando que cada uma dessas revistas publica, em média, 24 artigos ao ano, certamente há mais de 1.000 artigos científicos sobre Sontabilidade publicados por ano, “sem contar todos aqueles produzidos por pesquisadores brasileiros e publicados em periódicos internacionais, o que tem sido cada vez mais frequente”.

Para ele, é possível ver que alcançamos, no Brasil, um padrão de ‘quantidade’, e agora perseguimos o padrão de ‘qualidade’. Martins argumenta que o próprio órgão que normatiza e fiscaliza a pós-graduação no Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tem feito movimentos nesse sentido, uma vez que tem deixado de lado o ‘quanto mais melhor’, para exigir dos professores um número limitado de artigos publicados, mas em ‘periódicos de melhor

qualidade’, com maiores alcances e fatores de impacto.

“A pesquisa em Contabilidade, especialmente no Brasil, tem se transformado ao longo dos anos. É possível observar avanços na quantidade de estudos publicados, assim como nos métodos utilizados para pesquisa, sejam eles quantitativos ou qualitativos. Junto a isso, o avanço das tecnologias tem nos permitido realizar estudos mais profundos e com alcance maior. Porém, hoje ainda verificamos no País o ‘mais do mesmo’. A maior parte dos estudos publicados avançam pouco, cientificamente falando”, opina o professor.

Um grande desafio para a área de Contabilidade, de acordo com o editor geral da REPeC, é fazer com que as pesquisas sejam mais relevantes e úteis para a sociedade. “Como contribuir para termos uma sociedade melhor? Temos um imenso potencial para isso, seja por meio de estudos que apontem a melhor evidenciação do patrimônio das empresas, que indiquem avanços em governança ou em auditoria, dando maior confiabilidade às informações das empresas, ou mesmo por meio do avanço em instrumentos de gestão e de controle do patrimônio público, explica ele. Por causa disso, Martins acredita que,

de forma geral, os estudos de hoje têm maior relevância do que os de ontem, e ele espera que os de amanhã sejam ainda mais relevantes do que os de hoje.

Questionado sobre o que uma revista científica na área de Contabilidade deseja dos autores, o editor da REPeC afirma que qualquer periódico que objetiva contribuir com a construção de conhecimento em uma área da ciência espera que seus autores apresentem estudos com fortes fundamentos teóricos, métodos de pesquisa adequados e elevados potenciais de originalidade e agregação de ‘conhecimento novo’.

Concluindo, ele explica: “Esse ‘conhecimento novo’, ou inovação do trabalho, é exatamente o oposto do ‘mais do mesmo’; uma pesquisa que conclua que ‘o aumento das receitas tende a aumentar o lucro, enquanto o aumento das despesas tende a reduzir o lucro’, por exemplo, é ‘mais do mesmo’. E isso é lógico, não tem originalidade e não agrega conhecimento novo à ciência. Por isso temos um desafio no sentido de mudar do padrão de quantidade para o de qualidade das pesquisas científicas, produzindo trabalhos de maior qualidade, com maior potencial de contribuir para uma sociedade melhor”.

Membros do Conselho Editorial dizem o que a RBC espera dos autores

Para a coordenadora do Conselho Editorial da RBC, Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, a revista espera receber, principalmente, bons trabalhos, “que ajudem a solucionar os inúmeros problemas que temos na área contábil”.

Aos autores que encaminham trabalhos para publicação na RBC,

o professor doutor Emanuel Marcos Lima, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), diz que a pesquisa não é um trabalho simples, mas que o esforço e dedicação sempre valem a pena, pois é a partir desses estudos que metodologias, conceitos e atitudes são modificados. Ele afirma

ainda que o Prêmio Olívio Koliver é um reconhecimento ao trabalho escolhido, “mas a publicação do artigo já evidencia o resultado de todo esforço e dedicação desempenhados”.

Ernani Ott, professor doutor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), entende que

“Todos os autores que submetem seus artigos para a RBC, certamente, o fazem com o intuito de contribuir com suas reflexões e pesquisas para o aprimoramento do conhecimento em Contabilidade e, por isso, merecem os cumprimentos e nosso permanente incentivo.”

“todos os autores que submetem seus artigos para a RBC, certamente, o fazem com o intuito de contribuir com suas reflexões e pesquisas para o aprimoramento do conhecimento em Contabilidade e, por isso, merecem os cumprimentos e nosso permanente incentivo”. Segundo Ott, uma vez aprovados para publicação, esses artigos encontram na RBC um veículo apropriado para disseminar o conhecimento, beneficiando a todos os seus leitores, em especial, os profissionais, estudantes e professores de Contabilidade.

Professor doutor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Wenner Glaucio Lopes Lucena lembra que os articulistas devem seguir as regras apresentadas pela

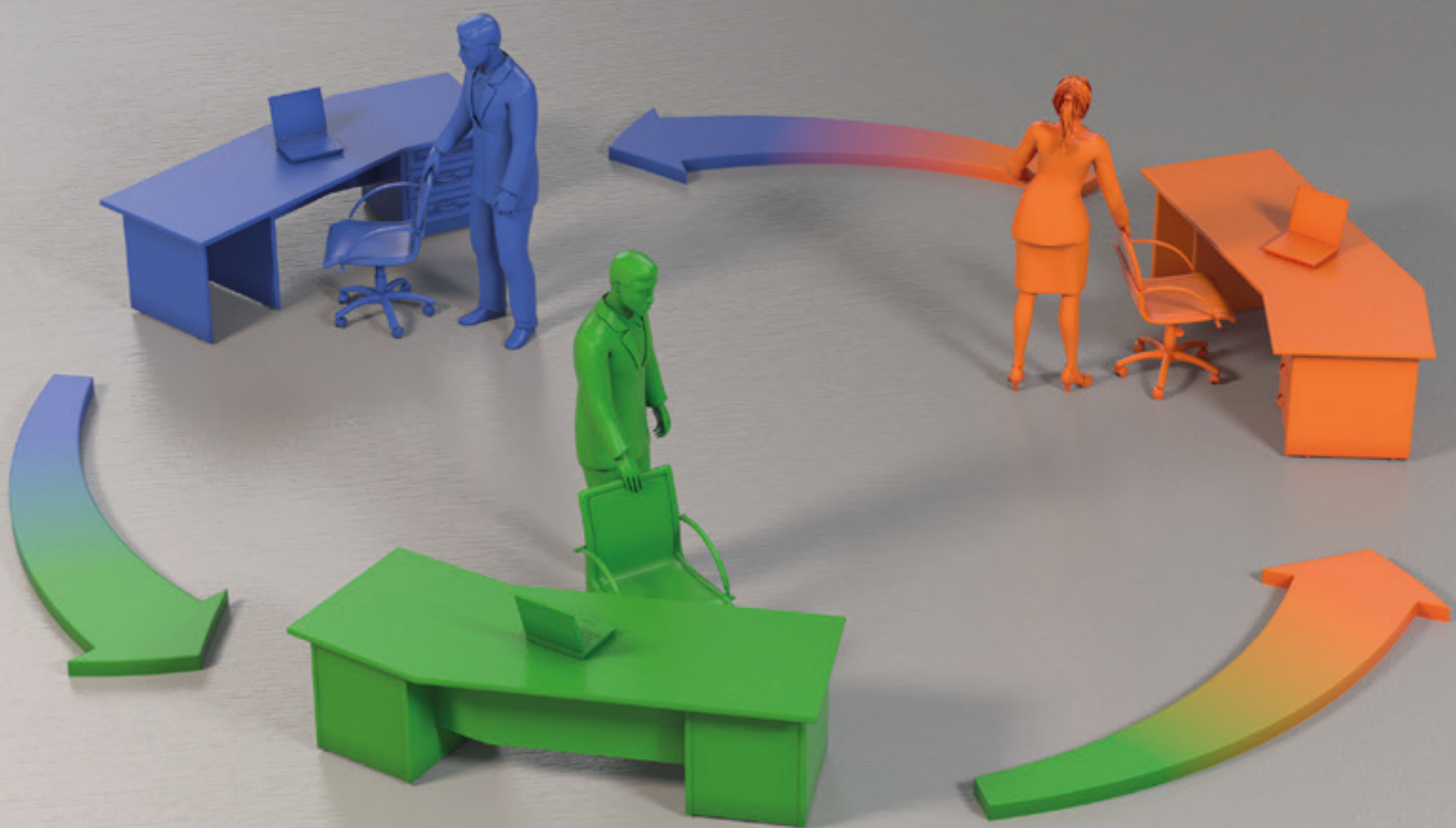
RBC, antes de submeter os trabalhos. Além disso, ele sugere que seja feito um estudo dos principais temas abordados e que, principalmente, os autores não desistam dos seus artigos. “Existem muitos TCCs guardados em bibliotecas que poderiam ajudar sobremaneira as empresas, por isso, não tenha medo de submeter; não pense que seu trabalho não esteja bom; espere as avaliações e, caso não venha a ser aprovado, melhore e submeta-o as outras revistas”, orienta Lucena. Para ele, o trabalho de publicação é árduo, mas, sem dúvida, compensador.

De acordo com a professora doutora Rosimeire Pimentel Gonzaga, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a publica-

ção de artigos científicos ou técnicos é uma forma de divulgar para todos os profissionais o resultado de novas descobertas. Dirigindo-se aos autores, ela afirma: “As publicações poderão lhes trazer, além de reconhecimento, importantes benefícios para suas experiências e desenvolvimento profissional”.

O doutorando José Luiz Nunes Fernandes, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), sugere àqueles que planejam desenvolver trabalho acadêmico que, se possível, as pesquisas privilegiem a realidade brasileira, composta, principalmente, de pequenas e médias empresas e, assim, os esforços sejam direcionados ao estudo do patrimônio e do resultado dessas empresas.





O rodízio de auditores independentes e o gerenciamento de resultados em instituições bancárias: uma análise Econométrica de 1997 a 2013

A implantação do rodízio de auditores independentes teve como intuito a preservação da independência do auditor externo, como também a diminuição das fraudes e erros contábeis das demonstrações financeiras. Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar se o rodízio de auditores independentes interfere no gerenciamento de resultados contábeis em instituições bancárias do Brasil, que tiveram rodízio das empresas de auditoria independente no período de 1997 a 2013. Após uma revisão de literatura sobre auditoria independente, rodízio de auditores independentes, gerenciamento de resultados e perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, efetuou-se uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa com a aplicação do modelo de regressão linear múltipla de Fuji (2004). Utilizou-se dessa metodologia com o propósito de identificar o gerenciamento de resultado por meio da conta de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa. As instituições utilizadas neste estudo foram dois bancos múltiplos, sendo o maior de economia mista em ativos totais e outro sendo o maior de capital privado. Os resultados evidenciam que no exercício em que existe a troca das empresas de auditoria independente o gerenciamento de resultado não é necessariamente amenizado em relação ao seu exercício anterior.

Monara Reis Silva Brandão

Aluna do curso de Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) – *Campus Varginha*/ MG

Monara: monara_ma@hotmail.com

Leandro Lima Resende

Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) – *Campus Varginha* (MG)

Leandro: leandro.resende@unifal-mg.edu.br

Luiz Kennedy Cruz Machado

Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Lavras (Ufla)

Luiz Kennedy: luizken@yahoo.com.br

2103 – Recebido em 20/7/2018. Distribuído em 20/7/2018. Pedido de revisão não houve. Aprovado em 27/8/2018, na segunda rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição setembro-outubro de 2018. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

A Contabilidade é uma ciência social aplicada e tem como função básica informar e auxiliar os usuários na tomada de decisão. Segundo Ludícibus (2004), o principal objetivo da Contabilidade caracteriza-se pelo fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de modo a auxiliar nas tomadas de decisões. Podem-se identificar esses usuários como sendo administradores, entidades governamentais, funcionários, investidores, emprestadores de recursos, entre outros.

À medida que esta ciência foi evoluindo, viu-se a necessidade de se identificarem quais seriam as premissas básicas que a orientaria. Dessa forma, criaram-se os princípios contábeis, sendo estes normas padronizadas para os registros contábeis. Essas normas foram introduzidas pela publicação da Lei n.º 6.404 no ano de 1976. Porém, devido ao advento da globalização e em entendimento às necessidades da sociedade brasileira, muitas modificações já foram feitas até os dias de hoje, como, por exemplo, a criação das Leis n.ºs 11.638/07 e 11.941/09. Esta mudança da legislação teve como objetivo harmonizar as normas contábeis com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Segundo Santos e Grateron (2003), os princípios e normas contábeis apresentam algumas características, entre elas, podem-se destacar:

- Existência de múltiplas estimativas.
- Flexibilidade, arbitrariedade e subjetividade na aplicação.
- Diferentes, porém válidas interpretações dos princípios e normas contábeis.
- Conceito base de Imagem Fidedigna pouco claro ou indeterminado.
- Cuidados da administração na aplicação de princípios como prudência, confrontação de receitas e despesas e uniformidade.

Esses princípios e normas contábeis precisam ser auditados. Dessa forma, a Lei n.º 6.404, no ano de 1976, também introduziu a auditoria independente para as Companhias Abertas no Brasil, a qual consiste, segundo Reis (2009, p. 18), “no exame das operações, atividades e sistemas de determinada empresa, com vistas a verificar se são executados ou funcionam em conformidade com determinados objetivos, orçamentos, regras e normas.” Assim, a auditoria deve verificar se há uma exatidão dos registros contábeis, evidenciando se refletem adequadamente a situação patrimonial da empresa.

Diante das características das normas contábeis, citadas anteriormente, pode-se perceber que elas são de ordem subjetiva, possibilitando brechas no momento da realização das demonstrações. Dessa forma, alguns gestores e contadores conseguem manipular, de forma legal, informações em prol de interesses particulares. Assim, as demonstrações financeiras publicadas podem não representar de maneira fidedigna a realidade da entidade, mesmo estando em consonância com as leis vigentes. O conceito que expressa essa manipulação é o gerenciamento de resultados, conhecido também como *Earnings Management* na literatura internacional.

O gerenciamento de resultados, segundo Goulart (2007, p.30), “pode ser entendido como uma forma de interferência de interesses específicos dos preparadores de demonstrações contábeis no conteúdo ou na forma de apresentação e divulgação de informações por parte das empresas”. Assim, o gerenciamento, mesmo não sendo fraude ou ato ilícito, afeta negativamente a função das demonstrações financeiras, pois elas devem fornecer informações úteis e confiáveis para aqueles que as utilizam seja para qual for seu fim. Por esses motivos, alguns autores rejeitam a prática de gerenciamentos de resultados.

Em função do exposto acima, pode-se atrelar que essas brechas acabaram levando algumas organizações a cometerem tais gerenciamentos, o que acabou entrando em falência e/ou envolvendo-se em escândalos. Há evidências de que há tal gerenciamento, segundo Bispo (2010), ocorre um pouco antes e logo após a abertura de capital.

Perante a onda de escândalos contábeis que estavam ocorrendo, a partir da segunda metade da década de 1990, envolvendo grandes empresas e bancos, viu-se a necessidade de algumas mudanças nas normas contábeis brasileiras. Dessa forma, foi introduzido o rodízio de firmas de auditoria pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em março de 1996 pela Resolução n.º 2267. Posteriormente, em maio de 1999, esta norma foi adotada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio da Instrução n.º 308 como uma resposta à sociedade para demonstrar que tais instituições estavam atentas à fiscalização.

O principal objetivo do rodízio de empresas de auditoria foi com o intuito de preservar a ética e independência dos auditores independentes, bem como a eliminação dos erros e fraudes contábeis que estão relacionadas com a auditoria externa das demonstrações contábeis. A alega-



“Perante a onda de escândalos contábeis que estavam ocorrendo, a partir da segunda metade da década de 1990, envolvendo grandes empresas e bancos, viu-se a necessidade de algumas mudanças nas normas contábeis brasileiras.”

ção dos defensores do rodízio é de que os relacionamentos prolongados entre as empresas auditadas e os auditores geram resultados viciados.

O presente estudo foca em instituições bancárias, que, segundo Saunders (2000) *apud* Santos (2007), pode-se destacar que elas são entidades especiais, com regulamentação específica, voltadas para a atividade de intermediações e que perturbações ou interferências importantes podem produzir efeitos prejudiciais para o restante da economia. As operações de crédito, segundo Fuji (2004), representam a principal fonte de receitas das instituições bancárias, principalmente após o Plano Real, ante o cenário de estabilização monetária e queda de receitas. Com este cenário, cresceu a importância de um adequado reconhecimento das perdas prováveis e um consistente dimensionamento do risco de crédito.

Neste contexto, a questão problema que se objetiva a responder neste trabalho é: **Qual é o impacto do Rodízio de Auditores Independentes no gerenciamento de resultados em instituições bancárias?** Sendo assim, o objetivo deste trabalho é verificar se o rodízio de auditores independentes interfere no gerenciamento de resultados contábeis em instituições bancárias do Brasil.

A carência na produção científica de estudos, na área do rodízio de empresas de auditoria, e o gerenciamento de resultados são grandes, principalmente em relação a bancos. A maioria dos trabalhos acadêmicos existentes é voltada para as companhias abertas não bancárias. Dessa forma, devido aos grandes escândalos contábeis envolvendo grandes corporações, a necessidade de estudos nessa área torna-se essencial.

Assim, tal estudo pode ser justificado por abordar um tema de grande relevância, atingindo os resultados financeiros publicados pelas instituições bancárias, com ampla influência no mercado brasileiro. Por fim, este estudo será realizado em dois bancos, um privado e outro de economia mista.

2. Revisão bibliográfica

2.1 Auditoria Independente

De acordo com Pacheco et al. (2004) *apud* Bassetti (2011), embora a origem da auditoria seja muito discutida por especialistas, torna-se essencial relacioná-la com o início das atividades econômicas desenvolvidas pelo ser humano. Dessa forma, segundo Ricardino e Carvalho (2003), é difícil determinar o surgimento do primeiro trabalho de auditoria in-

dependente no Brasil. Mas tem-se como o primeiro fato registrado sobre auditoria o balanço da São Paulo *Tramway Light and Power Company*, feito entre junho de 1899 e dezembro de 1902, certificado pela empresa canadense de Auditoria Clarkson & Cross – atualmente Ernst & Young.

Ainda de acordo com Ricardino e Carvalho (2003), a primeira empresa de auditoria a se instalar no Brasil foi a Deloitte Touche Tohmatsu, no Rio de Janeiro, no ano de 1911. Mas, naquela época, o país estava longe de ter preocupações com o respectivo assunto. Os primeiros trabalhos sobre ele apenas surgiram a partir de 1928.

Segundo Reis (2009), a auditoria consiste no exame das operações, atividades e sistemas de determinada organização, com o intuito de verificar se são executados ou funcionam em conformidade com determinados objetivos, orçamentos, regras e normas contábeis. Ainda de acordo com Reis (2009), auditoria é o ato de confrontar a condição – situação encontrada – com o critério – situação que deve ser (normas e procedimentos predeterminados). A definição dos critérios de auditoria é de fundamental importância para a realização dos exames.

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon)

(1998, p. 23) define que “o objetivo de uma auditoria das demonstrações contábeis é habilitar o auditor a expressar uma opinião sobre se as demonstrações foram preparadas, em todos seus aspectos relevantes, de acordo com uma estrutura conceitual identificada para relatórios contábeis.”. Segundo Becker et al. (1998) *apud* Martinez e Reis (2010), a auditoria reduz as assimetrias de informação existentes entre os gestores e os demais interessados na organização, possibilitando que os que se encontram externos a organização acreditem nas suas demonstrações financeiras.

No que se refere ao aspecto legal, a regulação da atividade de auditoria só ocorreu a partir de 1965 e apenas foi fortalecido em 1976, com a Lei n.º 6.404 – Lei das Sociedades por Ações. Segundo Ricardino e Carvalho (2003), esta mesma lei estabeleceu a obrigatoriedade da Auditoria Independente para as sociedades e as demonstrações contábeis de grupos que incluem sociedades. De acordo com tal legislação, os profissionais que exercem a auditoria independente devem estar registrados na CVM. A CVM também foi criada no ano de 1976, pela Lei n.º 6.385, com a responsabilidade de normatizar os procedimentos contábeis e os trabalhos de auditoria das empresas de capital aberto, como também exercer as funções de fiscalização, semelhantes à *Securities and Exchange Commission* (SEC) norte-americana (PACHECO, OLIVEIRA E GAMBA, 2010).

Por meio da Instrução n.º 308/99, a CVM prevê o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários como também define os deveres e as responsabilidades dos administradores das organizações auditadas no relacionamento com os auditores independentes. Em relação à atuação do auditor independente, Cunha et al. (2009) afirmam que a referida instrução pretende garantir sua independência frente à empresa auditada e a qualidade de sua auditoria. A instrução impede que os auditores independentes prestem serviços de consultoria a empresa auditada e que mantenham títulos mobiliários dela (ou de controladas) e também prescreve penalidades como advertências, multas e suspensão e cancelamento de registro para o caso de má atuação (ASSUNÇÃO E CARRASCO, 2008).

A Resolução n.º 3.198/2004, do Bacen, determina, em seu artigo primeiro, que devem ser auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), desde que atendam aos requisitos mínimos a serem fixados pelo Banco Central do Brasil, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as sociedades de crédito ao microempreendedor; das câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação [...].

2.2 Rodízio de Auditores Independentes

Perante a onda de escândalos contábeis ocorridos a partir da segunda metade da década de 1990 que o assunto rodízio de “auditores independentes” passou a ser foco de discussão no mercado. Desde

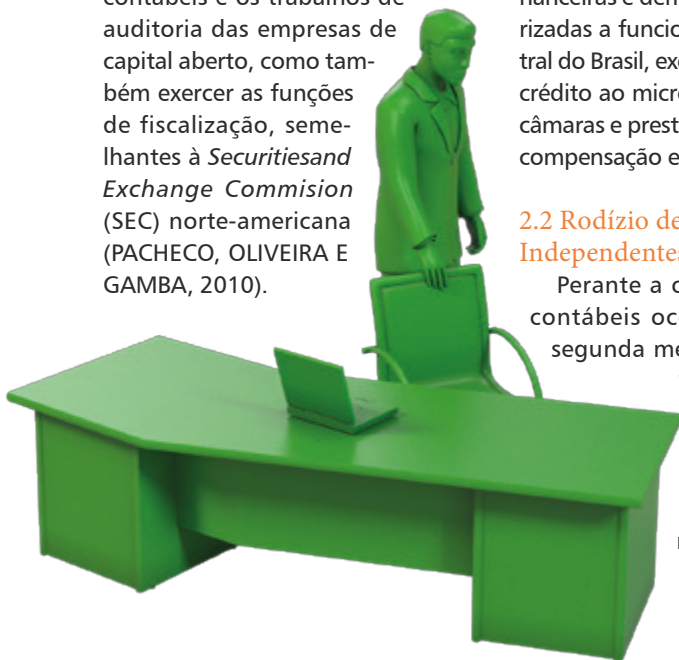
então, várias medidas foram tomadas por entidades reguladoras.

A Instrução n.º 308 também estabelece em seu Art. 31 a respeito do rodízio de auditores independentes, na qual o auditor deve ser substituído depois de cinco anos no máximo e só poderá ser recontratado após três anos. Para ser mais específica, a instrução estabelece que:

“O Auditor Independente - Pessoa Física e o Auditor Independente - Pessoa Jurídica não podem prestar serviços para um mesmo cliente, por prazo superior a cinco anos consecutivos, contados a partir da data desta Instrução, exigindo-se um intervalo mínimo de três anos para a sua recontração.” (Art. 31, Instrução CVM número 308, 1999)

Esta instrução pretende evitar o relacionamento em longo prazo entre auditor e empresa auditada, por acreditar-se que um longo relacionamento pode colocar em risco a qualidade da prestação deste serviço, como também, de acordo com Assunção e Carrasco (2008), ela pretende contribuir para a diminuição da independência do primeiro em relação ao segundo na execução de seu trabalho. Esta obrigatoriedade também foi instituída pelo Banco Central em março de 1996 por meio da Resolução n.º 2267.

Em adição ao rodízio, a Resolução n.º 3.170/2004 do Bacen obriga instituições financeiras com patrimônio superior ou igual a R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) a constituírem comitês independentes de auditoria. Eles são responsáveis pelo apontamento e supervisão de auditores externos. Como seus membros têm mandato fixo, em adição ao rodízio de auditores, há uma rotatividade no comitê de auditoria. Esse mandato fixo dos membros do comitê deve se no máximo cinco anos e no mínimo três.



Porém, em 11 de setembro de 2008, houve uma mudança em relação ao rodízio. Os bancos e demais instituições supervisionadas pelo Bacen foram dispensadas do rodízio de auditoria independente. A Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) n.º 3.606/2008 modificou o Art. 9º da Resolução n.º 3.198/2004 do CMN, alterando o conceito de “auditor independente”. Pela resolução de 2004, o rodízio deveria ser da empresa de auditoria, mas, pela nova resolução, o rodízio será apenas do responsável técnico e sobre a equipe de auditores independentes das empresas contratadas (Quadro 1).

Em relação à nova resolução, a CVM, por meio da Deliberação n.º 549/2008, dispôs sobre a rotatividade dos auditores independentes no âmbito do mercado de valores mobiliários e deliberou a facultatividade para as companhias abertas da substituição de seus atuais auditores independentes até a data de emissão do parecer de auditoria para as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a se encerrar em 2011. Entretanto, as companhias abertas que quiserem substituir seus auditores independentes anterior ao ano de 2011 deverão contar normalmente, como antes, o prazo de cinco anos como instituído na Instrução n.º 308/1999 da CVM, a partir da contratação. Essa modificação para o exercício de 2008 foi realizado para não comprometer o processo de adaptação das instituições financeiras aos novos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações, introduzidos pela Lei n.º 11.638/2007. Esse novo critério sobre o rodízio tende a reduzir os custos de contratação de auditorias externas.

Ainda em relação à facultatividade dos auditores independentes Cunha et al. (2009) explicita que:

“A Comissão de Valores Mobiliários facultou a rotatividade dos auditores independentes, em virtude da

Lei n.º 11.638/07, que implementou alterações relevantes na contabilidade das companhias que deverão ser introduzidas até o exercício social de 2010, com a adoção plena das normas internacionais de contabilidade (IFRS); de forma a permitir aos auditores uma melhor avaliação sobre as informações contábeis divulgadas em observância ao novo arcabouço normativo alinhado as normas internacionais de contabilidade”.

De acordo com o mencionado por Azevedo e Costa (2012), os opositores da rotatividade de auditores independentes defendem que a qualidade da auditoria não é apenas decorrente da independência, mas envolve outros fatores, como o conhecimento específico sobre o cliente, diminuído na mudança. Já os defensores alegam que longos mandatos levam a uma maior intimidade com o cliente, reduzindo a independência, bem como defendem que o rodízio assegura aos auditores independentes maiores incentivos a não ceder às pressões dos gestores, por meio da manutenção do “compromisso e comprometimento” dos auditores com a independência e ética na execução dos trabalhos de auditoria.

2.3 – Gerenciamento de Resultados

Gerenciamento de resultados pode ser definido segundo Decourt, Martinewski e Pietro Neto (2007)

apud Silva e Bezerra (2010) como a “manipulação dos dados com o objetivo de atender aos interesses do administrador e, não dos acionistas de modo geral”, sendo uma prática reprovada e não sendo desejável pelos investidores, pois tal gerenciamento mascara a realidade patrimonial. Azevedo e Costa (2012) também afirmam que tal prática advém de escolhas contábeis por razões oportunistas interferindo no resultado da instituição, geralmente expropriando de algum outro investidor, credor ou governo. Dessa forma, o único a ser beneficiado pela assimetria de informação seria o gestor.

Segundo Martinez (2008), o gerenciamento de resultados é uma maneira de tratar a diferença que há entre a contabilidade pelo regime de caixa e a contabilidade pelo regime de competência. Essa diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional é chamada de *accruals* (acumulações). Esses *accruals* (acumulações) podem ser definidos como todas as contas de resultado que entraram na computação do lucro, mas não necessariamente afetará em movimentação de disponibilidades. Os *accruals* podem ser divididos em discricionários (*discretionary accruals*) e não discricionários (*non discretionary accruals*).

Os *accruals* não discricionários seriam os exigidos de acordo com a realidade do negócio. Já os *accruals*

Quadro 1 - Resolução n.º 3.606/2008 versus a Resolução n.º 3.198/2004

Atual – Resolução n.º 3.606/2008	Anterior – Resolução n.º 3.198/2004
As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, exceto as sociedades de crédito ao microempreendedor e as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação, devem proceder a substituição do responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, depois de emitidos pareceres relativos a, no máximo, cinco exercícios sociais completos.	As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, exceto as sociedades de crédito ao microempreendedor e as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação, devem proceder a substituição do auditor independente contratado, no máximo, após emitidos pareceres relativos a cinco exercícios sociais completos.

Fonte: Cunha et al. (2009).

discricionários seriam artificiais, tendo como propósito “gerenciar” o resultado contábil (MARTINEZ, 2008). Dessa forma, consideram-se os *accruals* discricionários como uma *proxy* empírica para detectar o gerenciamento de resultado.

O termo *Earnings Management*, geralmente utilizado na literatura, consiste no gerenciamento de resultados dentro dos limites legais, considerando-se a discricionariedade e a flexibilidade permitidas pelas normas e práticas contábeis (FUJI, 2004).

Em relação ao gerenciamento em instituições bancárias, Goulart (2007) afirma que a transparência é uma das bases para um sistema financeiro sólido, razão pela qual os bancos centrais de diversos países e órgãos internacionais defendem a divulgação das informações evidenciando adequadamente sua respectiva situação patrimonial, financeira e de resultados, além de outros aspectos como a estrutura organizacional, controles internos e gestão de riscos. O mesmo autor expõe que a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) é um potencial instrumento para gerenciamento de resultados por parte dos bancos.

2.4 – Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

O Art. 183 da Lei n.º 6.404/1976, alterado pela Lei n.º 11.638/2007, no seu item I-b, de-

termina que empresas sob a forma de sociedades anônimas deverão avaliar suas aplicações em direitos e títulos de crédito pelo “valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior”. A diferença entre esses dois valores constitui na “perda estimada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD” ou “provisão para devedores duvidosos”, que assim era chamada antes da adoção às normas internacionais de contabilidade.

Fuji e Carvalho (2005) classificam a provisão para créditos de liquidação duvidosa como sendo uma das contas que envolvem estimativas de perdas e, por conseguinte, caracteriza-se pela subjetividade e julgamento. Os parâmetros para a constituição da provisão para perdas são definidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, de 21 de dezembro de 1999, que prevê que as operações de crédito devem ser classificadas por ordem crescente de risco de acordo com uma escala de nove níveis. Essa resolução da CMN tem como base o Acordo de Basileia de 1988. A norma contempla parâmetros específicos para a classificação, como a determinação de que após determinado tempo de atraso o crédito deva ser reclassificado ou baixado, conforme o caso. Dessa forma, segundo Dantas (2012), a administração deve utilizar critérios consis-

tentes e verificáveis, com base em informações internas e externas

Como regra geral, a resolução CMN n.º 2.682/1999 prevê que a classificação das operações de crédito deverá ser revista mensalmente, ocasião na qual serão classificadas de acordo com a quantidade de dias em atraso, conforme pode ser observado no Quadro 2.

Segundo Goulart (2007), a discricionariedade sobre a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa e seus efeitos em relação à solidez do sistema bancário tem sido objeto de debate entre profissionais, acadêmicos e reguladores. Embora o processo de determinação do nível de estimativa para que decorra tais perdas, necessariamente, de um julgamento da administração, isso não pode ser usado para manipular os resultados ou enganar partes envolvidas. Dantas (2012) destaca a relevância de demonstrações financeiras apropriadas tanto para os investidores quanto para a própria solidez do sistema bancário.

Segundo Alali e Jaggi (2010) apud Dantas (2012), há uma crença generalizada no mercado de que os administradores dos bancos usam extensivamente a PECLD para manipular os resultados divulgados, o que tem sido foco de preocupação dos reguladores. Essa concentração pode ser justificada segundo Kanagaretnam, Lobo e Mathieu (2003) apud Dan-

Quadro 2 – Classificação das operações de crédito por níveis de risco em função do atraso e percentual de Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

Classificação do nível de risco	Atraso em dias	PECLD sobre o valor das operações
“AA”	Sem atraso	-
“A”	Até 14 dias	0,5%
“B”, no mínimo	Entre 15 e 30 dias	1,0%
“C”, no mínimo	Entre 31 e 60 dias	3,0%
“D”, no mínimo	Entre 61 e 90 dias	10,0%
“E”, no mínimo	Entre 91 e 120 dias	30,0%
“F”, no mínimo	Entre 121 dias e 150 dias	50,0%
“G”, no mínimo	Entre 151 dias e 180	70,0%
“H”	Superior a 180 dias	100%

Fonte: Adaptado da Resolução CMN n.º 2.682/99

tas (2012) pelo fato de essas perdas estimadas representarem os maiores *accruals* (acumulações) dos bancos, desempenhando papel fundamental nas decisões dos gestores sobre eventuais manipulações contábeis.

3. Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como sendo descritiva, na qual, segundo Gil (2006), tem como objetivo classificar, narrar e descrever sobre as características de determinada população. Quanto à abordagem, ela se caracteriza como sendo quantitativa, pois tem como finalidade a relação entre as variáveis. A análise quantitativa caracteriza-se pela objetividade das informações por meio da utilização de técnicas estatísticas para o tratamento dos dados afim de generalização dos resultados buscados (VERGARA, 2008).

Os dados foram anuais coletados no site da CVM e inflacionados, ou seja, trazidos a valor presente até o ano de 2013, pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), coletado no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipeadata). O período de pesquisa compreende os anos entre 1997 e 2013.

As instituições que foram objetos de estudo são dois bancos múltiplos, sendo o maior banco de economia mista e o segundo maior de capital privado, escolhidos em relação ao seu ativo total (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014). O motivo pela não escolha de estudar o maior banco múltiplo de capital privado se deu em função de ele ter passado por um processo relevante de fusão no período compreendido no estudo.

A análise de regressão linear múltipla foi utilizada como principal método de estudo. Para este trabalho, o modelo utilizado foi o modelo proposto por Fugui (2004),

o qual foi adaptado, pois foi inserida uma variável *dummy*, sendo expresso por: (Figura 1)

Utilizou-se o *software Gretl* a fim de realizar a regressão múltipla ajustada pelo método dos mínimos quadrados ordinários e obter os resultados fornecidos pelos dados amostrais.

4. Análise dos Resultados

A partir dos dados coletados, foi possível estimar o modelo de regressão, no qual obteve um resulta-

do significativo para os dois bancos. Porém, algumas variáveis não foram significativas para o modelo, sendo ele ajustado, e os resultados se encontram na Tabela 1 e 2.

Segundo a Tabela 1, o coeficiente de determinação do modelo (R^2) foi de, aproximadamente, 98,7%, com uma significância inferior a 1%.

Em relação ao Banco de economia mista, o coeficiente de determinação do modelo (R^2) foi de, aproximadamente, 88%, com uma significância inferior a 1%, conforme a Tabela 2.

Figura 1

$$\text{DespDevDuv} = \alpha_0 + \alpha_1\text{Res} + \alpha_2\text{P} + \alpha_3\text{Op.Cred} + \alpha_4\text{Audit} + u$$

Em que:

(a) DespDevDuv = Despesas – Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa;

(b) α_0 = intercepto;

(c) Res = Resultado Líquido do Exercício, excluindo as perdas estimas para créditos de liquidação duvidosa;

(d) P = Passivo Exigível;

(e) Op.Cred = Operações de crédito;

(f) Audit = variável *dummy*, que representa a auditoria independente, incorporado no modelo com valor 1 no ano da troca da empresa de auditoria e valor 0 para os demais anos; e

(g) u = erro.

Tabela 1 – Modelo Ajustado: Mínimos Quadrados Ordinários – Banco de capital privado

Modelo Mínimos Quadrados Ordinários			
Variável dependente: DespDevDuv			
Variáveis Independentes	Coefficiente	razão-t	p-valor
Resultado	-0,475216	-28,8684	<0,00001***
Auditoria	1.001.940	2,3172	0,03504**
R-quadrado	0,986612	P-valor(F)	8,92e-15

Fonte: Dados do trabalho (2014)

Nota: * significativo à 10% ** significativo à 5% *** significativo à 1%

Tabela 2 – Modelo Ajustado: Mínimos Quadrados Ordinários – Banco de economia mista

Modelo Mínimos Quadrados Ordinários			
Variável dependente: DespDevDuv			
Variáveis Independentes	Coefficiente	razão-t	p-valor
Constante	-5.883.340	-3,7861	0,00227***
Resultado	-0,836359	-8,2297	<0,00001***
Operação de Crédito	0,259666	5,5884	0,00009***
Auditoria	2.556.570	2,0985	0,05597*
R-quadrado	0,880107	P-valor(F)	2,96e-06

Fonte: Dados do trabalho (2014)

Nota: * significativo à 10% ** significativo à 5% *** significativo à 1%

Assim, a partir das regressões, realizaram-se os cálculos para identificação da existência, ou não, do gerenciamento de resultados nas instituições bancárias utilizadas no estudo exposto nas Tabelas 3 e 4.

Podem ser identificados na Tabela 3 indícios do gerenciamento de resultado do banco de capital privado, considerando dois anos anteriores à troca de auditoria e dois anos posteriores à troca de auditoria. Os valores que se encontram na linha da PECLD estimado pela regressão é uma previsão da regressão.

Analisando a tabela anterior, observa-se que, nos anos entre 2000 e 2001, do Banco capital privado, há evidências que o gerenciamento foi amenizado, pois, no ano de 2000, houve evidência

de um gerenciamento de 40,10% das perdas para aumentar o lucro e em 2001 essa porcentagem caiu para um gerenciamento de 35,34% das perdas, possivelmente também visando aumentar o lucro. Já nos anos entre 2005 e 2006, 2010 e 2011, o gerenciamento não foi amenizado, apresentando no ano de 2005 um gerenciamento de -15,95% das despesas para diminuir o lucro e, em 2006, essa porcentagem aumentou para um gerenciamento de 18,07% das perdas, provavelmente objetivando também aumentar o lucro.

Também se pode observar na Tabela 3 que nos anos que precedem o processo de troca de empresa de auditoria, bem como nos anos posteriores, percebe-se que, mesmo sem a troca de empresa de

auditoria, há evidências de um gerenciamento de resultado em relação à variável PECLD. Porém, devido a pequena quantidade de variáveis que influenciam o gerenciamento utilizados no estudo, não se pode afirmar que há o gerenciamento de resultados, apenas pode-se afirmar que há indícios de tal gerenciamento.

Podem-se identificar na Tabela 4 evidências do gerenciamento de resultado do banco de economia mista, também considerando dois anos anteriores à troca de auditoria e dois anos posteriores. Observa-se que, nos anos entre 2000 e 2001, do Banco de economia mista o gerenciamento não foi amenizado, pois, no ano de 2000, houve um gerenciamento de 47,69% das perdas para aumentar o lucro

Tabela 3 – Resultado do gerenciamento do Banco de capital privado

Valores em mil reais	Período Anterior		Período Posterior		Total
	1999	2000	2001	2002	
Capital Privado					
PECLD conforme Demonstração Financeira	5.400.518,41	3.827.728,09	4.626.726,78	5.379.407,74	19.234.381,0
PECLD estimado pela regressão	3.480.332,98	2.292.551,38	2.991.787,44	3.934.622,79	12.699.094,6
Gerenciamento	1.920.185,43	1.535.176,71	1.634.939,34	1.444.784,95	6.535.286,4
% do gerenciamento	35,55%	40,10%	35,34%	26,86%	33,98%
	2004	2005	2006	2007	
PECLD conforme Demonstração Financeira	3.103.794,34	3.145.467,55	5.147.126,13	8.640.446,80	20.036.834,8
PECLD estimado pela regressão	3.105.301,62	3.647.124,19	4.216.964,58	8.804.106,41	19.773.496,8
Gerenciamento	(1.507,28)	(501.656,64)	930.161,55	(163.659,61)	263.338
% do gerenciamento	-0,05%	-15,95%	18,07%	-1,89	1,31%
	2009	2010	2011	2012	
PECLD conforme Demonstração Financeira	12.680.548,80	8.964.636,62	9.871.222,31	10.383.299,93	41.899.707,7
PECLD estimado pela regressão	9.886.329,83	8.393.547,64	8.756.489,44	8.899.999,94	35.936.366,9
Gerenciamento	2.794.218,97	571.088,98	1.114.732,87	1.483.299,99	5.963.340,8
% do gerenciamento	22,03%	6,37%	11,29%	14,28%	14,23%

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 4 – Resultado do gerenciamento do Banco de economia mista

Valores em mil reais	Período Anterior		Período Posterior		Total
	1999	2000	2001	2002	
Banco de Economia Mista					
PECLD conforme Demonstração Financeira	14.164.641,97	2.231.335,17	3.502.722,04	6.472.384,32	26.371.083,50
PECLD estimado pela regressão	12.327.554,94	1.167.050,52	319.829,99	5.155.137,19	18.969.572,60
Gerenciamento	1.837.087,03	1.064.284,65	3.182.892,05	1.317.247,13	7.401.510,90
% do gerenciamento	12,97%	47,69%	90,87%	20,35%	28,07%
	2004	2005	2006	2007	
PECLD conforme Demonstração Financeira	7.863.348,35	8.267.855,32	10.800.329,80	8.286.367,64	35.217.901,10
PECLD estimado pela regressão	7.375.886,22	6.155.616,52	9.770.683,91	7.639.970,20	30.942.156,90
Gerenciamento	487.462,10	2.112.238,80	1.029.645,89	646.397,44	4.275.744,42
% do gerenciamento	6,19%	25,55%	9,53%	7,80%	12,14%

Fonte: Dados da pesquisa

“O principal objetivo do rodízio de empresas de auditoria foi com o intuito de preservar a ética e independência dos auditores independentes, bem como a eliminação dos erros e fraudes contábeis que estão relacionadas com a auditoria externa das demonstrações contábeis.”

e, em 2001, essa porcentagem aumentou para um gerenciamento de 90,87% das perdas, possivelmente também visando aumentar o lucro. Já nos anos entre 2005 e 2006, o gerenciamento foi amenizado, apresentando no ano de 2005 um gerenciamento de 25,55% das perdas para aumentar o lucro e, em 2006, essa porcentagem diminuiu para um gerenciamento de 9,53% das perdas, provavelmente objetivando aumentar o lucro.

Assim como no banco de capital privado, nos anos que não ocorreram a troca de empresa de auditoria também houve evidências de um gerenciamento de resultados em relação à variável PECLD. Também não se pode afirmar que houve de fato tal gerenciamento devido à pequena quantidade de variáveis utilizadas no modelo.

Dessa forma, conforme a análise dos resultados, a hipótese de que, no ano da troca de auditoria independente, houve evidências de que o gerenciamento de resultados tenha sido amenizado foi negada. Por isso, pode-se afirmar que, no ano do rodízio de auditoria, não necessariamente haverá amenização do gerenciamento de resultados. Mas pode-se afirmar que há evidências do gerenciamento em todos os períodos analisados.

5. Conclusão

O estudo teve por objetivo analisar se o rodízio de auditores independentes interfere no gerenciamento de resultados contábeis em instituições bancárias do Brasil. Para tanto, efetuou-se a pesquisa com a aplicação do modelo de regressão linear múltipla de Fuji (2004), objetivando identificar gerenciamentos de resultados por meio da conta de perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa. A partir desta regressão, foi comprovada evidência da existência do gerenciamento de resultados nos dois bancos estudados, como também foi constatado que o rodízio de empresas de auditoria e a conta de perdas para créditos de liquidação duvidosa influenciam o gerenciamento.

O estudo mostrou evidências de que, no ano em que ocorreu a troca das empresas de auditoria independente, não necessariamente houve uma redução no percentual do gerenciamento de resultado.

Pôde-se perceber que tal estudo apresenta algumas limitações devido ao pequeno número de bancos utilizados e ao pequeno número de variáveis utilizadas no modelo. Dessa forma, concluiu-se que os

resultados das instituições financeiras apresentam apenas evidências de que há gerenciamento de resultado por meio da conta de perdas estimada para crédito de liquidação duvidosa, mas de forma que não necessariamente haverá amenização no ano em que há o rodízio. Ou seja, não se pode afirmar que de fato há tal gerenciamento devido às limitações do estudo. Também não se pode generalizar o resultado encontrado para outros bancos, pois o estudo se restringe a apenas duas instituições bancárias.

Entre possíveis sugestões para pesquisas futuras, cabe ressaltar a incorporação de outros modelos para a captura do gerenciamento de resultados em instituições financeiras, incorporando modelos, como, por exemplo, o de Jones, Jones Modificado e o modelo KS.



6. Referências

ASSUNÇÃO, J.; CARRASCO, V.. Avaliação de Rotatividade dos Auditores Independentes. Departamento de Economia Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

AZEVEDO, F. B.; COSTA, F. M.. Efeito da troca de da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, v. 13, n.º5. São Paulo, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – Bacen. Normas e rodízio de firmas de auditoria. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1996/pdf/res_2267_v4_p.pdf>. Acesso em: 8 set. 2014.

_____. Resolução n.º 3.198, de 27 de maio de 2004. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2004/pdf/res_3198_v1_O.pdf>. Acesso em: 8 set. 2014.

BISPO, O. N. A.. Gerenciamento de resultados contábeis e o desempenho das ofertas públicas subsequentes de ações de empresas brasileiras. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria do Departamento de Ciências Contábeis da UFMG - CEPCON. Belo Horizonte. 2010.

BRASIL. Lei n.º 6.404, de 11 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em: 8 set. 2014

BASSETTI, A.. Rotação de Auditores Independentes e a Análise dos Pareceres Antes e Depois do Rodízio. Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE. Vitória. 2011.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL - CMN. Resolução n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a classificação das operações de crédito. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v1_O.pdf> Acesso em: 23 out. 2014.

_____. Resolução n.º 3.170, de 30 de janeiro de 2004. Altera a Res.3.081, de 2003 que disciplina a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, demais instituições a funcionar pelo Banco Central. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/denor/port/2004/1/%5C3.170,%20de%2030%20de%20janeiro.asp>> Acesso em: 23 out. 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. Gerência de normas de auditoria –

GNA. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/snc/inst308.asp>>. Acesso em: 8 set. 2014.

_____. Deliberação n.º549, de 10 de setembro de 2008. Dispões sobre a criação da CVM. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/infos/deli549.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2014.

CUNHA, P. R.; BEZERRA, F. A.; GUBIANI, C. A; RENGEL, S.. Gerenciamento de Resultados Contábeis em Instituições Financeiras: Uma Análise do Rodízio de Empresas de Auditoria Independente. XVI Congresso Brasileiro de Custos. Ceará, 2009.

DANTAS, J. A.. Auditoria em instituições financeiras: determinantes de qualidade no mercado brasileiro. 2012. xv, 173 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília, 2012.

FUJI, A. H.; CARVALHO, L. N. G. Earnings Management no contexto bancário brasileiro. In: 5º Congresso USP Controladoria e Contabilidade, FEA/USP, 2005.

FUJI, A. H.. Gerenciamento de resultados contábeis no âmbito das instituições financeiras atuantes no Brasil. 2004, 139 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GOULART, A. M. C.. Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil. 2007, 219 fls Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2007.

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. Princípios Contábeis e Normas e Procedimentos de Auditoria. São Paulo: Atlas, 1988.

IUDÍCIBUS, S.. Teoria da Contabilidade. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004

MARTINEZ, A. L.. Detectando Earnings Management no Brasil: Estimando os Accuals Discricionários*. RCF – Revista de Contabilidade & Finanças. São Paulo, v.19, n.46, p. 7-17, janeiro/abril 2008.

MARTINEZ, A. L.; REIS, G. M. R.. Rodízio de Auditores e o Gerenciamento de Resultados. RCO – Revista de contabilidade e Organizações. Ribeirão Preto, v.4, n.10, p. 48-64, set./dez. 2010.

PACHECO, M. S.; OLIVEIRA, D. R.; GAMBA, F. L.. A História da Auditoria e as suas Novas Tendências: Um Enfoque Sobre Governança Corporativa. X Semead. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

REIS, G. M. R.. O rodízio de auditores independentes e a análise se existe ou não impactos no gerenciamento de resultados das empresas auditadas. 2009, 167 fls. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2009.

RICARDINO, A.; CARVALHO, L. N.. Breve Retrospectiva do Desenvolvimento das Atividades de Auditoria no Brasil. Revista Contabilidade & Finanças – USP. São Paulo, n. 35, p. 22 – 34 maio/agosto 2004.

SANTOS, E. C.. Capital Regulatório e Gerenciamento de Resultados nas Instituições Financeiras que atuam no Brasil. 2007. 129 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Fundação Instituto Capixaba de pesquisas em Contabilidade, Economia e finanças, Vitória, 2007.

SANTOS, A.; GRATERON, I. R. G.. Contabilidade Criativa e Responsabilidade dos Auditores. Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, n. 32, p. 7 - 22, maio/agosto 2003.

SILVA, J. O.; BEZERRA, F. A..Análise do Gerenciamento de Resultados e o Rodízio de Firmas de Auditoria nas Empresas de Capital Aberto. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, São Paulo, v. 12,n. 36,p. 304 - 321, jul./set. 2010.

VERGARA, S. C.. Métodos de Pesquisa em Administração. 3. ed. São Paulo: Atlas. 287p, 2008.



Análise da relação entre o modelo Andragógico, de Malcolm Knowles, e as características do ensino superior em Ciências Contábeis

O ensino superior em Ciências Contábeis está intrinsecamente vinculado ao pragmatismo profissional do bacharelado, em contrapartida aos ensinamentos pedagógicos em licenciaturas. É notório que os princípios da Andragogia trazem benefícios para a educação de adultos, devido à vastidão de pesquisas realizadas na área. Porém, poucos estudos relacionados ao ensino superior em Contabilidade foram encontrados, o que motivou o desenvolvimento do objetivo de estudo, que é comparar os 6 princípios do modelo Andragógico, de Malcolm Knowles, com as características do ensino superior em Ciências Contábeis. Como metodologia de pesquisa, foi utilizado o método dedutivo na coleta de dados bibliográficos e, por meio do método comparativo, ressaltaram-se suas diferenças e similaridades mediante análise de quadros comparativos. As discussões deste estudo indicam que as diferenças identificadas não são um empecilho para a aplicação do modelo e a grande quantidade de características similares indicam a possibilidade de potencializar o ensino superior de adultos na Contabilidade e, inclusive, fomentar as práticas metodológicas para aqueles profissionais que não obtiveram uma devida formação complementar para o exercício da profissão docente.

Rodrigo Wiesner

Pós-graduação em Controladoria e Gestão Financeiras de Empresas pela UEG campus Morrinhos (GO); pós-graduação em Docência do Ensino Superior pela Universidade Anhanguera Uniderp (SP); bacharel em Ciências Contábeis pela UEG campus Morrinhos (GO). Contador em empresa privada, nas áreas de Escrita Fiscal e Contábil, é professor na Faculdade de Morrinhos (FAM), no curso de Administração.
E-mail: rodrigowiesner@gmail.com

2061 - Recebido em 26/3/2018. Distribuído em 29/3/2018. Pedido de revisão em 20/6/2018. Resubmetido pelo autor em 15/8/2018. Aprovado em 20/8/2018, na quarta rodada, por três membros do Conselho Editorial. Publicado na edição setembro-outubro de 2018. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

Os alunos adultos necessitam de metodologias diferenciadas àquelas aplicadas a crianças e adolescentes, de acordo com suas características. Neste contexto, os estudos realizados por Malcolm Knowles, na década de 70, inserem os 6 princípios da Andragogia, que tratam acerca das particularidades no ensino para adultos e norteiam a ação docente.

O ensino superior em Ciências Contábeis, assim como os demais ramos das ciências, também necessita de técnicas que favoreçam o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem entre professor-aluno, diante de suas próprias particularidades. Por se tratar de uma área vinculada ao pragmatismo profissional, fortemente associada à atuação empresarial, os docentes possuem déficits de conhecimentos e práticas metodológicas de ensino, visto que sua própria formação bacharel não enfatiza os conhecimentos pedagógicos. Além disso, a realização de uma pós-graduação, requisito fundamental para o exercício docente, não garante que as técnicas necessárias para o ensino sejam assimiladas. Diante disto, o objetivo geral da pesquisa foi comparar os 6 princípios do Modelo Andragógico, de Malcolm Knowles, com as características do ensino superior em Ciências Contábeis.

Para o estudo, foram utilizados vários autores, tais como: Knowles, Holton e Swanson (2011), Andrade (2015), Petrosino (2015), Lab SSJ (2016), Marion (2001) e Silva e Bruni (2017), entre outros. Na obra de Knowles, Holton e Swanson (2011), encontramos a tradução do texto original de Malcolm Knowles, responsável pela criação dos 6 princípios da Andragogia. Andrade (2015) promove a reflexão sobre a aprendizagem do adulto e a atuação do docente no ensino

superior. Para Petrosino (2015), a formação do docente é um fator determinante para a qualidade do ensino e a crença de que um professor que se constitui no curso de graduação não existe mais. A obra de Lab SSJ (2016) discute as perspectivas para a educação de adultos de maneira eficiente e inovadora e mostra que os princípios da Andragogia são extremamente efetivos para o processo de educação. Marion (2001) aborda a importância da metodologia para o ensino da Contabilidade e realiza uma profunda reflexão acerca da necessidade de mudanças na postura didático-pedagógica para o exercício do papel docente. Por fim, Silva e Bruni (2017) contribuem com sua pesquisa sobre as práticas pedagógicas de 164 professores de Ciências Contábeis do Estado da Bahia, oferecendo um vislumbre da realidade prática na docência.

O que se pretende demonstrar na pesquisa é que o modelo poderia fomentar as práticas no ensino superior, principalmente para os docentes que não tiveram contato com a aprendizagem de técnicas metodológicas de ensino-aprendizagem. Além disso, poucos estudos foram encontrados, relacionando-se a vertente da Andragogia com o ensino das Ciências Contábeis.

2. Referencial Teórico

2.1 A Andragogia no ensino superior

Quando tratamos do ensino de modo geral, o escopo da Pedagogia é fomentar o desenvolvimento docente na educação básica infantil e nos ensinos fundamental e médio, para crianças e adolescentes. Já, no ensino superior, jovens e adultos estão dispostos em cursos de bacharelado, licenciatura, pós-graduação, mestrados e doutorados, ou no ensino tecnólogo (BRASIL, 2017). Essa

parcela de estudantes necessita de metodologias de ensino diferenciadas àquelas aplicadas às crianças. Assim, a Andragogia surge como uma vertente da teoria de ensino voltada às particularidades das características de aprendizagem dos adultos (KNOWLES; HOLTON; SWANSON, 2011). Beck (2018) discute, segundo a teoria do Desenvolvimento Psicossocial, de Erik Erikson, publicada em 1950, que a fase adulta inicia-se a partir dos 19 anos.

“Enquanto na Pedagogia há definição do que será aprendido e quais estratégias serão utilizadas, na Andragogia, o adulto não tem apenas a necessidade de saber o que e como será aprendido, mas, muitas vezes, tem de negociá-los” (ANDRADE, 2015, p. 38). “Psicologicamente, adultos são responsáveis por sua própria vida. Ao desempenhar papéis de adultos, as pessoas assumem cada vez mais responsabilidades por suas próprias decisões. Em relação à aprendizagem, isso é crucial” (LAB SSJ, 2016, p. 10). “Portanto, Andragogia é a Ciência da educação de adultos, considerando suas características e interesses” (ANDRADE, 2015, p.7).

Em um processo Andragógico, o diálogo entre o educador e o educando acontece não só durante o processo de ensino-aprendizagem, mas também na construção e no planejamento desse processo (PETROSINO, 2015).

“Na educação convencional, os alunos se adaptam ao currículo oferecido, mas na educação de adultos os alunos ajudam a elaborar os currículos (...). Em condições democráticas, a autoridade pertence ao grupo” (GESSNER, 1956, apud KNOWLES; HOLTON; SWANSON, 2011, p. 52).

Outro fator relevante para Petrosino (2015) é a experiência que esse adulto já possui, pois ela tem que ser a base da aprendizagem, já que não dá para construir ou planejar algo que não considere os sa-



beres previamente adquiridos. Os alunos adultos querem saber: por que estão aprendendo? O que estão aprendendo? Que sentido tem esse aprendizado? Eles aprendem melhor discutindo e fazendo do que apenas lendo, vendo e ouvindo. Neste contexto, o aluno assume um papel ativo na relação de construção da sua própria aprendizagem, visto que suas expectativas e interesses são valorizados.

Conforme Andrade (2015), a Andragogia propõe-se a educar adultos independentemente de um propósito específico, mas sendo aberta a vários, ela pode e deve ser combinada com diferentes teorias de ensino-aprendizagem. Inclusive, o método precisa ser revisito em cada situação, pois ele não é uma ideologia, mas, sim, um sistema de elementos. Além disso, cabe ao educador perceber e avaliar a melhor forma de aplicar o modelo.

2.2 Influências da Andragogia na formação docente em Ciências Contábeis

O ensino superior em Ciências Contábeis está intrinsecamente vinculado ao pragmatismo profissional do bacharelado, em contrapartida aos ensinamentos pedagógicos em licenciaturas. Segundo Slomski (2012), pode-se verificar facilmente que a grande maioria dos professores que atuam em sala de aula não contou com uma formação sistemática para o exercício da profissão docente e, embora se encontrem dando aulas, nem sempre dominam as habilidades necessárias para atuar como professores.

De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2017), os cursos de bacharelado são cursos superiores de graduação que dão o título de bacharel e não habilitam o profissional a lecionar. Para atuar como docente no ensino superior, exige-se que o profissional tenha, no mínimo, curso de pós-graduação *lato sensu*

(especialização) como complementação pedagógica.

Os professores do ensino superior não passaram por uma preparação pedagógica sistematizada para o exercício da docência. No campo das licenciaturas, ocorre o contato com disciplinas relacionadas a conteúdos didático-pedagógicos. No entanto, os bacharéis somente têm algum contato com esses conteúdos quando optam por cursar disciplinas relacionadas à metodologia do ensino superior em programas de pós-graduação *stricto sensu* ou buscam tal formação na área educacional (MIRANDA; LEAL; NOVA, 2012, p. 01).

Segundo o Art. 66 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, popularmente conhecida como LDB, a preparação para o exercício do magistério no ensino superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado. Entretanto, o conhecimento de notório saber poderá suprir a exigência do título acadêmico, desde que seja reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado (BRASIL, 1996).

Para Barbosa (2011), a disciplina Metodologia do Ensino Superior, resumida em 60 horas em média, é a única oportunidade para uma reflexão sobre: a sala de aula, o papel do docente, o ensinar e o aprender, o planejamento, a organização dos conteúdos curriculares, a metodologia, as técnicas de ensi-

no, o processo avaliatório, o curso e a realidade social em que atuam. Diante disto, a realização de uma pós-graduação, requisito para bacharéis atuarem no campo docente (BRASIL, 2017) não necessariamente garante o aprendizado de técnicas metodológicas e didáticas, responsáveis pelo desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto de déficits na formação profissional docente em Ciências Contábeis, inserem-se os princípios da Andragogia, que, em contrapartida à pedagogia, trata da ciência da educação de adultos. O método elaborado pelo professor americano Malcolm Knowles, conhecido como o “pai” da Andragogia pela sua vasta produção sobre o tema, no início da década de 1970, e pelo desenvolvimento do conceito base para a educação de adultos, a partir dos seus escritos, transformou a orientação dos educadores de “educar pessoas” para “ajudar as pessoas a aprenderem” (ANDRADE, 2015).

Por conseguinte, é benéfico para o profissional da contabilidade, no exercício da profissão docente, uma complementação teórica embasada na teoria da Andragogia, para fomentar as suas técnicas didáticas no ensino superior.

Por conseguinte, é benéfico para o profissional da contabilidade, no exercício da profissão docente, uma complementação teórica embasada na teoria da Andragogia, para fomentar as suas técnicas didáticas no ensino superior.

2.3 Modelo Andragógico, de Malcolm Knowles

“Malcolm Knowles, autor do livro *Aprendizagem de Resultados*, clássico sobre Andragogia, organizou suas ideias em torno da noção de que os adultos aprendem melhor em ambientes informais, confortáveis, flexíveis e sem ameaças” (LAB SSJ, 2016, p. 10).

A partir de seus estudos, Malcolm Knowles conceituou o Modelo Andragógico em 6 Princípios (KNOWLES; HOLTON; SWANSON, 2011):

- 1) **Necessidade de saber** (O porquê? O quê? Como?) – Adultos precisam saber por que necessitam aprender algo antes de começar a aprendê-lo. Tough (1979 apud KNOWLES; HOLTON; SWANSON, 2011) verificou que, quando um adulto decide aprender algo sozinho, ele investe uma energia considerável para investigar seus benefícios e as consequências de não aprender. Esta é a primeira tarefa do docente: a conscientização da necessidade de saber algo, que pode ser despertada por experiências reais ou simuladas, ou pela confrontação do estado atual com o qual se almeja alcançar. Segundo Andrade (2015), podem ser utilizadas estratégias para engajar os alunos, como dinâmicas, perguntas, textos, figuras, ou outras técnicas que considerar relevantes para o grupo, e isso potencializa a contextualização do que será aprendido com os conhecimentos prévios dos alunos.
- 2) **Autoconceito do aprendiz** (Autônomo e Autodirigido) – Os adultos possuem uma necessidade psicológica de serem responsáveis pelas próprias decisões, pelas próprias vidas, e sentem-se resistentes a imposição de vontades alheias. No processo de educação, a dependência de um professor cria um conflito psicológico, no qual ‘aprendiz é dependente’. Por isso, os educadores necessitam criar um ambiente onde o adulto tenha um aprendizado autodirigido e não dependente. “Isso quer dizer que o aluno adulto quer ser tratado como adulto, com conhecimentos, experiência, necessidades e vontades. Quando isto não acontece, o aluno adulto pode criar uma certa barreira com aquele professor.” (ANDRADE, 2015, p. 11). Para Petrosino (2015), é necessário valorizar esse conhecimento, pois isso fará com que o aluno melhore sua autoestima e se engaje no processo de aprendizagem.
- 3) **Papel das experiências** (Recurso; Modelos mentais) – Qualquer grupo de adultos será mais heterogêneo em termo de formação, estilo de aprendizagem, motivação, necessidades, interesses e objetivos, do que um grupo de jovens. Desta forma, enfatiza-se a individualização das estratégias de ensino. Entretanto, Knowles, Holton e Swanson (2011) afirmam que uma experiência maior também traz efeitos negativos, como a tendência a desenvolver hábitos mentais, preconceitos e pressuposições que costumam fechar nossa mente a novas ideias, percepções mais atualizadas e ideias alternativas. De acordo com Andrade (2015), quando um adulto vê um conteúdo pela primeira vez, ele relaciona, talvez até inconscientemente, com suas experiências prévias àquele momento. Quando esse novo conhecimento é confirmado pela experiência do aprendiz, ele é aceito como verdadeiro e, portanto, aprendido; quando ele não é confirmado, o aprendiz o rejeita, descartando-o. Nesse contexto, técnicas que enfatizam as vivências dos alunos, como discussões, exercícios de simulação, resolução de problemas, estudos de caso e métodos de laboratório, serão mais eficazes do que apenas a transmissão de conhecimentos (LAB SSJ, 2016).
- 4) **Prontidão para aprender** (Relacionado à vida; Tarefa de desenvolvimento) – Adultos estão predispostos a buscar o ensino daquilo que necessitam aprender e para as quais precisam se tornar capazes de realizar em situações de sua vida concreta. “Assim, quando a ocasião exige algum tipo de aprendizagem relacionado ao que deve ser executado, o adulto ad-

“É notório que os princípios da Andragogia trazem benefícios para a educação de adultos, devido à vastidão de pesquisas realizadas na área. Porém, poucos estudos relacionados ao ensino superior em Ciências Contábeis foram encontrados, o que motivou o desenvolvimento do objetivo de estudo.”

quire prontidão para aprender” (LAB SSJ, 2016, p. 14).

Andrade (2015) também comenta que ela se relaciona com o sentido que o aluno percebe entre o que ele precisa aprender e o seu dia a dia. Isso quer dizer que os alunos adultos têm ‘seu tempo’ para que os assuntos se tornem mais ou menos interessantes. Porém, o educador não pode esperar a predisposição do aluno. “Há maneiras de induzir a prontidão por meio de exposição a modelos de *performance* superior, aconselhamento de carreira, exercícios de simulação e outras técnicas” (KNOWLES; HOLTON; SWANSON, 2011, p.74).

- 5) **Orientação para a aprendizagem** (Centrado no problema; Contextual) – “Os adultos são motivados a aprender conforme percebem que a aprendizagem os ajudará a executar tarefas ou lidar com problemas que vivenciam em sua vida” (KNOWLES; HOLTON; SWANSON, 2011, p.74). De acordo com Petrosino (2015), a etapa inicial para se trabalhar dentro de uma perspectiva de aprendizagem significativa, é o levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos e, a partir disso, desenvolver temas relevantes e pertinentes para essa aprendizagem.

Nesse sentido, a contextualização do ensino com as situações da vida real potencializa a percepção de utilidade e importância dos conteúdos desenvolvidos. Quando não sabemos de algo que precisamos, procuramos aprender e este processo é mais produtivo quando além de precisar, queremos obter o conhecimento.

- 6) **6. Motivação** (Valor intrínseco; Recompensa pessoal) – “Os adultos respondem a fatores motivacionais externos (melhores empregos, promoções, salários mais

altos), porém os fatores motivacionais mais poderosos são as pressões internas (o desejo de ter maior satisfação no trabalho, autoestima, qualidade de vida)” (KNOWLES; HOLTON; SWANSON, 2011, p.75). A motivação é a propulsora da vontade de querer algo, e nesse sentido, o estímulo do educador produz o efeito de incitação ao ensino. “Para o educador, estar atendo a esses fatores motivacionais podem auxiliar em um melhor aprendizado, além de contribuir para a diminuição da evasão no Ensino Superior” (ANDRADE, 2015, p. 17).

2.4 As características do ensino superior em Ciências Contábeis

A interpretação da Contabilidade como ciência é tema recorrente em diversos estudos, e vários autores já definiram suas fundamentações epistemológicas. Para Franco (1997), ela é a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e diretrizes para à tomada de decisões, a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

O mercado exige dos profissionais na área contábil um conhecimento que transcende o processo específico pronto para o tecnicismo; busca-se um profissional com competências para entender o “negócio”, visando orientar o gestor e participar das decisões de forma consciente. Desta forma, recai para os profissionais a exigência de um novo perfil, mais condizente com a atual dinâmica assumida pelas organizações, buscar conhecimentos tais como a capacidade de resolução de problemas e de estudo independente, habilidades de trabalho em gru-

po, sensibilidade para com os impactos de sua prática no ambiente e na sociedade, colaboração, ética profissional e cidadania. (SOARES; ARAUJO; LEAL, 2012, p. 75)

Para Hendriksen e Breda (2010), é na teoria da Contabilidade que se encontram os princípios para a compreensão das práticas existentes, além de oferecer um referencial conceitual, e para o desenvolvimento de novas práticas e procedimentos. Marion (2001) também observa, no curso, o fenômeno do conhecimento cumulativo, pois o completo domínio das disciplinas básicas como Contabilidade Geral, é indispensável para o alicerce dos demais conhecimentos na área.

O domínio da legislação é outra vertente muito presente no ensino superior em Ciências Contábeis. Marion (2001) reconhece que o ensino deve ser fundamentado na teoria da Contabilidade, em consonância com uma abordagem legal e fiscal, os quais estão em constante mudança. Em seu estudo, Ferreira e Ferreira (2014) afirmam que ter conhecimento do conteúdo, bem como dos procedimentos técnicos atualizados em relação às legislações e normas contábeis são elementos importantes para o desenvolvimento do ensino na profissão.

Além disso, o Decreto-Lei n.º 9.295 (BRASIL, 1946) instituiu ao Conselho Federal de Contabilidade, a função de editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional e regular acerca dos princípios contábeis. Deste modo, não há como desvincular o ensino superior em Ciências Contábeis, da contextualização legislativa, visto que é nela que se encontram as diretrizes para o exercício prático da profissão.

Por fim, Marion (2001) em seu livro “O ensino da Contabilidade” aborda a característica interdisciplinar das Ciências Contábeis, que está intimamente ligada às áreas de Eco-

nomia e Administração, as quais necessitam utilizar e interpretar seus relatórios, com a exposição qualitativa e quantitativa dos dados econômicos. Ainda segundo o autor, também são ministradas aulas de Contabilidade nos cursos de Direito, Engenharia e aulas de Contabilidade para não contadores na grande maioria das profissões liberais, como médicos, dentistas, advogados, que irão desenvolver atividades em seus próprios escritórios ou consultórios.

2.5 Metodologias de ensino-aprendizagem em Ciências Contábeis

Para Zych (2010), a Didática constitui a disciplina integradora dos conhecimentos teóricos e práticos voltados à formação profissional do professor, tendo em vista a melhoria da qualidade dos resultados das intervenções educativas, distinguindo como seu objeto de estudo, o processo de ensino-aprendizagem.

Silva e Bruni (2017) discutem os desafios e as metodologias necessárias para formação dos profissionais diante às novas perspectivas e habilidades necessárias na profissão. Em seu estudo 'O Que me Ensina a Ensinar?' sobre as práticas pedagógicas em Ciências Contábeis, discutem que o ensino em Contabilidade pode ser tratado sob duas abordagens: abordagem passiva ou tradicional,

centralizada no professor como sujeito ativo no processo de aprendizagem e a abordagem ativa ou não tradicional, centrado no aluno, conforme Quadro 1.

A conclusão dos autores, baseadas na observação das práticas pedagógicas utilizadas no cotidiano de 164 professores do curso de Ciências Contábeis do Estado da Bahia, encontrou resultados controversos, em relação ao ensino ativo e passivo na área.

A caracterização do planejamento das disciplinas, da maneira como são conduzidas as aulas, dos recursos utilizados e dos critérios adotados para avaliação de desempenho dos alunos indicou a existência de práticas pedagógicas ativas. No entanto, em relação ao planejamento da disciplina, foram encontradas características de um ensino passivo, com o professor apresentando as regras a serem seguidas durante o curso sem a participação dos alunos. Os respondentes assumem adotar práticas pedagógicas ativas. Contudo, em sua fase inicial de planejamento pedagógico atuam de forma passiva. Os recursos utilizados pelos respondentes possuem características de ensino passivo. Existe a possibilidade de que os respondentes possam adotar práticas (como uso de filmes ou seminários) que deveriam estar encaixadas em um contexto ati-

vo, com forte envolvimento discente, contudo o uso pode estar ocorrendo em uma perspectiva passiva (preenchendo horas "ociosas" ou sem o devido envolvimento do docente e dos discentes). (SILVA; BRUNI, 2017, p. 228)

Diante disto, "O método utilizado pelo professor no processo de ensino-aprendizagem é de fundamental importância para o sucesso do aluno" (MARION, 2001, p.127). Para Silva e Neto (2012), o processo de ensino-aprendizagem ocorre quando há o envolvimento do aluno, professor, assunto e instituição, que devem discutir em conjunto e experimentar novas alternativas para o aumento da eficácia e da eficiência nesse processo.

3. Metodologia

Para realizar a pesquisa, foi utilizado o método dedutivo, que, por meio de uma cadeia de raciocínio, que parte de uma análise sobre o modelo de Malcolm Knowles e as características do ensino superior em Ciências Contábeis, procura-se confirmar a hipótese de que os 6 princípios do modelo de Malcolm Knowles poderiam auxiliar a didática do docente no processo de ensino-aprendizagem diante das particularidades do ensino superior em Ciências Contábeis. Se-

Quadro 1 – Práticas pedagógicas ativas e passivas

Ensino Passivo	Ensino Ativo
Caracterização	
Assume o professor como centro das atenções, o "conhecedor de todo o saber." Existe uma reduzida participação do discente no processo de ensino que, passivamente, deveriam absorver ou memorizar o conhecimento transmitido pelo professor.	Assume que o conhecimento se constrói a partir de uma série de atividades para o desenvolvimento de estruturas organizadas de informações e construção do saber. O aprendizado acontece a partir de organização esquemas de ações estruturadas em função das experiências vividas e do meio onde o aluno vive.
Práticas Pedagógicas Usuais	
Envolvem ações que levem os alunos a memorização de conteúdos. Exemplos: aulas puramente expositivas, sem participação do aluno, apostilas com conteúdo sintetizado, listas de exercícios, livro texto, sem espaço para discussão, com critérios objetivos de avaliação de desempenho do aluno, como prova escrita, com questões de múltipla escolha, que remeta o aluno a práticas de memorização e reprodução de conteúdos sintetizados pelo professor.	Envolvem ações que levem os alunos a uma participação mais intensa no processo de aprendizagem. Exemplos: aulas expositivas dialogadas; estudos dirigidos; aprendizagens experienciais a partir de entrevistas com profissionais no mercado, seminários com toda a classe, mesa redonda, debates, com a participação de todos os alunos, aprendizagem baseada em problemas (PBL); ensino em pequenos grupos, ensino com pesquisa; ensino à distância (como grupos de discussão online); estudo de casos; ensino com pesquisa; oficinas (laboratórios ou workshops); escritórios, laboratórios ou empresas modelo; simulações e jogos.

Fonte: (SILVA; BRUNI, 2017, p. 217 apud SILVA, 2014)

gundo Gil (2008), este método parte da observação racional de fatos gerais, a fim de se descobrir princípios reconhecidos como verdadeiros, em virtude de suas conclusões puramente formais e lógicas.

Como o objetivo do estudo é comparar os 6 princípios do modelo Andragógico, de Malcolm Knowles, com as características do ensino superior em Ciências Contábeis, foi utilizado como meio técnico de investigação o método comparativo, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades. Schneider e Schmitt (1998) consideram o método como requisito fundamental em termos de objetividade científica, pois permite a construção do conhecimento por meio da transformação de temas

singulares, em princípios capazes de explicar os fenômenos sociais.

Além disso, pode-se classificar a metodologia do estudo da seguinte forma: (I) do ponto de vista de sua natureza: pesquisa básica, pois visa gerar conhecimentos novos para o avanço da Ciência, porém, sem aplicação prática prevista; (II) quanto à forma de abordagem ao problema: análise qualitativa, uma vez que a comparação será realizada por meio de avaliação dedutiva, a fim de averiguar se o modelo é capaz de fomentar a didáticas no ensino superior; (III) do ponto de vista dos objetivos: pesquisa descritiva para estabelecer as relações e características na coleta de dados, e por último; (IV) em relação aos procedimentos de coleta de dados: pesquisa bibliográfica.

4. Comparação entre o modelo Andragógico, de Malcolm Knowles, e as características do ensino superior em Ciências Contábeis

Após o levantamento bibliográfico, fundamental para o embasamento teórico, foram compiladas as principais características do ensino superior em Ciências Contábeis no Quadro 2.

Diante do objetivo do estudo, que é comparar o modelo Andragógico, de Malcolm Knowles, com as características do ensino superior em Ciências Contábeis, foram desenvolvidos quadros comparativos considerando as premissas similares e diferentes, relacionadas

Quadro 2 – Compilação das características do ensino superior em Ciências Contábeis

Referência	Características
Soares, Araújo e Leal (2012)	O conhecimento contábil transcende o tecnicismo. As habilidades do profissional devem orientar os gestores na tomada de decisões na prática empresarial.
Marion (1997)	Os profissionais da Contabilidade possuem mais conhecimentos práticos para o exercício da profissão, do que de raciocínio contábil, e por isso, têm dificuldades para explicar os aspectos contábeis baseados nas teorias.
Silva e Bruni (2017)	No planejamento das disciplinas de Contabilidade, foram encontradas características de um ensino passivo, com o professor apresentando as regras a serem seguidas durante o curso sem a participação dos alunos.
Vieira e Miranda (2015)	Discutem que possibilitar um contato prévio entre o candidato e o curso, para que ele tenha a oportunidade de conhecer a profissão, o mercado de trabalho e suas atividades principais, são algumas perspectivas que contribuem para a redução do índice de evasão, pois o fato do aluno não ter uma orientação e conhecimentos prévios sobre o curso antes de se inscrever, poderá leva-lo a uma possível frustração.
Marion (2001)	Aborda a característica interdisciplinar das Ciências Contábeis, que está intimamente ligada às áreas de Economia e Administração, cursos de Direito, Engenharia, e aulas de Contabilidade para não contadores.
Ferreira e Ferreira (2014)	Afirmam que ter conhecimento do conteúdo, bem como dos procedimentos técnicos atualizados em relação às legislações e normas contábeis são elementos importantes para o desenvolvimento do ensino na profissão.
Marion (2001)	Reconhece que o ensino deve ser fundamentado na teoria da Contabilidade, em consonância com uma abordagem legal e fiscal, os quais estão em constante mudança. Também observa no curso, o fenômeno do conhecimento cumulativo, pois o domínio das disciplinas básicas como Contabilidade Geral, é indispensável para o alicerce dos demais conhecimentos na área.
Hendriksen e Breda (2010)	Segundo os autores, é na teoria da Contabilidade que se encontram os princípios para a compreensão das práticas existentes, além de oferecer um referencial conceitual, e para o desenvolvimento de novas práticas e procedimentos.
Gonçalves e Gasparin (2013)	Em seu estudo sobre a ação docente em contabilidade, aponta que os alunos demonstraram estar satisfeitos com o curso, porém deixaram claro que a agregação de disciplinas que contemplem a preparação do profissional para atuar como docente é essencial, pois na graduação atualmente a docência é ignorada e o curso prepara o aluno apenas para atuar como profissional contábil.
Silva (2016)	Mostrou que os principais motivadores para a busca pela educação continuada por parte do profissional da contabilidade é oriunda de causas externas: a influência dos colegas de trabalho, a pressão exercida pelas organizações, e os deveres impostos pelas leis e normas que regem a profissão.
Miranda, Leal e Nova (2012)	Segundo os autores, a aula expositiva é apontada como a técnica mais utilizada no ensino de contabilidade, sendo a metodologia menos significativa para o aprendizado diante da passividade dos estudantes.
Leal e Cornachione Jr. (2006)	Identificaram que o método mais utilizado no ensino da contabilidade é a aula expositiva, o qual dirige a atenção exclusivamente ao professor, e condiciona o aluno em uma posição passiva, não despertando o espírito crítico, participativo e transformador.
Miranda, Veríssimo e Miranda (2007)	Afirmam que a qualificação dos docentes para o ensino superior em Contabilidade não deve restringir-se somente ao domínio da ciência, sendo imprescindível que a competência didático-pedagógica esteja também presente.
Rocha et al. (2009)	Consideram necessário que os cursos de Ciências Contábeis utilizem estratégias de ensino que associem os conceitos e aspectos teóricos com a prática profissional, dinamizando o processo de aprendizagem para que melhores resultados sejam obtidos, e indicam o ambiente de laboratório, como uma maneira de se conduzirem atividades mais próximas à realidade profissional. Isso contribui para que o aluno construa o raciocínio contábil necessário à sua inserção no mercado de trabalho.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

aos 0 princípios do modelo, conforme Quadro 3.

Podemos notar que assim como na Andragogia, o discente em Contabilidade também precisa ser conscientizado sobre a importância do aprendizado de cada disciplina para sua atuação profissional. É por meio dos conhecimentos teóricos que as bases para o exercício prático são afixadas e, diante disto, o “Porquê?” deve ser repassado no início do processo. Marion (1997) discute que os profissionais da contabilidade possuem mais conhecimentos práticos para o exercício da profissão, do que de raciocínio contábil, e por isso, têm dificuldades para explicar os aspectos contábeis baseados nas teorias. Em contraposição, a falta de conhecimentos anteriores pelo aluno, pode gerar um certo desinteresse, mas é papel do professor utilizar-se de estratégias para o engajamento dos alunos, como experiências simuladas ou reais (Quadro 4).

Conforme diz o princípio 2, os adultos são estimulados quando incluídos em um processo decisório, o que gera o sentimento de autonomia e participação. Quando trazemos esse conceito para o ensino das Ciências Contábeis, o aluno deve ser incluído no processo de planejamento, pois isso valoriza seus conhecimentos prévios, seu desejo de aprendizagem em determinadas áreas e estimula o aperfeiçoamento contínuo, tão necessário para a profissão. Porém, tratando-se de uma graduação, os métodos avaliativos podem não ser negociáveis e, conforme o estudo de Silva e Bruni (2017, p 228), “em relação ao planejamento da disciplina, foram encontradas características de um ensino passivo, com o professor apresentando as regras a serem seguidas durante o curso sem a participação dos alunos” (Quadro 5).

Assim como nas demais profissões, as experiências anteriores dos

alunos podem ser a chave para o seu desenvolvimento ou uma barreira para a mudança de perspectivas. Na Contabilidade, os vícios da prática podem ocasionar o desinteresse na teoria, ou incentivar sua aprendizagem. Podemos analisar também que, mesmo os grupos de adultos sendo heterogêneos, sua motivação será “mais ou menos” homogênea, ou seja, a aprendizagem da profissão. E, neste caso, o conhecimento da ciência não deve ser refutado pelo aluno, mas, sim, adsorvido por meio da utilização de técnicas ativas de ensino, como exercícios de simulação, estudo de caso e resolução de problemas baseados na atualidade (Quadro 6).

Devido à escolha do curso superior geralmente partir do próprio aluno, ele chega “pronto” a aprender, pois os conhecimentos adquiridos serão necessários para sua atuação na profissão. Entretanto, isto não descarta o papel do docente,

Quadro 3 – Princípio 1: Necessidade de saber (O porquê? O quê? Como?)

Similaridades	Diferenças
<ul style="list-style-type: none"> • Decisão da escolha do curso pelo próprio aluno; • Necessidade de formação superior para o exercício da profissão; • Necessidade de conhecimentos teóricos para posterior aplicação prática; • Engajamento pelo docente, no interesse dos alunos em disciplinas optativas; • Contextualização do “porquê?” da teoria é importante. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de relacionar todos os ensinamentos teóricos, com as necessidades práticas da profissão; • Desinteresse em disciplinas complementares, por não agregarem benefícios práticos previstos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Quadro 4 – Princípio 2: Autoconceito do aprendiz (Autônomo e Autodirigido)

Similaridades	Diferenças
<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de auto atualização diante de novas Leis e Normas; • Estudos contínuos na área; • Responsabilização pelos relatórios contábeis elaborados, inclusive erros; • Valorização do conhecimento prático por quem já atua na área; • Necessidade de aquisição do conhecimento para sua vida profissional; • Autonomia para escolha do ramo de atuação profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> • A iniciativa do aprendizado parte dos conhecimentos do professor; • Estudos autodirigidos estão mais atribuídos ao ensino informal; • Imposição de Formalidades metodológicas como provas, avaliações, notas, e didáticas passivas de aprendizagem.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Quadro 5 – Princípio 3: Papel das experiências (Recurso e Modelos mentais)

Similaridades	Diferenças
<ul style="list-style-type: none"> • Experiências práticas na área, tendem a interpretação da correlação teórica; • Preconceitos com as teorias, devido a conhecimentos e vícios práticos anteriores; • Utilização de técnicas ativas de ensino, como exercícios de simulação, estudo de caso e resolução de problemas baseados na atualidade; • Necessidade de interseção com a vida concreta. 	<ul style="list-style-type: none"> • Motivação homogênea pela aprendizagem (necessidade de formação superior); • Ensino da Ciência é padronizado; • Uso frequente de técnicas de transmissão de conhecimentos (método passivo); • O conhecimento da profissão não pode ser refutado e descartado, mas sim, adsorvido.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

em despertar o interesse do aluno durante a realização do curso. Em compensação, para aqueles discentes que não pretendem ingressar na carreira, a prontidão será despertada apenas para o cumprimento das metodologias de avaliação, visto que este é o quesito obrigatório para finalizar a graduação (Quadro 7).

Os alunos tendem a absorver o que consideram importante para a execução de suas tarefas e descartar os ensinamentos sem utilidade prevista. Neste ponto, a falta de experiências prévias prejudica a capacidade de se inserir na aplicação prática das fundamentações teóricas, que devem ser compensadas pela contextualização do professor diante das situações reais, efeitos de leis e estudos de casos. Quando o aluno percebe a importância do conhecimento, ele se torna receptivo ao processo de ensino-aprendizagem (Quadro 8).

Talvez, a recompensa pessoal seja a principal propulsora da motivação em um curso superior. A busca por benefícios financeiros,

promoções, prestígio social, independência profissional são fortes fatores que levam o indivíduo a se especializar em uma carreira. Aliado a isto, a sua inclusão no processo decisório durante o processo de ensino, impulsiona o interesse na busca do conhecimento, ocasionando a incitação ao ensino.

O estudo de Vieira e Miranda (2015), ao traçar o perfil da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia, apontou que possibilitar um contato prévio entre o candidato ao curso para que ele tenha a oportunidade de conhecer a profissão, o mercado de trabalho e suas atividades principais são algumas perspectivas que contribuem para a redução do índice de evasão escolar, pois o fato de o aluno não ter uma orientação e conhecimentos prévios sobre o curso antes de se inscrever, poderá levá-lo a uma possível frustração quanto ao curso. Portanto, os alunos podem ser desmotivados pelo excesso de técnicas passivas de aprendizagem, falta de contextua-

lização prática e ausência de perspectivas para o exercício da profissão após o término do curso, e estes, são fatores-chaves para o aumento da evasão escolar.

5. Considerações Finais

É notório que os princípios da Andragogia trazem benefícios para a educação de adultos, devido à vastidão de pesquisas realizadas na área. Porém, poucos estudos relacionados ao ensino superior em Ciências Contábeis foram encontrados, o que motivou o desenvolvimento do objetivo de estudo.

Observa-se que as premissas da Andragogia não estão vinculadas a uma técnica de ensino propriamente dita, mas fundamentam-se em uma maneira de analisar como o processo de ensino-aprendizagem ocorrerá entre professor e aluno, e assim, ambos possam efetivamente desenvolver novos conhecimentos pela construção conjunta do saber.

Após a compilação dos dados, percebe-se que as diferenças apre-

Quadro 6 – Princípio 4: Prontidão para aprender (Relacionado à vida; Tarefa de desenvolvimento)

Similaridades	Diferenças
<ul style="list-style-type: none"> A busca do ensino superior partiu da escolha do curso; Prontidão adquirida, pela correlação dos ensinamentos com a vida concreta profissional; Educador responsável por induzir a necessidade de saber do conteúdo. 	<ul style="list-style-type: none"> Para os alunos que não seguirão a profissão, a aquisição da prontidão estará vinculada com a necessidade do cumprimento das metodologias de avaliação, como provas e trabalhos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Quadro 7 – Princípio 5: Orientação para a aprendizagem (Centrado no problema; Contextual)

Similaridades	Diferenças
<ul style="list-style-type: none"> Aprendizagem o ajudará a executar tarefas ou lidar com problemas que vivenciarão em sua carreira; Desenvolver a contextualização das disciplinas; Ensino com situações reais empresariais, Leis e Normas. 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade de contextualizar pela falta de conhecimentos práticos ou prévios; Desconhecimento de problemas da profissão.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Quadro 8 – Princípio 6: Motivação (Valor intrínseco; Recompensa pessoal)

Similaridades	Diferenças
<ul style="list-style-type: none"> Buscar benefícios financeiros (carreira, estabilidade, maiores salários); Recompensa pessoal pelo ensino superior; Conhecimentos valorizados na sociedade (empresas privadas e públicas); Possibilidade de independência profissional (abertura de seu próprio negócio); Interdisciplinaridade com outras áreas de conhecimento/atuação; Participação no processo de tomada de decisão empresarial. 	<ul style="list-style-type: none"> Técnicas de ensino passivo não despertam o interesse em aprender diante das metodologias aplicadas; Desmotivação da aprendizagem pela falta de contextualização prática; Desmotivação ocasionada pela falta de perspectiva para o exercício da profissão.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

sentadas não são um empecilho para a aplicação do modelo no ensino superior em Ciências Contábeis, mas, sim, desafios que podem ser solucionados por meio da aplicação do próprio modelo. Nota-se, pela grande quantidade de características similares, que as 6 premissas do modelo desenvolvido por Malcolm Knowles poderiam potencializar o ensino superior de adultos na Contabilidade e, inclusive, fomentar a prática metodológica para aqueles profissionais que não obtiveram uma devida formação complementar para o exercício da profissão docente.

Durante a pesquisa, notou-se uma grande dificuldade de compilação das principais características do ensino superior em Ciências Contábeis, motivada pela diversidade de metodologias, estudos interpretati-

vos sobre a Ciência e sua função na sociedade. Além disso, a *posteriori* correlação com a Andragogia denota que o estudo baseado apenas em pesquisas bibliográficas é insuficiente para no método dedutivo estabelecer uma regra geral sobre o tema.

Contudo, como o objetivo do presente estudo não era esgotar a pesquisa sobre o assunto, mas criar um processo de reflexão, as evidências indicam que novas pesquisas necessitam ser desenvolvidas sob uma perspectiva prática, para maior aprofundamento das conclusões acerca da Andragogia no ensino superior em Ciências Contábeis. Sugere-se a adoção de outras metodologias, como estudos de casos com professores e alunos, buscando identificar as características do curso e verificar a utilização e apli-

cação da Andragogia, para que haja um maior aprofundamento nas conclusões sobre o tema, baseadas em uma perspectiva da prática efetiva que ocorre no ensino superior.

Porém, mesmo diante das limitações da pesquisa, podemos observar que as bases metodológicas para um aperfeiçoamento das didáticas de aprendizagem no ensino superior em Ciências Contábeis, estão em consonância com o modelo dos 6 princípios de Malcolm Knowles. Conclui-se que sua adoção não é uma “regra” padronizada que deve ser implantada, mas, sim, um caminho para discussão das ferramentas e técnicas utilizadas no ensino, em um ambiente propício para o desenvolvimento da educação, com face à delimitação e cumprimento dos objetivos estabelecidos entre os sujeitos envolvidos.

6. Referências

ANDRADE, Roberta Rotta Messias. *Andragogia*. Valinhos: 2015.

BARBOSA, Jane Rangel Alves. *Didática do Ensino Superior*. 6 ed. Curitiba: IESD Brasil S.A., 2011

BECK, Caio. *As 8 Idades do Homem (Erik Erikson)*. 2018. Disponível em: <<https://andragogiabrasil.com.br/8-idades-do-homem/>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRASIL. Decreto n.º 9295, de 27 de maio de 1946. *Cria O Conselho Federal de Contabilidade, Define As Atribuições do Contador e do Guarda-livros, e Dá Outras Providências*. Rio de Janeiro-RJ.

_____. *Lei n.º 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Seja um professor: Formação*. Disponível em: <<http://sejaumprofessor.mec.gov.br/internas.php?area=como&id=formacao>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

FERREIRA, Graziela Aparecida; FERREIRA, Marcelo Marchine. *CONHECIMENTOS PARA SABER ENSINAR CONTABILIDADE: ESTUDO COM PROFESSORES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS*. In: IX Encontro de Produção Científica e Tecnológica. Paraná: Unespar, 2014.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GONÇALVES, Rosilene Nogueira; GASPARIN, João Luiz. Formação pedagógica do profissional bacharel em ciências contábeis e sua ação docente no ensino superior. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE. *Seminário*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2013. p. 1 - 23.

HENDRIKSEN, E.S; BREDÁ, M. F. V. *Teoria da Contabilidade*. 5 ed., São Paulo: Atlas, 2010.

FRANCO, Hilário. *Contabilidade geral*. 23 ed. São Paulo: Atlas, 1997, 407 p.

KNOWLES, Malcolm S.; HOLTON, Elwood F.; SWANSON, Richard. *Aprendizagem de resultados: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa*. Tradução: Sabine Alexandra Holler. Rio de Janeiro: Eselvier, 2011.

LAB SSJ. *Andragogia: Aprendizagem efetiva para o desenvolvimento de adultos*. São Paulo: Lab SSJ, 2016. (Pocket Learning 3). Disponível em: <<http://afferolab.com.br/blog/wp-content/uploads/2016/01/Pocket-Learning-3-Andragogia.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

LEAL, Douglas Tavares Borges; CORNACHIONE JR., Edgard. A Aula Expositiva no Ensino da Contabilidade. *Contabilidade Vista e Revista*, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p.91-113, jul./set. 2006.

MARION, José Carlos. A disciplina de Teoria da Contabilidade nos cursos de graduação: algumas considerações. *Contabilidade Vista e Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p.3-8, out. 1997.

_____, Jose Carlos. *O ensino da contabilidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MIRANDA, Gilberto José; LEAL, Edvalda Araújo; NOVA, Silvia Pereira de Castro Casa. Técnicas de Ensino Aplicadas à Contabilidade: Existe uma receita?. In: COIMBRA, Camila Lima. *Didática para o ensino nas áreas de administração e ciências contábeis*. São Paulo: Atlas, 2012. Cap. 1. p. 1-19

MIRANDA, Gilberto José; VERÍSSIMO, Michele Polline; MIRANDA, Aline Barbosa de. A relevância da didática no ensino de contabilidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 14., 2007, João Pessoa. *Anais...*. João Pessoa: Associação Brasileira de Custos, 2007. p. 1 - 16.

PETROSINO, Solange. Secretaria Estadual de Educação- PR. *PRESSUPOSTOS ANDRAGÓGICOS DA APRENDIZAGEM DO ADULTO: O NOVO PROFESSOR DA EJA*. 2015. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/2semestre2016/fa_deja_anexo4.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

ROCHA, L. F. et al. Diagnóstico do Laboratório de Contabilidade nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis do Estado de São Paulo. In: 3º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 2009, Florianópolis. *Anais...*. Florianópolis: UFSC, 2009. p. 28-28.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. *O uso do método comparativo nas Ciências Sociais*. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SILVA, Denise Mendes da; NETO, José Dutra de Oliveira. O Impacto dos estilos de aprendizagem no ensino de contabilidade. In: COIMBRA, Camila Lima. *Didática para o ensino nas áreas de administração e ciências contábeis*. São Paulo: Atlas, 2012. Cap. 8. p. 130-150

SILVA, Renata Bernardeli Costa da. *Educação continuada para a formação do profissional da contabilidade: fatores determinantes e tendências*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Controladoria Empresarial, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016. 95 f.

SILVA, U. B.; BRUNI, A.L. O Que me Ensina a Ensinar? Um Estudo Sobre Fatores Explicativos das Práticas Pedagógicas no Ensino de Contabilidade. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPeC*. Brasília, v. 11, n. 2, art. 5, p. 214-230, abr./jun. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17524/repec.v11i2.1531>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

SLOMSKI, Vilma Geni. Saberes que fundamentam a prática pedagógica do professor de Ciências Contábeis. In: COIMBRA, Camila Lima. *Didática para o ensino nas áreas de administração e ciências contábeis*. São Paulo: Atlas, 2012. Cap. 7. p. 112-129

SOARES, M.A.; ARAÚJO, A. M. P.de; LEAL, E. A. Evidências empíricas da aplicação do método *problem-based learning* (PBL) na disciplina de contabilidade intermediária do curso de ciências contábeis. In: COIMBRA, Camila Lima. *Didática para o ensino nas áreas de administração e ciências contábeis*. São Paulo: Atlas, 2012. Cap. 8. p. 74-92.

VIEIRA, Deborah Borges; MIRANDA, Gilberto José. O Perfil da Evasão no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia: Ingressantes entre 1994 A 2013. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE, Santa Catarina. *Anais...*. Santa Catarina: UFSC, 2015. p. 1 - 19. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/43_16.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

ZYCH, Anizia Costa. *Didática*. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2010. 103 p. (Coleção Pedagogia: saberes em construção).

*International
Financial
Reporting
Standards*

IFRS

*Normas
Internacionais
de Relatório
Financeiro*

A convergência das normas internacionais de contabilidade: da formação dos comitês

O cenário de desenvolvimento econômico atual exige maior transparência das empresas que concorrem em nível global, de modo que o tratamento de seus relatórios contábeis deve atender à melhor leitura para avaliação dos investidores globais. Nesse contexto, a convergência na elaboração de normas que facilite a leitura em múltiplos mercados, transpondo as diversidades regionais de reporte financeiro, torna-se necessária para corroborar as novas responsabilidades trazidas pelas normas internacionais de contabilidade, para o progresso uniforme e para o estreitamento cada vez maior das convergências contábeis entre nações. A pesquisa tem como objetivo geral analisar a formação dos comitês internacionais de contabilidade e o processo da convergência contábil, corroborando para o entendimento da formulação dos padrões contábeis no mundo, com base em estudos levantados na bibliografia. Os estudos empíricos apontam uma dinâmica de interesses na discussão das normas, com satisfatória aceitação dos padrões emanados pelo Iasb, mas necessitando de *guidance*.

Inadilson Costa Junior

Bacharel Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Piauí
E-mail: inadilson_costa@hotmail.com

Orientador: Álvaro Jose Ribeiro Caldas

Mestre em Administração em Controladoria pela Universidade Federal do Ceará é professor da Universidade Federal do Piauí.
E-mail: ajrcaldas@hotmail.com

2067 – Recebido em 20/4/2018. Distribuído em 20/4/2018. Pedido de revisão em 25/6/2018. Resubmetido pelo autor em 25/7/2018. Aprovado em 28/8/2018, na quarta rodada, por três membros do Conselho Editorial. Publicado na edição setembro-outubro de 2018. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

A evolução da Contabilidade, no processo que se transcorre por toda sua história, tem acompanhado o desenvolvimento econômico e as transformações sociopolíticas e socioculturais em cada época e, no contexto de cada nação, como observado por Nagatsuka e Teles (2002). No atual cenário em que o mundo vive, com nível de competitividade dos negócios em escala global e a intensificação das políticas internacionais, o sistema de comércio acelerou e a humanidade evoluiu e, nesse mesmo sentido, a contabilidade. Assim, decorreu-se uma demanda pela criação de um sistema convergente de normas internacionais de contabilidade entre as nações, para reportar situações financeiras de suas entidades de forma clara e comparável às partes interessadas, entre os diversos grupos de usuários da informação contábil.

Existe, por consequência, uma influência do meio em que a Contabilidade está inserida, esta considerada como uma linguagem da informação patrimonial e financeira sobre as organizações destinadas a um público, não sendo

homogênea, mudando de acordo com o contexto de cada país em que está inserida, como destacam Silva, Madeira e Assis (2004). Neste mesmo sentido, como havia diferentes práticas contábeis, decorrentes de fatores culturais, normativos, econômicos e sociais dentre os diversos países, como atestam Martins, Martins e Martins (2007), fez-se necessário buscar um entendimento da normatização contábil, identificando seu destinatário principal e, em virtude do crescimento do mercado de capitais, adequar as informações contidas nas demonstrações financeiras para investidores de outras nações. A convergência contábil atrelou-se a um trabalho em conjunto entre países, gerando um multilateralismo econômico, que desencadeou impactos positivos na atual conjuntura global.

Rodrigues e Pereira (2004) lecionam em sua obra sobre a problemática da convergência contabilística internacional em um contexto de crescentes transações em um momento de destaque no crescimento dos mercados econômicos e financeiros. De acordo com o colocado em destaque, os autores ainda evidenciam as vantagens decorrentes da adoção de normas de contabilidade aceitas internacionalmente e as barreiras enfrentadas pela diversidade de sistemas contabilísticos existentes no mundo.

Com a intrínseca necessidade de suprir o processo de evolução de mercados na atual conjuntura global que se iniciou posteriormente à segunda guerra mundial, houve um esforço global entre as potências econômicas, como Estados Unidos e União Europeia, por uma formação de comitês internacionais de contabilidade, que se responsabilizaram na construção em buscar soluções de convergências contábeis, colocando em evidência um

ponto em comum nos relatórios financeiros elaborados de outros países e definindo métodos de adaptação aos padrões internacionais a partir da contabilidade local. De acordo com o mencionado, houve a necessidade de padrões de normas contábeis internacionais, buscando uma facilitação na compreensão dos demonstrativos, a comparabilidade e a clareza que os envolve (MARTINS; MARTINS; MARTINS, 2007; FARIAS; FARIAS, 2009).

Com o desenvolvimento dos blocos econômicos entre nações, surgiu a necessidade da harmonização de normas e práticas contábeis, frente às entidades econômicas e que, em função de interesses que envolviam fluxos de capital e movimentações econômicas, por decorrentes de organizações transnacionais, fato que corroborou para um mundo competitivo no que diz respeito à geração de informações necessárias ao mercado global (ROSA, 1999; LUCENA; LEITE; NIYAMA, 2004). Assim, é evidente a importância das normas internacionais de contabilidade para o progresso uniforme e para o estreitamento cada vez maior das convergências contábeis entre nações.

O processo de interdependência entre as nações, decorrente do constante crescimento da economia, ao longo da década de 1970, e os avanços da globalização, durante a década de 1990, favoreceu alguns aspectos com impacto nas relações internacionais (DEFARGES, 1997; CASTELLS, 2000; ZÜRN, 2013). Assim, o autor considera relevante a compreensão da relação entre nações para um entendimento do destaque da Contabilidade internacional no sistema macroeconômico mundial. Neste sentido, diante das diferenças dos sistemas normativos entre os países, bem como a predominância do atendimento das informações contábeis a determinados tipos de usuários,



International
Financial
Reporting
Standards

Normas
Internacionais
de Relatório
Financeiro

“A harmonização é um processo pelo qual demasiados países, de comum acordo, ao refletirem sobre as vantagens e desvantagens de determinado modo de registro patrimonial, realizam mudanças nos seus sistemas e normas contábeis, tornando-os, assim, compatíveis, respeitando características de cada região.”

tornou-se necessário o processo de convergência das normas contábeis, que se tornasse adequado ao fluxo de transações no novo cenário econômico de mercado entre nações, decorrentes da globalização (MARTINS; MARTINS; MARTINS, 2007; FARIAS; FARIAS, 2009; CALIXTO, 2010).

Neste contexto, o objetivo geral é analisar a formação dos comitês internacionais de contabilidade e o processo da convergência das normas internacionais. Como objetivos específicos, buscou-se demonstrar o entendimento das normas contábeis, sua convergência aos padrões internacionais no mundo, de modo a atender ao estreitamento das relações econômicas no cenário de mercado contemporâneo, com base em teorias e os estudos empíricos levantados na pesquisa bibliográfica. Portanto, apresenta-se um tema atual e de repercussão para os profissionais e acadêmicos da área contábil, que buscam se adaptar de acordo com as novas responsabilidades trazidas pelas normas internacionais de contabilidade como avanço da profissão contábil, além de buscar contribuições relevantes que foram alcançadas no decorrer da atual conjuntura global e, além disso, busca trabalhar as perspectivas futuras.

2. Referencial Teórico

2.1 Convergência contábil: uma necessidade global

A Contabilidade é substancial para o auxílio da administração na tomada de decisões, responsável pela coleta de dados, mensuração monetária e evidenciação, registrando-os em forma de relatórios, que, entre outros objetivos, fornecem informações indispensáveis à avaliação de períodos e tendências, na análise da situação econômica e financeira da entidade e tomada de decisões gerenciais (MISSAGIA; VELTER, 2005; NIYAMA, 2009; IUDÍCIBUS, 2010).

Atualmente, a Contabilidade está entrelaçada com uma diversidade de novos desafios, ocasionados pelas constantes mudanças no cenário econômico mundial, no qual o processo de economia globalizada, os avanços dos mercados de capitais internacionais e o aumento dos investimentos estrangeiros ocasionam a necessidade de utilização de normas e procedimentos que contribuam para a diminuição das diferenças nas informações contábeis entre os países (LUCENA; LEITE; NIYAMA, 2004; BARBOSA NETO; DIAS; PINHEIRO, 2009).

O processo de globalização se aprofundou muito no cenário econômico, em virtude das tecnolo-

gias da informação, favorecendo maiores fluxos econômico-financeiros, criando novos níveis de conectividade entre nações, além dos limites temporários ou geográficos (DEFARGES, 1997; CASTELLS, 2000; ZÜRN, 2013). As instituições políticas, inclusive o Estado, têm como objetivo propagar a competitividade de suas economias, pois é a concorrência nos mercados globais que determina a percentagem de riqueza (CASTELLS, 1999). Nesse contexto, deduz-se a validade para as nações do reporte financeiro de suas empresas em nível de comparabilidade dentro do mercado global, na atratividade de investimentos.

Os crescentes avanços, cujo processo de internacionalização da economia foi responsável pelo surgimento de blocos econômicos continentais e regionais, buscam, por meio da cooperação, o desenvolvimento socioeconômico entre os países e, dessa forma, fortalecem de forma sistemática a competitividade em escala global (ROSA, 1999). Desse modo, entende-se que o acelerado processo do desenvolvimento global foi um fator preponderante para que os países desenvolvessem maneiras de harmonizar suas relações, de modo integrado e favorável à troca de relações e, em contexto transnacional, fundamen-

tal para o processo de convergência da elaboração das normas e práticas contábeis, em um processo de amadurecimento das relações sociais e comerciais (ROSA, 1999; LUCENA; LEITE; NIYAMA, 2004; MEIRELLES JÚNIOR; MEIRELLES, 2009; NIYAMA, 2009).

Neste contexto, o momento tornou-se desafiador para a contabilidade internacional, na era globalizada, de modo a corroborar para um conjunto de padrões contábeis globais para o mundo financeiro (MIRZA; HOLT, ORRELL, 2006). Desta forma, no cenário globalizado, evidenciou-se a finalidade da harmonização diante dos diversos padrões contábeis entre as nações, que apresentam disparidades na divulgação das demonstrações financeiras, visando satisfazer às necessidades dos investidores estrangeiros que buscam oportunidades de negócios em várias nações (MARTINS; MARTINS; MARTINS, 2007; FARIAS; FARIAS, 2009).

A harmonização é um processo pelo qual demasiados países, de comum acordo, ao refletirem sobre as vantagens e desvantagens de determinado modo de registro patrimonial, realizam mudanças nos seus sistemas e normas contábeis, tornando-os, assim, compatíveis, respeitando características de cada região. Esse processo considera a influência dessas normas na economia dentro de um contexto de unicidade de mercados, tornando-se mais viável ao atender às necessidades das partes interessadas da maneira mais clara possível. Isso mantém as relações harmônicas no fluxo do mercado global, sofrendo, portanto, pressões sobre o tipo de adoção que favoreça seus interesses e, por outro lado, apresentando obstáculos a sua adoção (SILVA; MADEIRA; ASSIS, 2004; MISSAGIA; VELTER, 2005).

A ausência de uniformidade das normas e procedimentos contábeis compromete a comparabilidade das informações apresentadas por meio das demonstrações financeiras, como observado por Avelino et al. (2010). Como ressalta Lucena, Leite e Niyama (2004), esse processo de harmonização das normas contábeis ao padrão internacional deve ser realizado com cautela, tendo em vista alcançar o objetivo de comparabilidade das informações contábeis, considerando os próprios princípios da teoria Contábil.

Entre os benefícios esperados com a harmonização contábil, destacam-se a eliminação das práticas contábeis enganosas; a limitação das habilidades dos gestores em distorcer os dados, a redução dos custos relativos à preparação e à interpretação das demonstrações financeiras; e as melhores condições na seleção de alternativas de investimentos por meio de maior qualidade da informação contábil, com maior confiabilidade e comparabilidade, favorecendo a transparência do reporte financeiro (FALK, 1994; JESUS; MORAIS; CURTO, 2008; LANTTO; SAHLSTRÖM, 2008; NIYAMA, 2009; CALIXTO, 2010). Os resultados evidenciaram a relevância das informações contábeis, neste padrão, além de dar maior capacidade de explicar o valor das empresas.

No entanto, certos cenários ou culturas entre as nações podem gerar desafios para a convergência. Schiebel (2008) evidenciou que o padrão contábil alemão é melhor que o IFRS que foi implantado

na Europa. Foi necessária uma boa análise de amostra de determinadas companhias alemãs, concluindo que a qualidade e a transparência das informações são bem mais eficientes no padrão contábil alemão. Isso demonstra ainda um desafio à convergência da contabilidade entre os países, tornando essencial a pesquisa internacional sobre a temática.

Diante desse cenário, o processo de harmonização das normas de reporte de informação contábil decorre, necessariamente, de uma intensa rede colaborativa, em que é necessária a convergência de interesses e mitigação de assimetrias, além de um esforço para gerar uma informação contábil de qualidade, entendendo-se de modo confiável e comparável.

2.2 A formação dos comitês no processo de convergência

No que se relaciona ao reporte da Contabilidade em âmbito internacional, a partir da globalização dos mercados, deixa-se clara a importância de os investidores compreenderem a linguagem contábil de cada país. Dentre os tópicos mais pesquisados sobre Contabilidade em âmbito internacional, destacam-se a existência de diferentes modelos contábeis no mundo e o processo de harmonização contábil internacional (MIRZA et al., 2006; MARTINS; MARTINS; MARTINS, 2007; FARIAS; FARIAS, 2009; ZEFF; UNIVERSITY, 2014).

Após a Segunda Guerra Mundial, cada país tinha própria prática contábil, mesmo entre países com mercados de capitais ativos, dos quais as companhias negociadas em bolsa captavam recursos. Por exemplo, no Reino Unido, na Austrália e na Nova Zelândia, permitia-se que empresas reavaliassem seus ativos fixos tangíveis, enquanto que nos EUA e no Canadá, as companhias aderiram ao custo histórico, fortemente influenciadas



pela tendência conservadora. Os métodos de Critério de Avaliação de Estoques também se distinguiam, pois, enquanto, nos EUA, o *Last In First Out (FIFO)* era amplamente utilizado, no Canadá, o mercado limitava-se a poucas indústrias. Em 1975, o órgão normalizador da Nova Zelândia regulamentou sobre depreciação, exigindo o uso do método linear, não sendo repetido por nenhum outro país (ZEFF; UNIVERSITY, 2014).

Em função também de sistemas normativos, como *common law* e o *civil law* – usuário principal da normal contábil –, uma disparidade ainda maior existia entre os países anglo-saxões e aqueles em países do continente europeu e no Japão, onde o imposto de renda e o lucro declarado dirigiam as práticas contábeis, o que levavam a resultados contábeis passíveis de manipulação por meio de reservas secretas. Em suma, a prática contábil global era bastante diversificada e a comparação significativa entre as demonstrações contábeis de diferentes países era deveras complexa (MARTINS; MARTINS, 2007; FARIAS; FARIAS, 2009; ZEFF; UNIVERSITY, 2014).

Com o rápido crescimento do comércio internacional e o investimento direto estrangeiro, a partir da década de 1950, as empresas co-

meçaram a ampliar seu alcance para além de suas fronteiras, criando um novo desafio para as lideranças da profissão contábil (ZEFF; UNIVERSITY, 2014). Considerando a necessidade de comparabilidade dos relatórios financeiros entre as empresas de diversas nações, foram criados comitês internacionais, envolvidos no processo de harmonização de normas de Contabilidade entre os países, para o surgimento de um padrão de reporte contábil (MARTINS; MARTINS; MARTINS, 2007; OLIVEIRA et al., 2008; BARBOSA NETO; DIAS; PINHEIRO, 2009; NIYAMA, 2009).

A existência de organismos comprometidos com as formulações de normas internacionais que fossem aceitas mundialmente foi essencial para estreitar as relações entre os países a partir de 1973. Nesse sentido, com o intuito de buscar soluções homogêneas, os órgãos internacionais vêm mostrando a importância de harmonizar as práticas contábeis, a nível mundial, evidenciando, então, a contabilidade como a língua universal dos negócios (OLIVEIRA et al., 2008).

Dentro do processo de convergência, ressalta-se o esforço do *International Accounting Board (IASB)*, do *International Federation of Accounting (Ifac)*, do *Interna-*

tional Organizational of Securities Commission (Iosco), das Nações Unidas, da União Europeia e do *Financial Accounting Standards Board (Fasb)* no desenvolvimento de ações voltadas para a normatização contábil no âmbito internacional. Esses órgãos são encarregados, entre outras atribuições, da emissão de pronunciamentos, interpretações, opiniões, boletins técnicos, relatórios e conceitos sobre a aplicação de normas contábeis em nível internacional; ainda têm a missão de buscar mais transparência nas informações contábeis, de forma a reduzir custos dos demonstrativos financeiros das empresas, a centralização e a uniformização da produção de procedimentos contábeis (BARBOSA NETO, DIAS; PINHEIRO, 2009; ZEFF; UNIVERSITY, 2014).

O Quadro 1 resume a criação dos principais órgãos, bem como seus respectivos objetivos.

Entre os mais relevantes, inicialmente, o *International Accounting Standards Committee (IASC)* nasceu no ano de 1973, com a ajuda de contadores de vários países, como: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, França, Irlanda, Japão, México, Países baixos e Reino Unido (AICPA, 1994). O IASB, sucessor do IASC, é o órgão

Quadro 1 – Principais órgãos internacionais de contabilidade

Ano	Órgão	Sede	Objetivo
1973	<i>International Accounting Standards Committee (IASC)</i>	Londres- Inglaterra	Formular e publicar de forma totalmente independente um novo padrão de normas contábeis internacionais que possa ser mundialmente aceito.
1973	<i>Financial Accounting Standards Board (FASB)</i>	Norwalk- Estados Unidos	Favorecer a padronização, maior eficiência na economia e nas decisões tomadas pelas empresas, trazendo maior clareza nas informações divulgadas.
1977	<i>International Federation of Accounting (IFAC)</i>	Nova Iorque- Estados Unidos	Visa o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de uma profissão contábil coordenada em nível mundial e com normas uniformes.
1983	<i>International Organizational of Securities Commission (IOSCO)</i>	Madrid- Espanha	Ordenar as atividades que regulam os valores mobiliários do mundo, além de estabelecer os padrões globais. Desenvolve, implementa e promove a adesão a padrões internacionalmente reconhecidos para a regulamentação de valores mobiliários e em estreita colaboração com o G20 e o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) na agenda de reformas regulatórias globais.
1997	<i>Standing Interpretations Committee (SIC)</i>	Londres- Inglaterra	Responder às dúvidas das interpretações dos usuários, como comitê técnico da estrutura do IASC.
2001	<i>International Accounting Standards Board (IASB)</i>	Londres- Inglaterra	Desenvolver um conjunto uniforme de normas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, a nível mundial, utilizando informações de alta qualidade, comparáveis e transparentes, que auxiliem na tomada de decisões econômicas; a promoção e aplicação de forma rígida dessas normas; e, a promoção da convergência das normas contábeis ao padrão internacional.

Fonte: elaborado pelos autores.

de grande importância na busca de harmonização, sendo a promoção da convergência das normas contábeis a nível internacional uma de suas funções. Formado por vários países, o IASB é um organismo independente, que tem como competência o desenvolvimento de normas que sejam compreensíveis para o fornecimento de informações que vão de encontro aos padrões da contabilidade (LEMES; SILVA, 2007).

Movimentos voltados a favor da internacionalização das normas contábeis já envolve, hoje em dia, mais

de 100 países, que já exigem ou permitem que suas empresas adotem as normas contábeis do *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Dessa maneira, esse procedimento de adequação não é tão simples, levando em consideração as diferenças de ordem política, cultural e de legislação (REZAEI; SMITH; SZENDI, 2010; DELOITTE, 2017).

2.3 A elaboração das normas internacionais de contabilidade

As normas internacionais de contabilidade, inicialmente, receberam o nome de *Internatio-*

nal Accounting Standards (IAS) e, atualmente, são conhecidas como *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Emitidas pelo IASB, essas normas são pronunciamentos baseados em princípios e, não, em regras específicas (CALIXTO, 2010; DELOITTE, 2017).

O Quadro 2 apresenta a sequência histórica da criação das normas internacionais pelo IASB.

Quando se fala do IFRS, Silva, Madeira e Assis (2004) reforçam que esses padrões emitidos pelo IASB foram considerados uma revolução nos mercados financeiros e que, a partir

Quadro 2 – Evolução das normas divulgadas pelo IASB

Norma	Título Original	Última alteração	Situação
IAS 1	<i>Presentation of Financial Statements</i>	2007*	Vigente
IAS 2	<i>Inventories</i>	2005*	Vigente
IAS 3	<i>Consolidated Financial Statements</i>	1976	Substituído em 1989 pela IAS 27 e pela IAS 28
IAS 4	<i>Depreciation Accounting</i>	-	Withdrawn in 1999
IAS 5	<i>Information to Be Disclosed in Financial Statements</i>	1976	Substituído pela IAS 1 a partir de 1 de julho de 1998
IAS 6	<i>Accounting Responses to Changing Prices</i>	-	Substituído pela IAS 15, que foi retirada em dezembro de 2003
IAS 7	<i>Statement of Cash Flows</i>	1992	Vigente
IAS 8	<i>Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors</i>	2003	Vigente
IAS 9	<i>Accounting for Research and Development Activities</i>	-	Substituído pela IAS 38 a partir de 1 de Julho de 1999
IAS 10	<i>Events After the Reporting Period</i>	2003	Vigente
IAS 11	<i>Construction Contracts</i>	1993	Será substituído pela IFRS 15 a partir de 1 de janeiro de 2018
IAS 12	<i>Income Taxes</i>	1996*	Vigente
IAS 13	<i>Presentation of Current Assets and Current Liabilities</i>	-	Substituído pela IAS 1 a partir de 1 de Julho de 1998
IAS 14	<i>Segment Reporting</i>	1997	Substituído pela IFRS 8 a partir de 1 de janeiro de 2009
IAS 15	<i>Information Reflecting the Effects of Changing Prices (Withdrawn December 2003)</i>	2003	Vigente
IAS 16	<i>Property, Plant and Equipment</i>	2003*	Vigente
IAS 17	<i>Leases</i>	2003*	Será substituído pela IFRS 16 a partir de 1 de janeiro de 2019
IAS 18	<i>Revenue</i>	1993*	Será substituído pela IFRS 15 a partir de 1 de janeiro de 2018
IAS 19	<i>Employee Benefits (1998)</i>	1998	Substituído pela IAS 19 (2011) a partir de 1 de janeiro de 2013
IAS 19	<i>Employee Benefits (2011)</i>	2011*	Vigente
IAS 20	<i>Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance</i>	1983	Vigente
IAS 21	<i>The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates</i>	2003*	Vigente
IAS 22	<i>Business Combinations</i>	1998*	Substituído pela IFRS 3 a partir de 31 de março de 2004
IAS 23	<i>Borrowing Costs</i>	2007*	Vigente
IAS 24	<i>Related Party Disclosures</i>	2009*	Vigente
IAS 25	<i>Accounting for Investments</i>	-	Substituído pela IAS 39 e IAS 40 em vigor em 2001
IAS 26	<i>Accounting and Reporting by Retirement Benefit Plans</i>	1987	Vigente
IAS 27	<i>Separate Financial Statements (2011)</i>	2011	Vigente
IAS 27	<i>Consolidated and Separate Financial Statements</i>	2003	Substituído pela IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (2011) a partir de 1 de janeiro de 2013
IAS 28	<i>Investments in Associates and Joint Ventures (2011)</i>	2011	Vigente
IAS 28	<i>Investments in Associates</i>	2003	Substituído pela IAS 28 (2011) e pela IFRS 12 a partir de 1 de janeiro de 2013
IAS 29	<i>Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>	1989	Vigente
IAS 30	<i>Disclosures in the Financial Statements of Banks and Similar Financial Institutions</i>	1990	Substituído pela IFRS 7 a partir de 1 de janeiro de 2007
IAS 31	<i>Interests In Joint Ventures</i>	2003*	Substituído pela IFRS 11 e IFRS 12 a partir de 1 de janeiro de 2013

Quadro 2 – Evolução das normas divulgadas pelo Iasb

Norma	Título Original	Última alteração	Situação
IAS 32	<i>Financial Instruments: Presentation</i>	2003*	Vigente
IAS 33	<i>Earnings Per Share</i>	2003*	Vigente
IAS 34	<i>Interim Financial Reporting</i>	1998	Vigente
IAS 35	<i>Discontinuing Operations</i>	1998	Substituído pela IFRS 5 a partir de 1 de janeiro de 2005
IAS 36	<i>Impairment of Assets</i>	2004*	Vigente
IAS 37	<i>Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets</i>	1998	Vigente
IAS 38	<i>Intangible Assets</i>	2004*	Vigente
IAS 39	<i>Financial Instruments: Recognition and Measurement</i>	2003*	Substituído pela IFRS 9 a partir de 1 de janeiro de 2018, onde é aplicada a IFRS 9
IAS 40	<i>Investment Property</i>	2003*	Vigente
IAS 41	<i>Agriculture</i>	2001	Vigente
IFRS 1	<i>First-time Adoption of International Financial Reporting Standards</i>	2008*	Vigente
IFRS 2	<i>Share-based Payment</i>	2004	Vigente
IFRS 3	<i>Business Combinations</i>	2008*	Vigente
IFRS 4	<i>Insurance Contracts</i>	2004	Será substituído pela IFRS 17 a partir de 1 de janeiro de 2021
IFRS 5	<i>Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations</i>	2004	Vigente
IFRS 6	<i>Exploration for and Evaluation of Mineral Assets</i>	2004	Vigente
IFRS 7	<i>Financial Instruments: Disclosures</i>	2005	Vigente
IFRS 8	<i>Operating Segments</i>	2006	Vigente
IFRS 9	<i>Financial Instruments</i>	2014*	Vigente
IFRS 10	<i>Consolidated Financial Statements</i>	2011	Vigente
IFRS 11	<i>Joint Arrangements</i>	2011	Vigente
IFRS 12	<i>Disclosure of Interests in Other Entities</i>	2011	Vigente
IFRS 13	<i>Fair Value Measurement</i>	2011	Vigente
IFRS 14	<i>Regulatory Deferral Accounts</i>	2014	Vigente
IFRS 15	<i>Revenue from Contracts with Customers</i>	2014	Vigente
IFRS 16	<i>Leases</i>	2016	Vigente
IFRS 17	<i>Insurance Contracts</i>	2017	Vigente

Nota: As tabelas acima listam a versão mais recente (ou versões se um pronunciamento ainda não foi substituído) de cada pronunciamento e a data em que as revisões foram originalmente emitidas. Quando um pronunciamento foi reeditado com o mesmo nome ou um nome diferente, a data indicada nas tabelas acima é a data em que o pronunciamento revisado foi reeditado (estes são indicados com um asterisco (*) nas tabelas). A maioria dos pronunciamentos também foi alterada através de projetos do Comitê de Interpretação do Iasb ou IFRS, para emendas consequentes decorrentes da emissão de outros pronunciamentos, o processo de melhorias anuais e outros fatores. Nossa página para cada pronunciamento tem um histórico completo do pronunciamento, seu desenvolvimento, emendas e outras informações.

Fonte: elaborado com base em Deloitte (2017).

do ano de 2005, muitas empresas da União Europeia se tornariam obrigadas a introduzir essas normas, dando assim um grande passo para a harmonização internacional. Confirmando essa previsão, Carvalho, Lemes e Costa (2006, p. 19) constataram que “os IFRS ganharam uma proporção enorme quanto a sua importância, com a sua obrigatoriedade em empresas que estão na bolsa da União Europeia a partir de 2005”.

Niyama (2009) destaca a importância por parte do profissional da contabilidade em atualizar-se, adaptando-se aos novos padrões, de forma a atender ao relato das demonstrações financeiras de acordo com as exigências de certos países, geran-

do informação de modo transparente e comparável. Assim, torna-se mais acessível atender aos interesses das expansões comerciais e financeiras das empresas no âmbito internacional. Diante disso, as demonstrações financeiras serão estabelecidas com maior confiabilidade, atendendo melhor aos interesses de classes de usuários da informação contábil.

O entendimento sobre as extensões da internacionalidade da Contabilidade é essencial para todos os que desejem negociar por fronteiras nacionais e internacionais, cujas buscas por captação de investimentos estrangeiros demandam a utilização de normas e procedimentos contábeis padronizados. Então,

esse fato reforça a ideia de buscar pela harmonização de normas contábeis, para que, dessa forma, as demonstrações financeiras sejam adequadamente avaliadas também por investidores estrangeiros (BARBOSA NETO; DIAS; PINHEIRO, 2009; PINHEIRO, AZEVEDO; CRUZ, 2013).

Observando a real importância de tais fatos mencionados, evidencia-se o processo de criação de um cenário oportuno para o estudo das direções de pesquisas quanto à harmonização contábil internacional e para as investigações de como as pesquisas procederão a partir desses acontecimentos (BAKER; BARBU, 2007). Estes fatores promovem a ampliação do objetivo de práticas

de contabilidade internacional, promovendo informações aos usuários internos e externos da entidade, em função do processo de globalização.

Dessa forma, para atender às necessidades da classe contábil, os comitês internacionais se constituem como instrumento indispensável. Assim, a regulação das normas contábeis é fundamental tanto para a harmonização quanto para a manutenção das relações econômicas harmônicas. Portanto, são oportunas as pesquisas sobre contabilidade internacional, pois as normas IFRS apresentam uma temática atual, portanto relevante, e dinâmica, diante de sua evolução constante, que impactam tanto a avaliação dos usuários da informação contábil quanto os fluxos de capitais e movimentações econômicas das empresas transnacionais.

3. Metodologia

Este trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva e bibliográfica, desenvolvida por meio de análises em livros, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, visando coletar o conteúdo necessário para o estudo da temática, por meio da seleção e interpretação das contribuições teóricas já existentes sobre o assunto.

Quanto ao objetivo do estudo, a pesquisa é predominantemente descritiva, conforme Gil (1999), tendo como principal finalidade descrever determinada característica da população ou fenômeno ou estabelecimento de relação entre variáveis,

sem o aprofundamento de uma pesquisa explicativa. Neste estudo, busca-se descrever a relação da harmonização contábil com os fluxos econômicos globais, mediante resultados de estudos na literatura.

Por sua vez, quanto à estratégia de coleta de dados, a pesquisa bibliográfica promove a verificação dos dados obtidos por meio do acervo pesquisado, confrontando informações entre as diversas literaturas publicadas sobre o tema. A esse respeito, Marconi e Lakatos (1990) lecionam que a pesquisa bibliográfica se dá por meio da coleta de material ou de fontes secundárias, abrangendo bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas até meios de comunicações orais.

Para o presente estudo bibliográfico, utilizou-se de descritores ou palavras-chaves que tenham relação com o tema, como “comitês internacionais”, “contabilidade internacional”, “convergência contábil”, “harmonização contábil internacional”, “normas internacionais de contabilidade”, “padrões internacionais de contabilidade”, e termos correlatos e os derivados da língua inglesa, especialmente “IFRS” e “IASB”, na pesquisa em diretórios, bibliotecas digitais e outras bases de dados, com ênfase na busca de artigos na *Scientific Periodicals Electronic Library* (Spell), e, posteriormente, na *ResearchGate*, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), além de indicações de citações quantificadas pelo Google Acadêmico. De forma

complementar, também foram pesquisados em anais de eventos científicos para a área, bibliotecas digitais de teses e dissertações em universidades nacionais, levantados no período de 10 de dezembro de 2017 a 25 de julho de 2018.

Após uma primeira leitura, partindo no resumo dos artigos decorrentes do levantamento bibliográfico com o alinhamento a proposta deste trabalho, parte compôs o referencial teórico, enquanto que os de caráter empírico foram destacados para análise e discussão do estudo.

A Tabela 1 apresenta a origem dos artigos do levantamento bibliográfico.

O levantamento bibliográfico buscou, predominantemente, coletar artigos que evidenciassem a temática da formação dos comitês e processo de elaboração e discussão das normas de contabilidade, sendo que a maior parte dos artigos nacionais tiveram como origem a base de dados Spell, com 16 publicações, formando 55,2% das pesquisas nacionais. O uso predominante desta base, promovida pela Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (Anpad), decorreu-se por sua divulgação de trabalhos em periódicos nacionais na área de Administração e Contabilidade.

A distribuição longitudinal dos artigos, decorrentes do levantamento bibliográfico, buscou uma revisão de literatura mais recente sobre a temática, entre as quais se configuram 10 estudos empíricos, analisados na seção a seguir.

Tabela 1 – Levantamento bibliográfico dos artigos acadêmicos

Fonte	1994	2004	2007	2008	2009	2010	2011	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Anais	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Google Acad.	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	3
ResearchGate	0	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	4
ScienceDirect	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Spell	0	1	1	0	2	1	1	1	3	1	2	2	1	16
Wiley	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Total	1	2	3	2	4	4	1	2	3	1	2	2	1	28

Fonte: dados da pesquisa.

4. Análise dos estudos empíricos recentes

Com o intuito de observar alguns resultados empíricos da convergência contabilística no cenário mundial, o Quadro 3 apresenta artigos empíricos levantados para o pe-

ríodo de 2011 a 2018, considerando que boa parte das normas IFRS já foram emitidas pelo Iasb antes deste período.

Lemes e Oliveira (2011) observam que as normas norte-americanas estão com maior nível de convergência ao padrão IFRS, enquanto

que as normas brasileiras tendem a sofrer ainda modificações para maior nível de divulgação no padrão internacional. No entanto, Khatib e Sayed (2013), considerando os aspectos distintos das transações islâmicas em relação ao mundo ocidental, concluem que o Iasb deve emitir

Quadro 3 – Estudos empíricos no cenário mundial

Autor (ano)	Objetivo	País(es) envolvidos	Metodologia
Lemes e Oliveira (2011)	Avaliar em que nível as informações contábeis divulgadas nos mercados brasileiro e norte-americano atendem aos requisitos da adoção inicial das IFRS – <i>International Financial Reporting Standards</i> .	Brasil e EUA	Pesquisa descritiva quanto aos seus objetivos e utilizando-se dos procedimentos técnicos de pesquisa documental e de análise de conteúdo clássica das demonstrações contábeis para o ano de 2008 de empresas listadas simultaneamente na Bolsa de Valores de Nova Iorque e na Bolsa de São Paulo.
Khatib e Sayed (2013)	Apresentar as diferenças entre as estruturas conceituais da Contabilidade entre o International Accounting Standards Board (Iasb) e a Accounting and Auditing Organization for Islamic Financial Institution (AAOIFI).	Países da Comunidade Islâmica	Pesquisa com abordagem qualitativa, com estratégia bibliográfica e documental, para comparação da estrutura e semântica dos termos dos respectivos documentos conceituais, de modo a verificar as diferenças entre estes a possível necessidade de uma norma específica para produtos de Finanças Islâmicas por parte do Iasb.
Pinheiro, Azevedo e Cruz (2013)	Descrever a evolução do normativo contabilístico português e apresentar as diferenças estruturais entre o atual modelo contabilístico (SNC) e o modelo antecessor (POC).	Portugal	Metodologia qualitativa, assentada na análise documental sobre a matéria em estudo e de diplomas contabilísticos.
Calvi e Galdi (2014)	Investigar se há evidências de que a carta emitida e divulgada ao mercado pelo Iasb, alertando sobre a inadequação da contabilização dos títulos de dívida soberanos de alto risco, apresentou conteúdo informacional e causou alterações nos preços das ações de bancos da Alemanha, Espanha, França, Itália e do Reino Unido, que possuíam títulos gregos em suas carteiras.	Alemanha, Espanha, França, Itália e do Reino Unido	Utilizou-se a medida de Retorno Ajustado pelo Mercado e, através de uma abordagem de diferença em diferença, testou-se o efeito da interação entre o tempo após a data do evento e o grupo de tratamento. Para esse teste foi realizada uma regressão para cada janela de evento, sendo aplicado o método dos Mínimos Quadrados Ordinários com dados agrupados (pooled data).
Carmo, Ribeiro e Carvalho (2014)	Investigar a influência de grupos de interesse (lobby) no processo de normatização contábil internacional empreendido pelo Iasb, no caso da padronização do <i>leasing</i> .	África do Sul, Austrália, Brasil, China, Índia, Japão, Suécia, França, Reino Unido, EUA	Utilizou-se da técnica da regressão logística para verificar se as características identificadas nos respondentes das 302 cartas-comentários enviadas ao Iasb tiveram influência na posição manifestada pelo órgão no Exposure Draft sobre Leasing emitido logo após o Discussion Paper do Iasb.
Ayres, Costa e Szuster (2016)	Analisar as cartas-comentários referentes às propostas de alterações do Iasb referentes aos critérios de reconhecimento e desreconhecimento contábil dos elementos das demonstrações financeiras no processo de revisão da Estrutura Conceitual.	Países da Ásia, América do Norte, Oceania, América do Sul, África e América Central	Estudo com objetivo descrito, com desenvolvimento da teoria tendo como base a abordagem regulatória, e a análise conteúdo de 235 cartas-comentários como método de avaliação.
Silva, Niyama e Rodrigues (2016)	Analisar a percepção dos participantes do processo normativo do Iasb sobre a proposta de revisão da Conceptual Framework for Financial Reporting, a fim de descobrir qual o nível de concordância ou discordância dos usuários perante a proposta do <i>Discussion Paper</i> - DP/2013/1.	Reino Unido, Austrália, Alemanha, EUA, Canadá, Brasil, Hong Kong, Índia, França, Singapura, Suíça, Espanha, Japão, Malásia, China e Coreia do Sul	Pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, com a coleta de 80 cartas-comentários e análise do DP/2013/1, proposto pelo Iasb para a Estrutura Conceitual, considerando suas nove seções. Foram utilizadas técnicas de tabulação, após análise documental das cartas-comentários sobre a concordância ou não à opinião do Iasb e argumentação dos respondentes.
Barreto, Santos e Tavares (2017)	Investigar a influência das propostas dos diversos constituintes na elaboração final da Seção 1 – Objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral do Conceptual Framework for Financial Reporting.	Países da América do Norte, América do Sul, Ásia, Europa e Oceania	Estudo com caráter exploratório baseado no conteúdo da primeira questão de 233 cartas comentários, enviadas por empresas, do documento base de conclusão do Iasb. Para análise dos dados foi utilizado teste estatístico não paramétrico Qui-Quadrado.
Haveroth et al. (2017)	Identificar as características e perspectivas internacionais dos diversos grupos de interesses em relação à IFRS SMEs.	Países da Europa, Ásia, América, África e Oceania	Coleta de dados secundários em 57 cartas comentários de pré-implantação enviadas ao Iasb, objetivando ajustes na norma SMEs, com tabulação dos dados.
Carmo, Ribeiro e Carvalho (2018)	Investigar o ambiente normativo do Iasb com o intuito de identificar qual teoria de regulação, se a Teoria de Interesse Público ou se a Teoria dos Grupos de Interesse, seria a mais adequada para explicar a conduta regulatória desse órgão.	África do Sul, Austrália, Brasil, China, Índia, Japão, Suécia, França, Reino Unido, EUA	Analisou-se a associação de características dos respondentes das cartas de comentário do processo de elaboração da norma IFRS 11 e sua influência na decisão do Iasb de não manter o método da consolidação proporcional para os empreendimentos controlados em conjunto, por meio da regressão logística.

Fonte: elaborado pelos autores.

normas específicas para produtos de Finanças Islâmicas, dadas as divergências pertinentes entre os documentos, principalmente nos objetivos das demonstrações contábeis, dos usuários da informação contábil e no conceito da forma jurídica e essência econômica das transações.

Relatam Pinheiro, Azevedo e Cruz (2013) que, inicialmente, Portugal integrou os países de influência continental, reconhecidos pela existência de um plano de contabilidade, e com o passar verificou-se a influência das normas do lasb no normativo português. O processo de harmonização contabilística europeu proporcionou um novo modelo com crescente ascendência anglo-saxônica, inserindo uma estrutura conceitual, com uma filosofia mais baseada em princípios do que em regras, com prevalência da perspectiva econômica, metodologia de abordagem direcionada para o relato financeiro e aumento da aplicação do valor justo, com o incremento da incorporação de juízos de valor.

Calvi e Galdi (2014) encontraram evidências de que a carta do lasb impactou o retorno das ações dos bancos da Alemanha, Espanha, França, Itália e do Reino Unido, que possuíam títulos do governo grego no período analisado.

Para Carmo, Ribeiro e Carvalho (2014), apenas as opiniões de profissionais da contabilidade, normatizadores nacionais e acadêmicos exerceram influência nas decisões tomadas pelo lasb no caso dos comentários sobre padronização de normas para o registro contábil do *Leasing*.

Os resultados de Ayres, Costa e Szuster (2016) indicaram que, quanto à origem das cartas-comentários, há preponderância do continente europeu, dos países anglo-saxões e de participação de entidades profissionais, setoriais e o grupo formado pela academia, auditoria e contábil, indicando a influência de especialistas em Contabilidade. Apesar da ten-

dência de concordância no âmbito geral às propostas do lasb, observa-se inconformismo, destacando que os critérios estão fragilizados em função da carência de estabelecimento de conceituação robusta, evidenciando necessidade por orientações elaboradas em estrutura teórica robusta e com utilidade prática (*guidance*).

Silva, Niyama e Rodrigues (2016) destacaram que os normatizadores figuraram, em primeiro lugar, no envio de *comment letters* da Estrutura Conceitual, seguidos por associações de classe, e com baixa participação da academia. A escala de concordância com o *Discussion Paper – DP/2013/1* evidenciou 69,72%, 20,91% e 9,38%, respectivamente, para o nível de concordância, discordância e opiniões parciais. No geral, os resultados da pesquisa evidenciaram que a maioria dos respondentes concorda com a proposta do lasb e, para embasar seus argumentos, fazem uso da experiência prática e o que pensam no tocante a determinados assuntos, sem a utilização de argumentos teóricos que dessem suporte à temática analisada.

Barreto, Santos e Tavares (2017) concluíram que a grande maioria das empresas apoiou as sugestões feitas pelo lasb e solicitaram algumas explicações em sua base de conclusão, onde este órgão considerou necessário acatar algumas, como, por exemplo, clarificar o objetivo dos relatórios financeiros e explicar as decisões de alocação de recursos, fornecer informações necessárias para avaliar a gestão de administração de recursos da entidade e melhor explicar a noção de prudência, dessa forma, contribuindo para o melhor entendimento dos interessados no que diz respeito à Estrutura Conceitual.

Os resultados de Haveroth et al. (2017) indicam que todos os contíntes participaram dos comentários em relação às IFRS das SMEs, com uma concentração da Europa,

bem como as associações de contabilidade foram os maiores interessados na padronização.

Carmo, Ribeiro e Carvalho (2018) evidenciaram sucesso no *lobbying* de participantes dos países com sistema jurídico consuetudinário (*common law*), caracterizado pelo modelo contábil anglo-americano, o que traz indícios de que o processo de regulação contábil internacional seria mais identificado com a Teoria dos Grupos de Interesse.

Desta forma, os estudos empíricos apontam uma dinâmica de interesses na discussão das normas, com satisfatória aceitação dos padrões emanados pelo lasb.

5. Conclusão

A realização deste trabalho proporcionou a obtenção de maiores conhecimentos sobre a temática em questão, por meio de um estudo bibliográfico que pudessem dar um entendimento em relação ao objeto desta pesquisa. Portanto, pode-se notar que a Contabilidade, em sua contínua dinamicidade, sempre buscou adaptar-se às novas realidades. Além disso, também permitiu, por meio de pesquisas, uma análise das percepções acerca da contabilidade no âmbito internacional, considerando o mercado globalizado para o progresso uniforme e o estreitamento cada vez maior das convergências contábeis entre nações.

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise da importância do surgimento dos comitês contábeis para a convergência das normas internacionais e seus impactos na atual conjuntura global de mercado. Diante disso, pode-se ter um entendimento dos pontos abordados no trabalho de modo a alcançar os objetivos propostos, no momento que se enfatizou a importância da formação de comitês para a convergência contá-

bil no mundo globalizado, levando em consideração os fluxos de capitais e movimentações financeiras internacionais, de forma a demonstrar o entendimento dessas normas, a necessidade e a evolução de convergência das nações interessadas que estão em competitividade a nível global e os aspectos dos fluxos econômicos investimentos.

É importante mencionar que, ao longo do trabalho, foi apresentado um panorama sobre a busca da convergência contábil no que concerne ao processo de globalização, o que acabou culminando nos avanços da Contabilidade no sistema internacional. Em razão dessas mudanças pertinentes, tanto para os profissionais da área quan-

to para os próprios usuários que tiveram que passar por uma fase de adaptação, a fim de melhor utilizar esses instrumentos e se familiarizar a este novo procedimento, nasceu a necessidade de maior clareza e comparabilidade entre os reportes financeiros de diferentes empresas, de modo a favorecer aos usuários da informação contábil, especialmente os investidores globais.

Ficou evidente, especialmente por meio dos resultados do referencial teórico levantado, que a influência da formação dos comitês internacionais para a formação das normas internacionais de contabilidade originou-se por meio da necessidade de comparabilidade dos relatórios financeiros entre as empresas de diversas nações,

para o surgimento de um padrão de reporte financeiro, entre os diversos usuários da informação contábil. Além disso, o processo de convergência tem encarado desafios entre as diferentes nações, dentre os múltiplos interessados na padronização, nos seus sistemas normativos e no interesse por *guidance*.

No entanto, por se tratar de um assunto contemporâneo, dinâmico e pertinente, sugerem-se novos estudos que aprofundem a temática sobre as normas internacionais de contabilidade, de modo a favorecer a compreensão da formulação das normas e sua adequação entre as nações, ao mesmo tempo que favoreça a qualidade da informação contábil para seus usuários.

6. Referências

AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS. SPECIAL COMMITTEE ON FINANCIAL REPORTING. *Improving business reporting: a customer focus*. New York: AICPA. 1994.

ALVES, M. C. G.; ANTUNES, E. C. A implementação das normas internacionais de contabilidade na Europa: um estudo comparativo. *Texto para Discussão*, n. 10, Universidade da Beira Interior, Departamento de Gestão e Economia, maio 2010.

AVELINO, B. C.; SANTANA, G. A. S.; COLAUTO, R. D.; MADERA, G. J. Análise do perfil dos estudantes em Ciências Contábeis e sua relação com o processo de convergência das normas contábeis. *RBC: Revista Brasileira de Contabilidade*, v. 39, p. 63-77, 2010.

AYRES, R. M.; COSTA, R. S. L. F.; SZUSTER, N. Estrutura Conceitual: uma análise das cartas-comentários referentes às propostas do lasb para reconhecimento e desreconhecimento contábil. *Pensar Contábil*, v. 18, n. 67, p. 23-31, 2016.

BAKER, C. R.; BARBU, E. M. Trends in research on international accounting harmonization. *The International Journal of Accounting*, v. 42, n. 3, p. 272-304. 2007.

BARBOSA NETO, J. E.; DIAS, W. O.; PINHEIRO, L. E. T. Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 20, n. 4, p. 131-153, 2009.

BARRETO, D. R. A.; SANTOS, R. S.; TAVARES, M. F. N. Uma análise de conteúdo das Cartas Comentários enviadas por empresas para as alterações da Seção 1 - Objetivo da Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro de Propósito Geral da Estrutura Conceitual Proposta pelo lasb. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 7, n. 2, p. 176-196, 2017.

CALIXTO, L. Análise das pesquisas com foco nos impactos da adoção do IFRS em países europeus. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, v. 21, n. 1, p. 157-187. jan./mar. 2010.

CALVI, C. Z.; GALDI, F. C. A opinião do normatizador importa? Análise do impacto da divulgação da carta do lasb nos retornos das ações dos bancos europeus com exposição em títulos gregos. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, v. 25, n. 64, p. 79-91, 2014.

CARMO, C. H. S.; RIBEIRO, A. M.; CARVALHO, L. N. G. Influência dos grupos de interesse no processo de normatização contábil internacional: o caso do discussion paper sobre leasing. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 25, n. 2, p. 98-118, 2014.

CARMO, C. H. S.; RIBEIRO, A. M.; CARVALHO, L. N. G. Regulação contábil internacional: interesse público ou grupos de interesse? *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 21, n. 1, p. 1-20, 2018.

CARVALHO, N. L.; LEMES, S.; COSTA, F. M. da. *Contabilidade Internacional: aplicação das IFRS 2005*. São Paulo: Atlas, 2006.

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura: Vol. 1: o poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DEFARGES, P. M. *A mundialização*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

DELOITTE – DELOITTE GLOBAL SERVICES LIMITED. *International Accounting Standards*. Disponível em: <<http://www.iasplus.com/en/standards>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

FALK, H. International accounting: a quest for research. *Contemporary Accounting Research*, v. 11, n. 1, p. 595-615. Fall 1994.

FARIAS, M. R. S.; FARIAS, K. T. R. Tópicos para pesquisa sobre contabilidade internacional: evidências empíricas no Brasil. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 2009. *Anais...* Curitiba: ANPAD, 2009.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

HAVERTH, J.; NEZ, E.; BILK, A.; KLANN, R. C. Características e perspectivas internacionais dos diversos grupos de interesses em relação à IFRS SME's. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 11, n. 4, p. 430-450, 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JESUS, T. A.; MORAIS, A. I.; CURTO, J.D. Empirical evidence on the stock market valuation of IFRS reconciliations of earnings and book value. In: Asian-Pacific. Conference on International Accounting Issues, *Anais...*, 20º, APC, Paris, France, 2008.

JORISSEN, A.O. Iasb: Das informações contábeis de alta qualidade em direção às informações para fomentar confiança e estabilidade nos mercados globais. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, v. 26, n. 69, p. 0-0, 2015.

KHATIB, A. S.; SAYED, S. Necessidade de normas contábeis internacionais para produtos de finanças islâmicas: diferenças entre as estruturas conceituais da contabilidade do Iasb e da AAOIFI. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 3, n. 3, p. 114-129, 2013.

LANTTO, A. M.; SAHLSTRÖM, P. Impact of International Financial Reporting Standard Adoption on Key Financial Ratios. *Accounting & Finance*, v. 49, n. 2, p. 341-361, 2009.

LEMES, S.; OLIVEIRA, V. A. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do Iasb: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, v. 22, n. 56, art. 3, p. 155-173, 2011.

LEMES, S.; SILVA, M. G. A experiência de empresas brasileiras na adoção das IFRS. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 18, n. 3, p. 37-58, 2007.

LUCENA, W. G. L.; LEITE, D. C. de C.; NIYAMA, J. K. *Contabilidade internacional e os desafios da harmonização mundial*. Disponível em: <http://veredas.favip.edu.br/index.php/veredas/article/viewFile/5/4> Acesso em: 15 jan. 2018.

MALAUQUAS, Rodrigo Fernandes. *Disclosure de instrumentos financeiros segundo as normas internacionais de contabilidade: evidências empíricas de empresas brasileiras*. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990

MARTINS, E.; MARTINS, V. A.; MARTINS, E. A. Normatização contábil: ensaio sobre sua evolução e o papel do CPC. *Revista de Informação Contábil*, Recife, v. 1, n. 1, p. 7-30, 2007.

MEIRELLES JUNIOR, J. C. de; MEIRELLES, C. D. do A. A busca pela harmonização das normas internacionais de contabilidade. *Revista Mineira de Contabilidade*, Belo Horizonte, n. 33, p. 6-15, jan./fev./mar. 2009.

MEIRELLES JUNIOR, Julio Candido de; MEIRELLES, Camyla D'Elyz do Amaral. A busca pela harmonização das normas internacionais de contabilidade. *Revista Mineira de Contabilidade*, Belo Horizonte, n. 33, p. 6-15, jan./mar. 2009.

MIRZA, A. A., HOLT, G. J., AND ORREL, M. *IFRS: workbook and guide*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2006.

MISSAGIA, L. R.; VELTER, F. *Manual de contabilidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus –Elsevier, 2005.

NAGATSUKA, D. A. da S.; TELES, E. L. *Manual de Contabilidade Introdutória*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

NIYAMA, J. K. *Contabilidade internacional*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Alexandre Martins Silva de; FARIA, Anderson de Oliveira; OLIVEIRA, Luís Martins de; ALVES, Paulo Sávio Lopes da Gama. *Contabilidade Internacional: gestão de riscos, governança corporativa, contabilização de derivativos*. São Paulo: Atlas, 2008.

PINHEIRO, C. F. R.; AZEVEDO, G. M. C.; CRUZ, S. N. S. R. A. Do POC ao SNC: evolução e aspetos diferenciadores. *Revista Portuguesa de Contabilidade*, v. 3, n. 10, pp. 1-24, 2013.

REZAEI, Z.; SMITH, L. M.; SZENDI, J. Z. Convergence in accounting standards: insights from academicians and practitioners. *Advances in accounting, incorporating Advances in International Accounting*, v. 26, n. 1, p. 142-154, 2010.

RODRIGUES, L. L.; PEREIRA, A. A. C. *Manual de Contabilidade Internacional: a diversidade contabilística e o processo de harmonização internacional*. Lisboa: Publisher Team, 2004.

ROSA, Paulo Moreira da. *A Contabilidade no Mercosul*. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHIEBEL, A. *Is There a Solid Empirical Foundation for the Iasb's Draft IFRS for SMEs?* Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=994684> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.994684>, Feb. 2008.

SILVA, C. B. A.; MADEIRA, G. J.; ASSIS, J. L. F. Harmonização de normas contábeis: um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 115-139, jan. 2004.

SILVA, J. P.; NIYAMA, J. K.; RODRIGUES, A. M. Análise da percepção dos participantes do processo normativo do Iasb sobre a proposta de revisão da Estrutura Conceitual. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 9, n. 3, p. 243-261, 2016.

ZEFF, S.; UNIVERSITY, R. A evolução do IASC para o Iasb e os desafios enfrentados. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, v. 25, n. especial, p. 300-320, 2014.

ZÜRN, M. Globalization and global governance. In: CARLSNAES, W. et al (Ed.), *Handbook of International Relations*. 2nd. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2013.



(a) Reconhecimento do Ativo		
D	1.1.5.XX.XX.XX - Títulos CEPACs Disponível para Venda (P)	\$ 50.000
C	1.1.1.XX.XX.XX - Caixa e Equivalentes de Caixa	\$ 50.000
(b) Execução da Despesa Orçamentária		
D	6.2.2.1.3.01.00 - Crédito Empenhado a Liquidar	\$ 50.000
C	6.2.2.1.3.03.00 - Crédito Empenhado a Liquidado	\$ 50.000
(c) Movimentação da Disponibilidade por Fonte de Recursos (DDR)		
D	8.2.1.1.2.00.00 - DDR Comprometida por Empenho e Não Liquidadas	\$ 50.000
C	8.2.1.1.4.00.00 - DDR Utilizada por Pagamento Desp. Orçam. e Outros	\$ 50.000

Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepac): o que são e como contabilizar

Os Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepac) se constituem em um tipo de ativo pouco conhecido na estrutura administrativa brasileira. Por essa razão, tem gerado diversas confusões conceituais de classificação e reconhecimento no âmbito da contabilidade governamental, mormente em virtude de esse Certificado apresentar, também, características de instrumentos financeiros. É, pois, objetivo deste trabalho propor um roteiro de reconhecimento para os Cepacs, tendo por fundamento as *International Public Sector Accounting Standard*. Em face desse objetivo, realizou-se pesquisa de cunho qualitativo na qual se lançou mão da pesquisa documental. Dentre as principais conclusões, destacam-se que: o Cepac não é nem instrumento patrimonial, nem instrumento financeiro, uma vez que, com exceção das empresas estatais, as demais entidades públicas não possuem instrumentos patrimoniais, pois o patrimônio público é indivisível; o Cepac deve ser contabilizado como Estoque e deve ser mensurado pelo seu custo de emissão, a não ser quando esse custo for irrisório e, neste caso, deverá prevalecer a avaliação pelo valor justo.

Janilson Antonio da Silva Suzart

Contador, possui doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). É auditor federal de Finanças e Controle no Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União (CGU).

E-mail: suzart@suzart.cnt.br

Robson Zuccolotto

Contador, tem pós-doutorado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (Eaesp-FGV), doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e é professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

E-mail: robsonzuccolotto@gmail.com

Diones Gomes da Rocha

Contador e doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo – Eaesp-FGV, é mestre em Contabilidade pela Universidade de Brasília - UnB; Auditor de Controle Externos no Tribunal de Contas da União (TCU).

E-mail: dionesgr222@hotmail.com

2068 – Recebido em 30/4/2018. Distribuído em 2/5/2018. Pedido de revisão em 25/6/2018. Resubmetido pelo autor em 3/7/2018. Aprovado em 25/7/2018, na terceira rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição setembro-outubro de 2018. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

É frequente ouvir a tese de que o setor privado é mais eficiente do que o governo e de que, portanto, uma economia em que as firmas operem livremente funciona melhor do que uma economia com forte atuação governamental.

No entanto, de acordo com a teoria tradicional do *Welfare Economics*, sob certas condições, os mercados competitivos geram uma alocação de recursos que se caracteriza pelo fato de que é impossível promover uma realocação desses recursos de tal forma que um indivíduo aumente seu grau de satisfação, sem que, ao mesmo tempo, isso esteja associado a uma piora da situação de algum outro indivíduo. Essa alocação de recursos, que tem a propriedade de que ninguém pode melhorar sua situação sem causar prejuízos a outros agentes econômicos, é denominada pela literatura como 'ótimo de Pareto'.

Paralelamente a esse conceito, a teoria Econômica tradicional ensina que, para existir uma alocação 'Pareto eficiente' de recursos, não é necessário que exista a figura de um 'planejador central', já que a livre concorrência, com as forças operando em um mercado competitivo e procurando maximizar seus lucros, permitiria atingir esse ideal de máxima eficiência.

A ocorrência dessa situação ótima, entretanto, depende de alguns pressupostos: (i) não existência de progresso técnico; e, (ii) o funcionamento do modelo de concorrência perfeita, o que implica a existência de um mercado atomizado – em que as decisões quanto à quantidade produzida de grande

número de pequenas firmas são incapazes de afetar o preço de mercado – e de informação perfeita da parte dos agentes econômicos (GIAMBIAGI; ALÉM, 2011).

Essa, no entanto, é uma visão idealizada no sistema de mercado. Na realidade, existem algumas circunstâncias conhecidas como 'falhas de mercado, que impedem que ocorra uma situação de ótimo de Pareto. De acordo com Giambiagi e Além (2011), tais circunstâncias são representadas por: (i) a existência de bens públicos, (ii) a falha de competição que se reflete na existência de monopólios naturais, (iii) as externalidades, (iv) os mercados incompletos, (v) as falhas de informação e (vi) a ocorrência de desemprego e inflação.

Deixando de lado questões políticas e ideológicas, a existência do governo é necessária para guiar, corrigir e complementar o sistema de mercado, que, sozinho, não é capaz de desempenhar todas as funções econômicas. Nesse sentido, o governo intervém no mercado por meio de suas políticas econômica, monetária e fiscal.

No que tange à política fiscal, as ações do Governo abrangem três funções básicas: (i) a função distributiva, (ii) a função alocativa; e (iii) a função estabilizadora. Para cumprir essas funções, o governo se vale de tributos, que incidirão sobre a renda e sobre os bens das pessoas ou empresas.

Um dos problemas da modernidade é o aumento das despesas públicas e a impossibilidade dos governos de aumentar tributos, dado o desgaste político criado e, até mesmo, do esgotamento de alguns modelos tributários.

Nesse sentido, os governos modernos

têm se valido de parcerias com a iniciativa privada e têm desenvolvido modelos de negócios para captação de recursos que utilizem os mercados e sua eficiência para garantir a prestação de serviços públicos e o desenvolvimento de infraestrutura.

Esse é o caso do Certificado de Potencial Adicional de Construção (Cepac), que é uma alternativa do município para captação de recursos a serem aplicados em investimentos públicos de revitalização ou reestruturação de determinada área da cidade. Os investidores privados, fornecedores dos recursos, recebem em contrapartida, os direitos adicionais de construção, representados pelo certificado, e estruturado e delimitado na lei específica que instituir as operações urbanas consorciadas.

Por ser algo novo na estrutura administrativa brasileira, a contabilização dos Cepacs vem gerando diversas confusões conceituais de classificação e contabilização, seja como ativo, como receita ou como patrimônio líquido. Além disso, remanesce a importância de se definir se esse título possui, ou não, características de instrumentos financeiros e se como tal deve ser tratado.

Tem-se, desta forma, como objetivo principal propor um roteiro que permita o reconhecimento do Cepac, dadas as suas peculiaridades, de acordo com as Ipsas.

2. Metodologia

Trata-se de pesquisa qualitativa, que, na taxionomia apresentada por Vergara (2013), pode ser classificada quanto aos seus fins e aos seus meios. Quanto aos fins, pode-se classificar a pesquisa como exploratória e descritiva: Exploratória, por basicamente inexistir conhecimento acumulado e sistematizado sobre o tema estudado; Descritiva,



por expor e descrever as características do Cepac com fins a formular um método ou modelo de reconhecimento contábil.

Quanto aos meios, trata-se de pesquisa documental. Nesse tipo de pesquisa, os documentos, tais como leis, decretos, pronunciamentos de órgãos reguladores, entre outros, relacionados ao objeto de estudo, tornam-se as principais fontes de investigação para a realização da pesquisa.

3. Desenvolvimento do tema

3.1 Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepac)

Os Certificados de Potencial Adicional de Construção estão previstos na Lei n.º 10.257 (BRASIL, 2001), também conhecida como estatuto das cidades, a qual estabelece diretrizes gerais da política urbana. O referido estatuto dispõe sobre a possibilidade de lei municipal específica delimitar área para aplicação de operações urbanas consorciadas, estabelecendo que:

[...] considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental (Art. 32, § 1º) (BRASIL, 2001).

O § 2º da lei supracitada estabelece ainda que, nas operações urbanas consorciadas, poderão ser previstas como forma de atrair investimentos privados, entre outras medidas, a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impac-

to ambiental delas decorrente, ou a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente. Ou seja, criam-se direitos de construir ou utilizar imóveis acima dos padrões previstos pela legislação vigente de uso e ocupação do solo ou regularizar obras em desacordo com esses padrões. Esses direitos são chamados de direitos adicionais de construção.

Os municípios, ao criarem esses direitos, os concedem aos interessados mediante o pagamento de uma contraprestação, representada pela aquisição de um certificado: o Certificado de Potencial Adicional da Construção, ou Cepac.

Assim, a emissão de Cepac é uma alternativa do município para captação de recursos a serem aplicados em investimentos públicos de revitalização ou reestruturação de determinada área da cidade. Os investidores privados, fornecedores dos recursos, recebem, em contrapartida, os direitos adicionais de construção, representados pelo certificado e estruturados e delimitados na lei específica que instituir as operações urbanas consorciadas.

Como os Cepacs são, normalmente, ofertados publicamente, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) decidiu, de forma colegiada, no ano de 2003, que, quando ofertados publicamente, os Cepacs são caracterizados como valores mobiliários e, portanto, sujeitos à regulamentação e à fiscalização da autarquia. Nesse sentido, nesse mesmo ano, em 29 de dezembro, a CVM editou a instrução CVM n.º 401, para regulamentar os registros de negociação e de distribuição dos Cepacs.

De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2003), nenhum Cepac pode ser distribuído no mercado sem prévio registro na CVM da operação a que estiver vinculado. Além disso, deve haver

a emissão de prospecto, contendo os dados básicos da operação e a quantidade de Cepac para alienação. O município, em conjunto com a instituição líder da distribuição (geralmente um banco comercial) poderá requerer o registro de distribuição pública para realização de leilão dos Cepacs.

Um ponto central a ser observado é que os Cepacs não geram direito de crédito e nem de participação contra o município emissor. Geram tão somente o direito inerente ao certificado, que pode ser repassado ou utilizado dentro das condições do plano que o criou. Ou seja, não são nem títulos de dívida (instrumentos financeiros) e nem de capital (instrumentos patrimoniais). Os Cepacs são valores mobiliários específicos.

Existem algumas particularidades dos Cepacs que precisam ser destacadas: (i) os títulos podem ser emitidos e guardados para venda futura, podendo não haver prazo específico e/ou obrigatório para que a venda ocorra; (ii) não há a obrigatoriedade de venda pelo valor de face do título, ocorrendo a venda abaixo deste valor quando não estão atrativos para o mercado; e (iii) como outros títulos de valores mobiliários, podem ser cotados em mercados abertos, havendo variações periódicas de seus preços (valor de mercado).

Nesse sentido, dadas as diversas possibilidades existentes na emissão do título, dado que os entes subnacionais já os vêm utilizando a alguns anos e dada a ausência de regulação contábil nacional sobre o tema, diversos problemas conceituais e práticos são apresentados, a saber: quando da sua emissão, os Cepacs são caracterizados como ativos? Em caso positivo, como devem ser reconhecidos e mensurados? Como tratar as variações no preço do título? Como tratar contabilmente o Cepac quando o seu

“Quando uma entidade decide pela fabricação de uma mercadoria, ela espera que, no futuro, consiga vender o respectivo bem, de modo a assegurar um resultado positivo, a fim de cobrir os gastos dispendidos no processo de fabricação.”

titular exercer seu direito de potencial adicional de construção?

Para responder a essas dúvidas, precisa-se, inicialmente, retomar o conceito de ativo e os critérios para seu reconhecimento e mensuração.

3.2 O Cepac e o conceito de ativos

A IPSAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS, 2015a), em seu item 7, estabelece que ativos:

[...] são recursos controlados por uma entidade em consequência de eventos passados e dos quais se espera que resultem fluxos de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços para a entidade. (tradução livre)

O item 11 da supracitada norma estabelece que benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços compreendem os ativos que fornecem meios para que as entidades atinjam seus objetivos. Ativos que são usados para entregar mercadorias e serviços de acordo com os objetivos da entidade, mas que não geram diretamente fluxos de caixa líquidos positivos, são geralmente descritos como aqueles que possuem “potencial de serviços”. Ativos

que são usados para gerar fluxos de caixa líquidos positivos são geralmente descritos como aqueles que contêm “benefícios econômicos futuros”. Para abranger todos os propósitos nos quais os ativos podem se encaixar, a norma usa o termo “benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços” para descrever as características essenciais dos ativos.

Assim, quando os governos subnacionais elaboram novos projetos de urbanização e apoiam o desenvolvimento com a captação de recursos com Cepac, a emissão do referido título caracteriza, em um primeiro momento, a formação de um ativo, uma vez que o Cepac é um recurso controlado por uma entidade em consequência de eventos passados (o projeto foi elaborado) e dos quais se espera que resultem fluxos de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços para a entidade (espera-se tanto a entrada de recursos quanto à geração de serviços urbanos potenciais).

Entretanto, há inúmeras incertezas com relação ao título emitido, como, por exemplo: (i) haverá compradores, (ii) o projeto despertará interesse da sociedade, (iii) todas as exigências dos órgãos reguladores serão atendidas, etc. Essas incertezas nos remetem ao conceito

de ativo contingente, o qual é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Todavia, o Cepac não corresponde, no ato de sua emissão, ao conceito de ativo contingente. Para confirmar a assertiva anterior, passa-se à comparação da emissão do Cepac com a fabricação de uma mercadoria, guardadas as devidas proporções.

Quando uma entidade decide pela fabricação de uma mercadoria, ela espera que, no futuro, consiga vender o respectivo bem, de modo a assegurar um resultado positivo, a fim de cobrir os gastos dispendidos no processo de fabricação. Pode não ocorrer a venda? Pode, por vários motivos. Pode ocorrer a venda a prazo e não haver pagamento? Também, pode. Pode, durante o início das vendas, ser a entidade impedida de comercializar a mercadoria por não ter atendido às exigências de órgãos reguladores? A resposta novamente é: pode.

Observa-se que, apesar das respostas afirmativas para as perguntas anteriormente apresentadas, uma mercadoria é reconhecida como “ativo” no momento que

acaba o seu processo produtivo e, não, no momento que é vendida ou quando ocorrer o pagamento. Isto decorre, pois, em razão de a mercadoria ser um recurso controlado pela entidade (foi fabricada ou adquirida por ela e a entidade tem, em tese, total controle sobre ela), derivado de um evento passado (a fabricação ou a aquisição) e do qual se espera fluxo futuro de benefícios econômicos ou potencial de serviços (a expectativa é de que ocorra a venda). Este raciocínio é também aplicável ao Cepac.

No momento que ocorre a emissão do título, um ente público passa a ter um recurso que ele controla (podendo decidir quando, como e para quem comercializar), oriundo de evento passado (o processo de elaboração do projeto de urbanização relacionado com o título) e do qual se espera a fruição futura de benefícios econômicos ou potencial de serviços (os títulos poderão ser vendidos ou utilizados como meio de pagamento pela aquisição de bens ou serviços).

Outro ponto importante a ser observado no que se refere à contabilização do Cepac, ainda relacionado ao conceito de ativo, diz respeito à mensuração. Se um ativo não puder ser mensurado, ele não deve ser reconhecido. No caso do Cepac, quando da elaboração do projeto, deve-se estimar, por meio de modelos de *valuation*, o valor de venda do título.

Percebe-se, assim, que o Cepac atende ao conceito de ativo estabelecido nas Ipsas e sua mensuração pode ser realizada por modelos matemáticos e estatísticos. Como se observa, não há impedimentos para que se caracterize o Cepac como um ativo da entidade pública. Mas que tipo de ativo seria o Cepac?

Para a CVM, os Cepacs são valores mobiliários específicos (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2003). À luz das Ipsas, os valores

mobiliários, geralmente, representam instrumentos patrimoniais ou instrumentos financeiros.

De acordo com a IPSAS 28 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – (INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS, 2015b), um instrumento patrimonial “é qualquer contrato que evidencia uma participação residual [...]” (tradução livre) nos ativos líquidos de uma entidade. À sua vez, um instrumento financeiro “é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.” (tradução livre).

O Cepac não é nem instrumento patrimonial, nem instrumento financeiro, de acordo com os conceitos anteriormente apresentados. Ademais, segundo Suzart (2014), com exceção das empresas estatais, as demais entidades públicas não possuem instrumentos patrimoniais, pois o patrimônio público é indivisível. Assim, o Cepac não atende a tal conceito, pois o título não gera nenhuma obrigação (passivo financeiro) para o ente público em relação ao seu adquirente. Assim, o Cepac, também, não pode ser classificado como um instrumento financeiro.

Na prática, o Cepac representa uma moeda fiduciária, ou seja, é um título não lastreado a nenhum metal precioso e que não possui valor intrínseco. O valor do Cepac decorre da confiança que os adquirentes têm em relação ao ente público emissor. Essa característica do título é fundamental para a classificação do Cepac, enquanto ativo.

De acordo com a IPSAS 12 – Estoque (INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS, 2015a), estoques são ativos (tradução livre):

- a) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos no processo de produção;
- b) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou utilizados na prestação de serviços;
- c) mantidos para venda ou distribuição no curso normal das operações; ou
- d) no processo de produção para venda ou distribuição.

Ainda de acordo com a supracitada norma, os estoques no setor público podem incluir, entre outros exemplos possíveis, “estoques de moeda não emitida” (tradução livre). A IPSAS 12 destaca que os entes públicos podem possuir direitos para criar e emitir ativos, tais como selos, moedas e outros títulos, e que tais itens devem ser reconhecidos como ativo e tratados como estoques.

Segundo a Ipsas 12 (INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS, 2015a), os estoques devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo compreende todos os gastos realizados para a aquisição ou transformação e outros, incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. O valor realizável líquido é aquele estimado de venda (em condições normais), menos os custos estimados para conclusão (se aplicável) e para a venda, troca ou distribuição.

Observa-se que, em relação aos Cepacs, os títulos devem ser mensurados pelo seu custo de emissão que, em condições normais, será menor do que o valor de venda líquido (valor bruto deduzidos dos custos) dos respectivos títulos. No momento que ocorrer a venda do título, o valor registrado no estoque passa a ser reconhecido como despesa do período que houver o reconhecimento da receita. Pode haver, também, o reconhecimento de despesa quando for identificado que o custo do estoque não poderá ser recuperado.

De acordo, ainda, com a IPSAS 12 (INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS, 2015a), os Cepacs só poderiam ser avaliados pelo valor justo na data de aquisição, mas se, e somente se, o respectivo custo de emissão for irrisório. Além desse uso, a referida norma descreve que nas demonstrações contábeis, o ente público deve evidenciar, em notas explicativas, o valor contábil de estoques pelo valor justos, menos os custos de venda.

Por fim, destaque-se que o Cepac pode ser utilizado como meio de pagamento, sendo entregue aos credores de um ente público como forma de quitar suas obrigações. Para esse uso, o Cepac passa a ser tratado como um item do caixa, pois representa um numerário em espécie (o Cepac é uma moeda fiduciária). Nessa situação, deve ser mensurado pelo seu valor justo.

3.3 O Cepac e o conceito de passivos

Para a compreensão da contabilização do Cepac, também é importante definir o conceito de passivo. De acordo com a Ipsas 1 (INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS, 2015a), passivos são as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos já ocorridos, cujo pagamento se espera que resulte em saída de recursos da entidade, os quais são capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

Dois outros conceitos são igualmente importantes: (i) provisão; e (ii) passivo contingente. Segundo a Ipsas 19 (INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS, 2015a), a provisão é um passivo de prazo e/ou valor incerto. À sua vez, o passivo contingente é (tradução livre):

- a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de

um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

- b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - i) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade..

De acordo com o que foi abordado nos itens anteriores, o Cepac não pode ser considerado como sendo um instrumento financeiro, pois ele não gera obrigação pecuniária para o emissor em relação ao adquirente do título. Observa-se que, da relação entre adquirente e emissor, não há que se falar de reconhecimento de passivo, pois não existe uma obrigação presente para o ente público.

A Lei n.º 10.257 (BRASIL, 2001) descreve que os Cepacs podem ser alienados em leilão ou empregados diretamente no pagamento das obras necessárias para a operação tratada em lei específica. Assim sendo, nota-se que os recursos obtidos em leilão ou o emprego direto dos títulos como meio de pagamentos criam um uso restrito para os recursos oriundos dos Cepacs.

Além da vinculação existente para o uso dos recursos oriundos dos Cepacs, o ente público possui o dever de realizar uma operação urbana consorciada. Mas esse dever atende aos requisitos necessários para ser classificado como passivo efetivo (passivo ou provisão) ou contingente?

De acordo com as Ipsas 1 e 19 (INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS, 2015a), os conceitos-chave para o reconhecimento de um passivo são: (i) obrigação

presente (legal ou não formalizada) derivada de evento passado; (ii) saída provável de recursos que incorporem benefícios econômicos ou potencial de serviços; e (iii) estimativa confiável.

Existe uma obrigação presente para uma entidade quando da apresentação das demonstrações contábeis e essa entidade não tem nenhuma outra opção senão quitar tal obrigação, futuramente. A obrigação pode decorrer de contratos ou da legislação (denominada de legal) ou de práticas costumeiras da entidade (denominada de não formalizada).

A obrigação presente não pode depender da ocorrência de eventos futuros. Desse modo, a obrigação presente é sempre criada por um evento passado, o qual elimina as demais alternativas da entidade, restando apenas a alternativa de quitação futura da obrigação.

Segundo a IPSAS 19 (INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS, 2015a), além de verificar a existência de uma obrigação presente, o reconhecimento de um passivo prescinde de que haja possibilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços. E, por fim, além dos elementos anteriormente apresentados, o reconhecimento do passivo necessita que o seu valor seja estimável de forma confiável.

Ainda em relação ao reconhecimento de um passivo, para a IPSAS 19 (INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS, 2015a), a identificação da outra parte da obrigação não é necessária. Uma obrigação de um ente público pode ter como parte interessada o público em geral.

Diante dos conceitos e das particularidades apresentadas, verifica-se que o dever criado pela lei específica de determinados títulos Cepacs pode ser considerado como fato gerador da obrigação, do ponto de vista contábil. A classificação

do passivo em presente (passivo ou provisão) ou futuro (contingente) dependerá das condições estabelecidas pela lei criadora da operação urbana consorciada e dos Cepacs.

Quando as condições estabelecidas exigirem a ocorrência de eventos futuros para o surgimento da obrigação, ou não, é possível a mensuração com suficiente confiabilidade. Nesse caso, a emissão dos títulos Cepacs implicará o surgimento de um passivo contingente. De acordo com a Ipsas 19 (INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS, 2015a), os passivos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, devem ser evidenciados em notas explicativas.

Em sentido oposto, se as condições estabelecidas pela lei criadora não exigem a ocorrência de eventos futuros, e o valor da obrigação pode ser confiavelmente mensurável, o ente público deverá reconhecer um passivo ou uma provisão.

Se os Cepacs emitidos forem utilizados como meio de pagamento, o ente público estará diante de uma obrigação presente e, portanto, deverá reconhecer uma provisão relacionada com a operação urbana consorciada, no momento da emissão dos títulos. Entretanto, se for necessário o leilão dos títulos, não deverá ser reconhecida uma provisão no momento da emissão desses títulos, pois o ente público estará diante de uma obrigação futura (um passivo contingente), que se converterá em obrigação presente no momento da venda do título.

Quando for reconhecida uma provisão, essa obrigação poderá ser de curto e/ou de longo prazo. Caso o ente público tenha que quitar a obrigação nos próximos doze meses, após o reconhecimento da referida obrigação, ela será uma obrigação de curto prazo. Caso o prazo de quitação seja superior a doze meses ou quando esse seja in-

definido, a obrigação será de longo prazo. Ressalta-se que a Ipsas 19 (INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS, 2015a) descreve que, quando o prazo for incerto, deve ser reconhecida uma provisão.

3.4 Proposta de contabilização do Cepac

Nesta seção, tratar-se-á da forma de contabilização dos Cepacs, desde a emissão desses títulos, passando por sua comercialização e finalizando com a quitação da obrigação decorrente da operação urbana consorciada. Para fins de simplificação do exemplo, não serão apresentadas as etapas de previsão e fixação orçamentária, bem como os registros realizados para controles devedores e credores diversos (com exceção das disponibilidades por fonte de recursos).

A Prefeitura do Município X planeja realizar a revitalização do bairro Z. As obras necessárias importarão em \$1 milhão, porém o município não possui disponibilidade em seu orçamento. Para dar prosseguimento à revitalização, a Prefeitura do Município X resolve enviar um projeto de lei à Câmara de Vereadores, propondo uma operação urbana consorciada e a emissão de títulos Cepacs para custear tal operação.

No ano de 20x0, o projeto de lei é aprovado pela Câmara de Vereadores do Município X. Após a aprovação, a prefeitura adiciona as receitas oriundas da venda de Cepacs e as despesas relacionadas com a revitalização

em sua proposta orçamentária para o exercício de 20x1. Destaca-se que a revitalização estava prevista no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município, anteriormente aprovados. O orçamento foi aprovado em dezembro de 20x0.

No exercício de 20x1, a Prefeitura do Município X resolve emitir os títulos Cepacs, de acordo com a previsão legal. Para tanto, incorre em gastos de \$50 mil, relacionados com a contratação de instituição financeira que intermediará a emissão dos títulos. A lei que criou a operação urbana consorciada e os Cepacs prevê que os recursos obtidos com a venda dos títulos devem ser aplicados durante o exercício de 20x1.

Considerando a emissão dos títulos com o momento de ocorrência do fato gerador para o reconhecimento do ativo, a Prefeitura do Município X deve realizar a seguinte contabilização, detalhada no Quadro 1:

De acordo com o que foi apresentado nas seções anteriores, na qualidade de 'estoque de moeda', os Cepacs devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Somente é admitida a mensuração inicial pelo valor justo, se o custo de emissão for considerado irrisório.

Assim sendo, os Cepacs foram reconhecidos pelo custo de emissão, visto que esse valor não foi irrisório. Nesse momento, o ente público não possui, ainda, uma obrigação presente, mas, sim, uma obrigação fu-

Quadro 1 – Reconhecimento do ativo pela emissão dos Cepacs

(a) Reconhecimento do Ativo		
D	1.1.5.x.x.xx.xx – Títulos Cepacs Disponível para Venda (P)	\$ 50.000
C	1.1.1.x.x.xx.xx – Caixa e Equivalentes de Caixa	\$ 50.000
(b) Execução da Despesa Orçamentária		
D	6.2.2.1.3.01.00 – Crédito Empenhado a Liquidar	\$ 50.000
C	6.2.2.1.3.03.00 – Crédito Empenhado a Liquidado	\$ 50.000
(c) Movimentação da Disponibilidade por Fonte de Recursos (DDR)		
D	8.2.1.1.2.00.00 – DDR Comprometida por Empenho e Não Liquidadas	\$ 50.000
C	8.2.1.1.4.00.00 – DDR Utilizada por Pagamento Desp. Orçam. e Outros	\$ 50.000

Fonte: elaborado pelos autores

tura que dependerá da venda dos títulos para se converter em presente.

Desse modo, a Prefeitura do Município X, caso fosse divulgar suas demonstrações contábeis, deveria evidenciar, em notas explicativas, um passivo contingente no montante de \$1 milhão, que é o quanto se espera arrecadar com a venda do título para ser aplicado na operação urbana consorciada.

Seguindo com o exemplo, verificou-se que, alguns meses após a emissão dos Cepacs, a Prefeitura do Município X conseguiu vender 60% do estoque de títulos, obtendo o valor \$660 mil na operação. O registro dessa operação implicaria as contabilizações, conforme detalhadas no Quadro 2.

A venda de títulos Cepacs constitui-se em fato gerador para o registro de algumas transações contábeis. A primeira delas se relaciona com o reconhecimento da variação patrimonial aumentativa (VPA) e com a execução da receita orçamentária (com a respectiva movimentação da DDR). A segunda, pelo reconhecimento da variação patrimonial diminutiva associada ao custo dos títulos. E a última, pela transformação da obrigação contingente em obrigação presente, com o uso de uma conta de provisão, visto que, ainda, não há possibilidade de se segregar as obrigações em suas naturezas definitivas.

Observa-se que a conversão do passivo contingente em provisão ou passivo, conforme foi discutido anteriormente, dependerá das condições estabelecidas pela lei criadora dos Cepacs e da operação urbana consorciada. No caso em análise, a referida lei especificou claramente o prazo e a destinação dos recursos arrecadados com a venda dos referidos títulos, o que propiciou a identificação da mudança de uma parcela do passivo, de contingente para uma obrigação presente.

Em relação às contabilizações anteriormente demonstradas, faz-

se necessária uma observação em relação ao passivo contingente. Pela previsão inicial da Prefeitura do Município X, a venda de 60% do seu estoque implicaria uma arrecadação de \$600 mil. Todavia, houve um ágio de \$60 mil na respectiva venda, o que pode afetar a parcela que ainda está disponível para venda e, conseqüentemente, o passivo contingente a ela associada.

Caso a Prefeitura do Município X entenda que houve valorização do título e que se espera que o restante do estoque seja vendido em iguais condições à primeira parcela, o novo valor do passivo contingente a ser evidenciado seria de \$440 mil. Caso contrário, o passivo contingente restante importaria em \$400 mil, considerando-se as condições anteriores.

Continuando o exemplo, destaca-se que, após alguns meses de tentativas frustradas de venda da parcela restante de Cepacs, a Prefeitura do Município X celebrou um termo de cooperação com a Governadoria do Estado W para obter recursos. Por isso, também decidiu cancelar o restante dos títulos Cepacs.

Para o controle de tais operações, ter-se-iam as seguintes contabilizações, conforme detalhamento apresentado no Quadro 3 (destaca-se que não será demonstrada a contabilização da celebração do termo de cooperação, pois não é o principal objeto em análise).

Destaca-se que o cancelamento dos títulos Cepacs implicou o desreconhecimento do ativo, porquanto dele não fluirá mais benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros. De igual modo, o ente público não mais terá a obrigação futura relacionada com a venda do título. Por isso deixa de existir o passivo contingente. Conforme destacado anteriormente, o restante dos recursos foi obtido em um termo de cooperação com o governo estadual.

Ainda em relação ao cancelamento, ressalta-se que a contrapartida é uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) diferente da utilizada na apropriação dos custos com a emissão dos títulos, no momento da venda dos Cepacs. Além de as VPDs possuírem naturezas divergentes, o que já justifica a ado-

Quadro 2 – Contabilizações oriundas da venda dos Cepacs		
(a.1) Reconhecimento da Variação Patrimonial Aumentativa		
D	1.1.1.x.x.xx.xx – Caixa e Equivalentes de Caixa	\$ 660.000
C	4.3.1.x.x.xx.xx – Venda de Títulos Cepacs	\$ 660.000
(a.2) Execução da Receita Orçamentária		
D	6.2.1.1.0.00.00 – Receita a Realizar	\$ 660.000
C	6.2.1.2.0.00.00 – Receita Realizada	\$ 660.000
(a.3) Movimentação da Disponibilidade por Fonte de Recursos (DDR)		
D	7.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade de Recursos	\$ 660.000
C	8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar	\$ 660.000
(b) Reconhecimento da Variação Patrimonial Diminutiva		
D	3.8.x.x.x.xx.xx – Custos dos Títulos Cepacs	\$ 30.000
C	1.1.5.x.x.xx.xx – Títulos Cepacs Disponível para Venda (P)	\$ 30.000
(c) Reconhecimento da Provisão		
D	3.9.7.x.x.xx.xx – VPD de Provisão para Operações Urbanas Consorciadas	\$ 660.000
C	2.1.7.x.x.xx.xx – Provisão para Operações Urbanas Consorciadas	\$ 660.000

Fonte: elaborado pelos autores

Quadro 3 – Cancelamento dos títulos Cepacs		
(a) Desreconhecimento do Ativo		
D	3.6.5.0.1.01.00 – Desincorporação de Ativos	\$ 20.000
C	1.1.5.x.x.xx.xx – Títulos Cepacs Disponível para Venda (P)	\$ 20.000

Fonte: elaborado pelos autores

ção de diferentes VPDs, a separação permite o acompanhamento do resultado líquido da comercialização dos Cepacs, para fins gerenciais.

Na continuação do exemplo, destaca-se que a Prefeitura do Município X, após concluir a licitação e a contratação da primeira etapa da operação urbana consorciada, prepara-se para realizar o pagamento da medição da obra à Empresa A, no valor de \$250.000. As contabilizações necessárias relacionadas a essa operação encontram-se detalhadas no Quadro 4.

Como se observa no Quadro 4, os primeiros passos compreendem a constituição do novo passivo e a reversão da provisão anteriormente constituída. A constituição do novo passivo permite a identificação da natureza mais adequada de VPD ou o reconhecimento de um ativo. A reversão decorre da baixa do valor anteriormente provisionado e permite a reclassificação da VPD para uma natureza específica ou o reconhecimento de um ativo.

Um especial destaque para a reversão da provisão: (i) se ocorrer no mesmo exercício de constituição dessa, será feito pelo estorno do lançamento de apropriação da provisão; e (ii) senão, implicará a apropriação de uma VPA. Já as etapas de execução da despesa orçamentária, ocorrem como as das demais despesas.

Para a finalização do exemplo, será demonstrado o reconhecimento dos Cepacs como meio de pagamento (os títulos não são leiloados, mas entregue diretamente aos credores municipais). Partindo do contexto original do exemplo, suponha-se que em vez de promover o leilão, a Prefeitura do Município X resolveu utilizar os Cepacs como meio de pagamento. Neste caso, as seguintes contabilizações, detalhadas no Quadro 5.

Observa-se pelo Quadro 5 que, quando utilizado diretamente como meio de pagamento, a contabiliza-

Quadro 4 – Reconhecimento e pagamento da obrigação definitiva relacionada com a operação urbana consorciada

(a.1) Constituição do Passivo Definitivo (no caso de aquisição de serviços)		
D	3.x.x.x.xx.xx – VPD com Serviços Prestados.	\$ 250.000
C	2.1.3.1.1.xx.xx – Fornecedores Nacionais a Curto Prazo (P)	\$ 250.000
(a.2) Constituição do Passivo Definitivo (no caso de aquisição de bens)		
D	1.2.x.x.xx.xx – Ativo Não Circulante	\$ 250.000
C	2.1.3.1.1.xx.xx – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	\$ 250.000
(b.1) Reversão da Provisão (se a apropriação da provisão ocorrer no mesmo exercício)		
D	2.1.7.x.x.xx.xx – Provisão para Operações Urbanas Consorciadas	\$ 250.000
C	3.9.7.x.x.xx.xx – VPD de Provisão para Operações Urbanas Consorciadas	\$ 250.000
(b.2) Reversão da Provisão (se a apropriação da provisão ocorrer em exercício anterior)		
D	2.1.7.x.x.xx.xx – Provisão para Operações Urbanas Consorciadas	\$ 250.000
C	4.9.7.1.x.xx.xx – VPA de Reversão de Provisões	\$ 250.000
(c.1) Execução da Despesa Orçamentária – Empenho (inclui movimentação de DDR)		
D	2.1.3.1.1.xx.xx – Fornecedores Nacionais a Curto Prazo (P)	\$ 250.000
C	2.1.3.1.1.xx.xx – Fornecedores Nacionais a Curto Prazo (F)	\$ 250.000
D	6.2.1.1.1.00.00 – Crédito Disponível	\$ 250.000
C	6.2.2.1.3.01.00 – Crédito Empenhado a Liquidar	\$ 250.000
D	8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar	\$ 250.000
C	8.2.1.1.2.00.00 – DDR Comprometida por Empeno e Não Liquidadas	\$ 250.000
(c.2) Execução da Despesa Orçamentária – Liquidação (inclui movimentação de DDR)		
D	6.2.2.1.3.01.00 – Crédito Empenhado a Liquidar	\$ 250.000
C	6.2.2.1.3.03.00 – Crédito Empenhado a Liquidado a Pagar	\$ 250.000
C	8.2.1.1.2.00.00 – DDR Comprometida por Empeno e Não Liquidadas	\$ 250.000
C	8.2.1.1.3.00.00 – DDR Comprometida p/ Liqu. e Ent. Comp. Não Pagas	\$ 250.000
(c.3) Execução da Despesa Orçamentária – Pagamento (inclui movimentação de DDR)		
D	2.1.3.1.1.xx.xx – Fornecedores Nacionais a Curto Prazo (F)	\$ 250.000
C	1.1.1.x.x.xx.xx – Caixa e Equivalentes de Caixa	\$ 250.000
D	6.2.2.1.3.03.00 – Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	\$ 250.000
C	6.2.2.1.3.04.00 – Crédito Empenhado Liquidado Pago	\$ 250.000
D	8.2.1.1.3.00.00 – DDR Comprometida p/ Liqu. e Ent. Comp. Não Pagas	\$ 250.000
C	8.2.1.1.4.00.00 – DDR Utilizadas por Pgto. Desp. Orçamentárias. e Outros	\$ 250.000

Fonte: elaborado pelos autores

Quadro 5 – Reconhecimento do ativo pela emissão dos Cepacs – meio de pagamento

(a) Reconhecimento do Ativo		
D	1.1.1.x.x.xx.xx – Títulos Cepacs Disponível para Pagamento (F)	\$ 1.000.000
C	4.3.1.x.x.xx.xx – Emissão de Títulos Cepacs	\$ 1.000.000
(b) Execução da Receita Orçamentária (inclui movimentação de DDR)		
D	6.2.1.1.0.00.00 – Receita a Realizar	\$ 1.000.000
C	6.2.1.2.0.00.00 – Receita Realizada	\$ 1.000.000
D	7.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade de Recursos	\$ 1.000.000
C	8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar	\$ 1.000.000
(c) Reconhecimento da Variação Patrimonial Diminutiva		
D	3.8.x.x.x.xx.xx – Custos dos Títulos Cepacs	\$ 50.000
C	1.1.1.x.x.xx.xx – Caixa e Equivalentes de Caixa	\$ 50.000
(d) Execução da Despesa Orçamentária (inclui movimentação de DDR)		
D	6.2.2.1.3.01.00 – Crédito Empenhado a Liquidar	\$ 50.000
C	6.2.2.1.3.03.00 – Crédito Empenhado Liquidado	\$ 50.000
D	8.2.1.1.2.00.00 – DDR Comprometida por Empenho e Não Liquidadas	\$ 50.000
C	8.2.1.1.4.00.00 – DDR Utilizada por Pagamento Desp. Orçam. e Outros	\$ 50.000
(e) Reconhecimento da Provisão		
D	3.9.7.x.x.xx.xx – VPD de Provisão para Operações Urbanas Consorciadas	\$ 1.000.000
C	2.1.7.x.x.xx.xx – Provisão para Operações Urbanas Consorciadas	\$ 1.000.000

Fonte: elaborado pelos autores

ção dos Cepacs quase não difere da contabilização quando ele é vendido em leilão. Todavia, o momento de registro das operações é o que torna a contabilização desses títulos diferente.

Na utilização dos Cepacs como meio de pagamento, a receita orçamentária é reconhecida no momento de emissão dos títulos, que nesse caso passam a ser tratados como itens do caixa e não mais como estoques. Como não são considerados estoques, os custos com a emissão dos Cepacs são apropriados diretamente no resultado do exercício como VPD. Todo o montante relacionado com a operação urbana consorciada é considerado como provisão, não existindo mais um passivo contingente associado à operação.

Cancelamentos são exceções para o uso dos Cepacs como meio de pagamento, pois a emissão só deve ocorrer quando o ente público possui um acordo com os credores, atuais ou futuros, para quitar suas obrigações mediante entrega de títulos. Caso o ente público opte por cancelar os títulos emitidos nessa modalidade, aconselha-se que o cancelamento ocorra no mesmo exercício de emissão de título. E isso para que não afete o orçamento de exercício posterior.

O cancelamento no exercício implica o estorno dos lançamentos anteriormente demonstrados.

O pagamento da operação urbana consorciada segue os moldes anteriormente apresentados, havendo somente a utilização do próprio Cepac para a quitação da obrigação, pois, como meio de pagamento, é um item do caixa.

4. Conclusões

O Cepac é um título novo e pouco conhecido na literatura técnica e acadêmica no âmbito da contabilidade pública governamental. Por essa razão, têm sido observadas diversas confusões conceituais quando se pretende classificá-lo e contabilizá-lo. Entretanto, inexistente fonte de consulta que possa balizar o correto reconhecimento e mensuração desse tipo de ativo.

Em face dessa lacuna, este trabalho buscou especificamente propor uma metodologia para contabilização desses títulos, com o propósito de sanear a lacuna existente e de contribuir para o aperfeiçoamento da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro.

Conforme se demonstrou, os Cepacs não podem ser classificados como instrumentos financeiros ou

patrimoniais como preveem as Ipsas, pois, com exceção das empresas estatais, as demais entidades públicas não possuem instrumentos patrimoniais, uma vez que o patrimônio público é indivisível (SUZART, 2014).

Tendo-se demonstrado que o Cepac não preenche os requisitos de um título financeiro, nem de um título patrimonial, entende-se que, na prática, o Cepac representa uma moeda fiduciária, ou seja, é um título não lastreado a nenhum metal precioso e que não possui valor intrínseco. O seu valor decorre, portanto, da confiança que os adquirentes têm em relação ao ente público emissor e essa característica do título é fundamental para o reconhecimento do Cepac como um ativo.

Buscando fundamento nas normas contábeis, especialmente na Ipsas 12, recomenda-se a classificação do Cepac como um item do Estoque, uma vez que, de acordo com a referida norma, os estoques do setor público podem incluir, entre outros exemplos possíveis, “estoques de moedas não emitidas”.

Admitindo-se o Cepac como um item do Estoque, ele deve ser mensurado pelo seu custo de emissão que, em condições normais, será menor do que o valor de venda líquido. Apenas quando o seu custo de emissão for irrisório é que esse

“O Cepac é um título novo e pouco conhecido na literatura técnica e acadêmica no âmbito da contabilidade pública governamental. Por essa razão, têm sido observadas diversas confusões conceituais quando se pretende classificá-lo e contabilizá-lo.”

título pode ser avaliado pelo valor justo, na data da aquisição. Além disso, no momento que ocorrer a venda do título, o valor registrado no estoque passa a ser reconhecido como despesa do período que houver o reconhecimento da receita. Adicionalmente, pode haver o reconhecimento da despesa quando for identificado que o custo do estoque não poderá ser recuperado.

De outro modo, quando o Cepac for utilizado pelos entes públicos municipais, como meio de pagamento, o referido título deverá ser tratado como um item de caixa, pois ele representa um numerário em espécie. Nesse caso, o Cepac deve ser mensurado pelo valor justo.

Sendo o Cepac um ativo, contabilizado no estoque pelo custo de emissão, não há que se falar em obrigação a ser registrada no passivo, já que da relação entre adquirente e emissor, não existe obrigação presente para o ente público.

Entretanto, conforme preveem as Ipsas 1 e 19, o reconhecimento de um passivo, de uma provisão ou de um passivo contingente, dependerá daquilo que estiver estabelecido na lei criadora do Cepac. Quando as condições estabelecidas exigirem a ocorrência de eventos futuros para o surgimento da obrigação e, além disso, não for possível a mensuração com suficiente confiabilidade, um passivo contingente deve ser registrado. Quando a lei criadora

não exigir a ocorrência de eventos futuros e o valor da obrigação puder ser mensurado com confiabilidade, o ente público deverá reconhecer um passivo ou uma provisão.

Em suma, diante do modelo de contabilização proposto, espera-se que este trabalho possa contribuir para dirimir dúvidas práticas e conceituais no mundo da contabilidade pública. Além disso, sabe-se que a implantação de um modelo de contabilidade pública patrimonial no Brasil tem gerado diversas controvérsias, mas acredita-se que isso não deve ser motivo para desânimo e sim uma oportunidade para aperfeiçoarmos nossos sistemas contábeis e, por consequência, a *accountability* pública.

5. Referências

BRASIL. Lei n.º 10.257, 10 de julho de 2001. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Instrução CVM 401, de 29 de dezembro de 2003. 2003. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/inst/inst401.html>>. Acesso em: 20 fev. 2006.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. D. de. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. Handbook of International Public Sector Accounting Pronouncements. 2015a. Vol. I. New York: IFAC, 2015.

_____. Handbook of International Public Sector Accounting Pronouncements. 2015b. Vol. II. New York: IFAC, 2015.

SUZART, J. A. da S. Características das pesquisas sobre o impacto das informações contábeis nas transações ocorridas nos mercados de títulos de dívidas privadas e públicas. *Contabilidade, Gestão e Governança*. Brasília, v. 17, n. 3, p. 109-126, set./dez. 2014.

VERGARA, Sylvia Costant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.



Prática

- ↳ Ouvidoria
- ↳ Missão
- ↳ Diretoria Executiva
- ↳ Estrutura Organizacional
- ↳ Relatório de Sustentabilidade
- ↳ Conselho de Administração
- ↳ Calendário Atividade
- ↳ Desenvolvidas
- ↳ Estatuto Social
- ↳ Conselho Curador

Evidenciação das práticas de governança corporativa nas Instituições de Ensino Superior (IES) fundacionais catarinenses

O presente estudo teve como objetivo identificar as práticas de governança corporativa adotadas pelas fundações de ensino superior do Estado de Santa Catarina. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, documental e de abordagem quantitativa. Para a coleta dos dados, foi elaborado um *check-list*, composto de 19 práticas de governança corporativa, para apuração do índice de adoção das práticas analisadas. A amostra foi composta de 27 instituições de ensino. Os resultados demonstram baixo nível de evidenciação das práticas de governança corporativa. Frente ao resultado obtido, conclui-se que é necessário que as IES funcionais reavaliem a evidenciação das práticas de governança corporativa de modo a proporcionar maior transparência e confiabilidade aos seus *stakeholders*.

Enelise Adriana Baller

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Contestado.

E-mail: eneliseballer@hotmail.com

Fernando Maciel Ramos

Doutorando em Ciências Contábeis pela Unisinos é mestre em Ciências Contábeis pela Furb.

É bacharel em Ciências Contábeis pela Unisul e professor titular da Universidade do Contestado.

E-mail: framos@unc.br

Ivanir Saete Techio da Silva

Mestre em Engenharia de Produção pela UFRGS é bacharel em Ciências Contábeis pela Unc

e professora titular da Universidade do Contestado.

E-mail: ivanir@unc.br

Sandro Vieira Soares

Pós-doutorado em Administração pela Unisul e doutor em Controladoria e Contabilidade pela USP, é mestre em Contabilidade pela UFSC.

Bacharel em Ciências Contábeis pela UFSC, é professor substituto no Centro Universitário Municipal de São José (USJ).

E-mail: sandrovs@usp.br

2101 - Recebido em 28/7/2018. Distribuído em 28/7/2018. Pedido de revisão não houve. Aprovado em 25/8/2018, na segunda rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição setembro-outubro de 2018. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

Governança Corporativa, de acordo com Slomski *et al.* (2008), é um o sistema pelo qual as entidades são dirigidas e monitoradas. Por meio de mecanismos específicos, gestores e proprietários procuram assegurar o bom desempenho da empresa para aumento de sua riqueza.

Em decorrência do contínuo crescimento das entidades do Terceiro Setor, nos últimos anos, e do aumento da representatividade no país, os gestores das organizações do Terceiro Setor veem a necessidade de demonstrar resultados aos seus *stakeholders*, tais como usuários, financiadores, colaboradores e órgãos fiscalizadores (FARIA; FONTENELE; ALVES JÚNIOR, 2009). Nesse sentido, a governança corporativa surge com o intuito de harmonizar esta relação.

Entretanto, o setor ainda enfrenta desafios, como a necessidade de legitimidade, formalização legal, formas de divulgação e comunicação das suas atividades à sociedade, sustentabilidade, captação de recursos, profissionalização da gestão; *accountability*, a prestação de contas perante a diversidade do público com interesses e usuários da organização e a utilização eficiente

dos recursos para prestar um serviço de qualidade (DRUCKER, 1997; FALCONER, 1999, TENÓRIO, 1999; SALAMON, 2005). É neste contexto que as práticas de governança podem contribuir como instrumento para a evolução e legitimidade das ações desenvolvidas pelas entidades do Terceiro Setor.

Dentro do Terceiro Setor, pode-se destacar o trabalho exercido pelas Instituições de Ensino Superior (IES) que possuem importante papel social, tendo significativa influência no contexto político-social, na formação cultural e na construção da cidadania do povo brasileiro. Neste contexto, a governança surge como mecanismo que visa otimizar o desempenho organizacional das instituições, pois elas vêm apresentando, nos últimos anos, problemas de estrutura organizacional e déficits operacionais, ganhando destaque no cenário brasileiro em função de decorrentes escândalos envolvendo fraudes em operações por membros da administração.

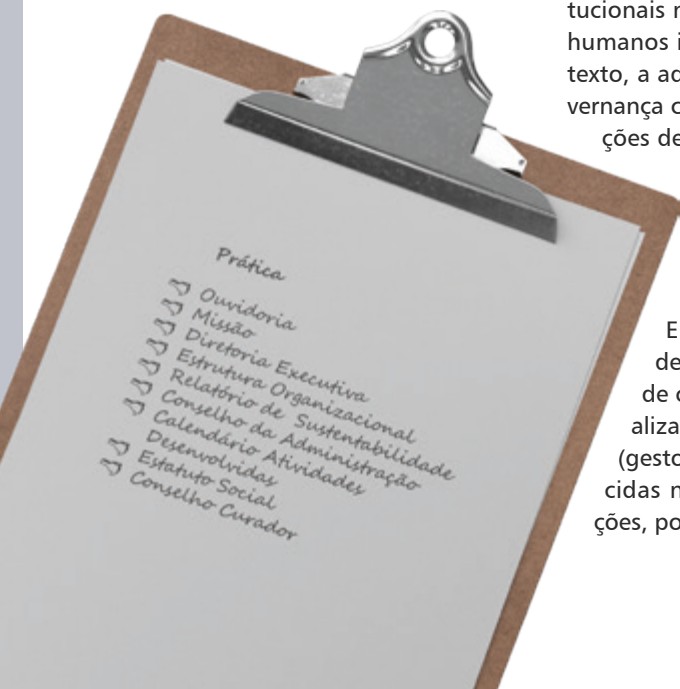
Casos recentes de escândalos veiculados na mídia nacional, envolvendo instituições de ensino, demonstram que existem problemas inerentes a gestão e fraudes nos ambientes dessas entidades e, conseqüentemente, prejudicam o cumprimento dos objetivos institucionais na formação de recursos humanos intelectuais. Nesse contexto, a adoção de práticas de governança corporativa pelas instituições de ensino poderiam evitar ou reduzir os riscos nas falhas de gestão das organizações, contribuindo para a sustentabilidade das instituições. Enquanto a evidenciação de tais práticas e prestação de contas nas operações realizadas pelos administrados (gestores) das operações exercidas na gestão das organizações, pode gerar valor que resul-

tará em uma maior segurança aos seus diferentes usuários e partes interessadas, levando ao fortalecimento da marca institucional.

Diante deste contexto e considerando que as organizações do Terceiro Setor demandam de práticas que conduzam ao alcance dos seus objetivos, mitiguem o distanciamento entre a instituição e seus *stakeholders* e legitimem as suas atividades, esse estudo ocupa-se da seguinte questão de pesquisa: **Quais são as práticas de governança corporativa das Instituições de Ensino Superior do Terceiro Setor catarinense?** E, para responder à questão, a pesquisa tem como objetivo geral identificar as práticas de governança corporativa adotadas pelas IES do Terceiro Setor do Estado de Santa Catarina.

A implementação das práticas de governança corporativa possibilita uma gestão mais criteriosa e transparente, buscado maximizar os resultados das entidades. Neste sentido, um estudo dos princípios e práticas de governança corporativa aplicáveis no Terceiro Setor pode fornecer subsídios relevantes no momento da adesão ou reavaliação das práticas utilizadas pelas entidades, de modo que a pesquisa pode trazer benefícios no sentido de promover informações relevantes às entidades e seus *stakeholders*. O estudo pode ser utilizado como fonte de consulta por gestores de entidades do Terceiro Setor, mais especificamente Instituições de Ensino Superior que possuem interesse na implementação, avaliação e discussão acerca das práticas de governança corporativa.

A pesquisa direcionada às IES de Santa Catarina permite a identificação das práticas utilizadas por este segmento, assim a realização da pesquisa proporciona o conhecimento da situação atual, permitindo possíveis ajustes nos procedimentos já aplicados pelas instituições de ensino.



O Terceiro Setor tem extrema importância na sociedade, pois a sua iniciativa busca o benefício comum, nasce a partir da carência do Estado e Mercado em atender as necessidades da população. De acordo com Manolescu e Oliveira (2010), as organizações sem fins lucrativos formam uma das expressões mais verdadeiras de cidadania e participação social, sendo que o setor ganha um espaço cada vez mais fortalecido na economia, com geração de renda e participação econômica no país. Sendo assim, é relevante estudar essas organizações, por conta da importância social, em função de sua capacidade de mobilização de recursos e atendimento as demandas sociais.

No contexto teórico, esse estudo contribui para a o desenvolvimento da discussão acadêmica da governança no contexto das entidades do Terceiro Setor, uma vez que se observa que os estudos relacionados à governança corporativa são majoritariamente direcionados às entidades do primeiro e segundo setor, ou seja, setor público e privado. Além disso, os estudos identificados no Terceiro Setor voltam-se à análise da governança em um único órgão, tais como Leal e Famá (2007), que buscaram identificar as práticas de governança corporativa em uma instituição hospitalar; Tsai e Yamamoto (2005), que desenvolveram uma análise comparativa entre o setor privado e o Terceiro Setor; e Ávila e Bertero (2016), que desenvolveram um estudo de caso em uma fundação de apoio universitário. Assim, esse trabalho diferencia-se dos já realizados, pois o foco de análise é um conjunto de organizações de um segmento específico, ou seja, Instituições de Ensino Superior.

Este artigo está estruturado em cinco seções, sendo a primeira aquela em que são apresentados os aspectos introdutórios; a sendo segunda, pela revisão do referencial teórico acerca da temática; e a ter-

ceira seção a apresentação da metodologia. Na quarta seção, é realizada a análise dos dados. Por fim, na última seção, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2. Referencial Teórico

Nessa seção é apresentada uma discussão teórica acerca dos elementos que compõem o Terceiro Setor e as práticas de governança aplicáveis às organizações desse setor, e estudos correlacionados, de modo a permitir um panorama geral da literatura acerca das temáticas analisadas nesse estudo.

2.1 Terceiro setor

Diversas são as linhas de investigação acadêmica que explicam o surgimento e evolução das entidades do Terceiro Setor. Entre elas, a que parece ser mais bem aceita pela comunidade acadêmica é a decorrente da Ineficiência do Estado e Falha do Mercado. Salamon (1998) discorre em seu trabalho que o surgimento desse grupo de organizações deu-se devido à Ineficiência do Estado e a Falha do Mercado em conseguir suprir e atender às necessidades e às demandas sociais plenamente.

O Terceiro Setor é composto de instituições que não são nem entidades governamentais, nem iniciativas do setor empresarial e que atuam como atores intermediários entre o Estado e a sociedade, na provisão de bens e serviços de interesse de diversos segmentos sociais (AMARAL, 2007).

É possível definir a expressão Terceiro Setor como a designada para a definição das entidades de iniciativa privada sem fins lucrativos que desenvolvem suas atividades para atender às necessidades coletivas e públicas, de modo a contribuir para a geração de um bem comum (SALAMON; ANHEIR, 1996; FISCHER, 2002; SILVEIRA, 2007; CRUZ., 2010).

Esse setor diferencia-se do primeiro setor por não estar presente na estrutura do Estado; e do segundo setor, por não visar distribuição de seus resultados aos seus instituidores e, sim, no reinvestimento dos seus resultados na própria atividade (SILVEIRA, 2007; SALAMON, 2008).

Segundo Merege (2008), a maioria das organizações do Terceiro Setor nasceu a partir de projetos bastante específicos. Segundo o autor, estas organizações são constituídas por verdadeiros empreendedores, que, diante de situação sociais de desigualdade, resolvem dedicar o seu trabalho à transformação de pessoas e proporcionar melhoria nas condições de vida da população menos privilegiada. De acordo com Coelho (2002), o objetivo escopo do Terceiro Setor é o de orientar e estimular mudanças na sociedade e focalizar seus esforços em favor da comunidade ou para grupos específicos.

Ao se tratar das características das entidades do Terceiro Setor, a mais relevante é a de que as entidades não desenvolvem atividades com fins lucrativos e seus trabalhos focam-se na solidariedade (GARAY, 2011). Na visão de Salamon (2008), o Terceiro Setor é um amplo conjunto de organizações autônomas de caráter privado, que não distribuem lucros para seus membros e não são ligadas ao governo. Nessas organizações, as pessoas são livres para decidir se participarão, ou seja, são organizações voluntárias.

Para Salamon e Anheir (1996), para ser classificada como Terceiro Setor, a instituição precisa apresentar cinco características básicas: (i) formalização e institucionalização; (ii) ser privada, separada do governo; (iii) sem fins lucrativos (sem distribuição de lucros); (iv) autogoverno, capacidade para controlar suas próprias atividades, e; (v) voluntária, em que exista participação de voluntários.

A qualificação das instituições que constitui este setor foi instituí-

da pela Lei n.º 9.790, de 23 de março de 1999, mais conhecida como Lei do Terceiro setor, que traz o enquadramento das organizações descritas com “entidades sem fins lucrativos”. As entidades do Terceiro Setor são regidas pelo Código Civil (Lei n.º 10.406/2002, com as introduções trazidas pelas Leis n.ºs 10.825/2003 e 11.127/2005) e juridicamente constituídas sob a forma de associações ou fundações.

No Brasil, o primeiro estudo realizado sobre o setor pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2002, apontava a existência de 276 mil entidades sem fins lucrativos, correspondia a 5% do total de empresas registradas do País. Em 2005, 338,2 mil entidades ligadas ao Terceiro Setor cadastradas de acordo com a classificação do Cadastro Central de Empresas (Cempre), um aumento de 22,5% comparado com os dados levantados no ano de 2002 (FASFIL, 2012).

Dados da Fasfil (2012) demonstram que as fundações e associações sem fins lucrativos oficialmente constituídas no Brasil, em 2010, totalizam o conjunto de 556,8 mil entidades, das quais 290,7 mil eram Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, que empregavam cerca de 4,9% dos trabalhadores brasileiros, com média de trabalhadores por instituições de 7,3, correspondendo a 2,1 milhões de pessoas, recebendo remuneração média mensal de R\$1.667,05, que envolviam um total de recursos na ordem de R\$46,2 bilhões.

Considerando os dados apresentados acima, o Terceiro Setor tem importante papel na sociedade, pois supre necessidades ignoradas pelo setor público (Governo), auxiliando e atuando nas lacunas deixadas por este, busca o bem-estar social da população, gera considerável influência social e econômica e movimenta recursos econômicos consideráveis. Sendo assim, a governança corporativa sur-

ge com uma ferramenta para auxiliar o desempenho das instituições como intuito da melhoria dos resultados das organizações, além de transmitir maior confiança aos *stakeholders*.

2.2 Governança Corporativa no Terceiro setor

Governança Corporativa pode ser entendida como conjunto de práticas que regem o relacionamento entre acionistas e cotistas a partir da distribuição de direitos e responsabilidades entre os diferentes indivíduos da corporação, como os administradores, acionistas, conselhos e demais partes interessadas, incluindo empregados, fornecedores, clientes. Com o intuito de auxiliar no processo decisório, a governança corporativa é considerada mecanismo de monitoramento que permite a assecuração do melhor funcionamento da empresa com propósito de aumento de sua riqueza (CARVALHO, 2002; STEINBERG, 2003; AGUILERA, 2005; SLOMSKI et al., 2008).

De acordo com o Relatório Cadbury (1992), a governança corporativa é expressa por um sistema de valores que rege as organizações, em sua rede de relações internas e externas, que refletem os padrões da companhia, os quais, por sua vez, demonstram os padrões de comportamento da sociedade. De acordo com o Código das Melhores Práticas

de Governança Corporativa, elaborado pelo IBGC (2009), a governança corporativa possui quatro princípios básicos: Transparência, Equidade, Prestação de Contas (*accountability*) e Responsabilidade Corporativa.

No Quadro 1, são apresentados os conceitos dos autores relativos aos princípios apresentados pelo IBGC.

Considerando que as práticas de governança corporativa foram desenvolvidas para empresas, com vistas a auxiliar o relacionamento entre gestores e acionistas, no Terceiro Setor, a sua utilização promove o alinhamento dos interesses entre a gestão e os *stakeholders* dessas entidades, de modo a contribuir para o sucesso das mesmas (ALVES; DUQUE; SANTOS, 2016).

Os princípios do IBGC, inicialmente direcionados às organizações empresariais, podem ser adaptados, objetivando-se a respectiva aplicação às organizações não governamentais sem fins lucrativos, as quais constituem Terceiro Setor (MILANI FILHO, 2009).

Em uma organização transparente, os usuários podem ver o direcionamento das ações administrativas e operacionais adotadas por seus gestores. É possível, então, avaliar o rumo da organização por meio das prestações de contas, da equidade e da responsabilidade corporativa (SANTOS; DUQUE; ALVES, 2016). So-

Quadro 1 – Princípios da Governança Corporativa

Princípio	Descrição	Base teórica
Transparência	Divulgação de informações de fatores tangíveis e intangíveis que permitem a criação ou ao aumento de valor da organização.	Vargas (2008)
Prestação de contas	Responsabilidade da organização de prestar contas perante os diversos públicos que têm interesses legítimos diante delas. Refere-se a prestação de contas da fundação aos seus interessados. A atuação dos agentes da governança é dotada de responsabilidades e oportunidades, visto que o cumprimento dessa obrigação gera credibilidade e confiança, interferindo positivamente em futuras parcerias.	Falconer (1999); Vargas (2008)
Equidade	Refere a uma concepção de distribuição justa, que respeita a igualdade de direitos. Justiça e igualdade no tratamento de todos os stakeholders da fundação - o governo, doadores, fornecedores ou os beneficiários diretos dos recursos arrecadados.	Vargas (2008)
Responsabilidade corporativa	Zelo pela sustentabilidade e continuidade da fundação, preocupação pela ordem social e ambiental em suas operações.	Martins e Martins (2014)

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

bre *accountability*, Falconer (1999) considera que uma das responsabilidades da organização é de prestar contas perante os diversos públicos que têm interesses legítimos diante delas. E o autor complementa que um ponto muito importante da *accountability* para as organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que, além de proporcionar mais valor à entidade, apresenta-se como uma forma de estratégia competitiva no mercado.

De acordo com Martins e Martins (2014), as entidades do Terceiro Setor devem considerar o princípio de transparência, pois esta significa a comunicação interna e externa de seu desempenho e de suas ações para com os recursos públicos transferidos para elas. Essa prática não se restringe às informações financeiras obrigatórias, mas, com ênfase, às informações voluntárias de diferentes naturezas que reduzem a assimetria entre todos os *stakeholders* (MILANI FILHO, 2009).

De acordo com Leal e Famá (2007), o foco na transparência e na prestação de contas, associado à constante avaliação da gestão, possibilita uma melhor comunicação, mais resultados e maior criação de valor. Entre as práticas voltadas aos princípios da transparência e prestação de contas, a pesquisa identi-

ficou que 14% das instituições têm a conduta de publicar informações relativas a Planejamentos Orçamentários e de divulgar a Prestação das suas Contas e 29% divulgam os demonstrativos contábeis.

O termo *accountability* se refere à prestação de contas da fundação aos seus interessados. Assim, a atuação dos agentes da governança é dotada de responsabilidades e oportunidades. O cumprimento dessa obrigação gera credibilidade e confiança, interferindo positivamente em futuras parcerias ou projetos, até mesmo internacionais (VARGAS, 2008).

Cruz (2010), em sua tese voltada à relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do Terceiro Setor no Brasil, evidencia a importância da utilização de dados contábeis. Aborda que, com a divulgação das informações, permite-se a verificação do atendimento da entidade em relação às suas finalidades, e aos seus fins específicos e estimula o interesse de novos parceiros nos propósitos da entidade.

Em estudo realizado por Silveira e Borba (2010), encontraram como resultado um percentual de 67% de conformidade das demonstrações contábeis com preceitos de transparência relacionados à prestação de contas. Os autores concluíram a necessidade de atri-

moramento das demonstrações para a melhor evidência das ações das instituições com finalidade social, necessidade tanto de se aprimorar a transparência quanto da conscientização na divulgação das informações por parte das instituições.

Neste sentido, artigo publicado por Rodrigues e Malo (2006) argumenta que, por se tratar de um empreendimento comunitário, as estratégias devem ser dinamizadas (estimuladas), tornadas públicas, para que haja uma mobilização maior, um engajamento mais efetivo dos membros e sua motivação não só para a causa, mas também para a gestão da própria organização.

Tsai e Yamamoto (2005) relatam que a competência e a eficiência das entidades do Terceiro Setor, em conjunto com a transparência de suas atividades, gera um ciclo em que a evidência das informações por parte das organizações mostra a seriedade do trabalho de maneira confiável, aumenta a credibilidade da instituição e agrega valor à organização.

Em relação ao princípio da Equidade, Tsai e Yamamoto (2005) mencionam que ele não é aplicável ao Terceiro Setor, visto que neste segmento não há acionistas minoritários e majoritários e, sim, investidores e parceiros que contribuem com

“Casos recentes de escândalos veiculados na mídia nacional, envolvendo instituições de ensino, demonstram que existem problemas inerentes a gestão e fraudes nos ambientes dessas entidades e, conseqüentemente, prejudicam o cumprimento dos objetivos institucionais na formação de recursos humanos intelectuais.”

valores diferentes, mas não são proprietários da organização.

O princípio de Responsabilidade Corporativa, segundo Martins e Martins (2014), é o zelo pela sustentabilidade e continuidade da fundação, além da preocupação pela ordem social e ambiental nas operações realizadas. Deve-se zelar pela perenidade da organização (sustentabilidade, visão de longo prazo).

Schimith e Chagas (2009) mencionam que a adoção dos princípios e práticas da boa governança pode ajudar o processo de gerenciamento administrativo e financeiro dessas entidades, seja pela reorganização de sua estrutura interna, seja pela atração de doações motivadas por essas mudanças.

Segundo Milani Filho (2009), a principal diferença do Terceiro Setor, em relação aos outros no aspecto da governança, baseia-se na inexistência de acionistas com direito ao recebimento de benefícios econômicos, ou seja, dividendos.

Tsai e Yamamoto (2005), em análise comparativa entre o setor privado e o Terceiro Setor, identificaram algumas práticas de governança corporativa do setor privado que são aplicáveis às entidades do Terceiro Setor, tais como: (i) Apresentação das demonstrações do fluxo de caixa; (ii) publicação de relatórios de contas, relatório anual, contendo informações relevantes do ano, sejam elas de âmbito administrativo, contábil ou social; (iii) A auditoria; (iv) Criação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal; e (v) criação de códigos de ética/ conduta.

Leal e Famá (2007), em estudo realizado em uma instituição hospitalar, identificaram algumas práticas de governança corporativa aplicada pela entidade; a existência do Conselho Fiscal que fiscaliza as atividades do Conselho Deliberativo; Treinamento dos conselheiros, com o intuito de profissionalização dos gestores; realização de prestação de contas; pu-

blicação de relatório anual, com informações do âmbito administrativo, contábil e social; criação e implementação do código de ética.

A governança corporativa diz respeito à forma de gestão estratégica da organização, assim como a administração das relações de poder entre as partes interessadas, tais como acionistas, gestores, financiadores, cooperados, empregados e até agentes externos como a sociedade, o Governo e órgãos reguladores. A governança no Terceiro Setor é uma forma de auxiliar na busca por eficiência, no sentido de promover o alinhamento dos interesses entre a gestão e os *stakeholders*; apresenta-se como importante possibilidade de aprimoramento dos mecanismos de evidênciação dos preceitos relacionados à gestão dessas organizações.

2.3 Estudos Relacionados

Frente ao assunto proposto, são apresentados estudos já publicados em que foram analisados a governança frente às entidades do Terceiro Setor. Leal e Famá (2007) estudaram a governança utilizando uma organização que administra um hospital do câncer, e concluíram que grande parte dos princípios e práticas de governança corporativa, como ética, responsabilidade corporativa, prestação de contas e transparência, é aplicável ao Terceiro Setor. Em estudo de caso realizado por Fama e Leal (2007), os autores identificaram as seguintes práticas de governança corporativa exercidas em uma instituição do Terceiro Setor, sendo: conselho fiscal, profissionalização dos gestores, transparência e prestação de contas, publicação do código de ética/conduita. E em seu estudo reiteraram que o princípio de equidade não é aplicável ao Terceiro Setor.

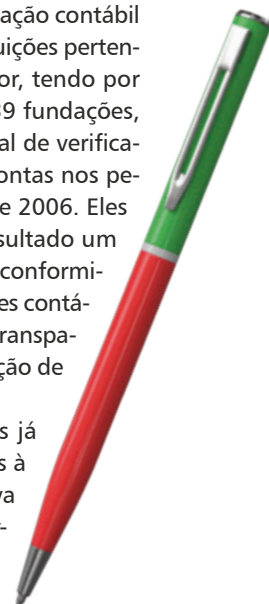
Nogueira, Garcia e Ramos (2012) realizaram um trabalho buscando investigar, em uma Instituição de Ensino Superior pública, em que aspectos a sua gestão aproxima-se dos

elementos componentes da governança corporativa e suas relações com a responsabilidade social da instituição. Os pesquisadores constataram que a instituição estudada está de acordo com os princípios e práticas da governança corporativa, trazendo à tona a necessidade de que as instituições, públicas ou privadas, têm de agir de forma proativa em relação às demandas sociais.

Em trabalho realizado, Mota, Nassif e Siqueira (2014) buscaram avaliar o modelo de gestão do esporte educacional Instituto Passe de Mágica (IPM) frente à governança corporativa no Terceiro Setor, tendo como resultado a existência de problemas decorrentes da falta de um modelo de gestão. Entretanto, algumas Práticas de governança foram evidenciadas, tais como os princípios da Transparência e da Ética e adoção de auditoria externa. Vale destacar que o pesquisador sugeriu a realização de outros estudos voltados ao modelo de gestão e os princípios da governança em outras organizações do Terceiro Setor em decorrência de carência de informações sobre o setor, sobretudo na literatura brasileira e pela relevância deste tipo de organização no contexto brasileiro.

Silveira e Borba (2010) verificaram o nível de evidênciação contábil apresentado por instituições pertencentes ao Terceiro Setor, tendo por amostra um total de 39 fundações, e como objeto principal de verificação da prestação de contas nos períodos de 2004, 2005 e 2006. Eles encontraram como resultado um percentual de 67% de conformidade das demonstrações contábeis com preceitos de transparência ligados à prestação de contas.

Frente aos estudos já realizados direcionados à governança corporativa no Terceiro Setor, observa-se que existe uma lacuna a ser preenchi-



“No contexto teórico, esse estudo contribui para a o desenvolvimento da discussão acadêmica da governança no contexto das entidades do Terceiro Setor, uma vez que se observa que os estudos relacionados à governança corporativa são majoritariamente direcionados às entidades do primeiro e segundo setor, ou seja, setor público e privado.”

da em que se volta a avaliar as práticas no contexto de entidades do Terceiro Setor com fins educacionais, o qual esse estudo visa contribuir para a discussão teórica e empírica.

3. Metodologia

Collis e Hussey (2005) definem que as investigações acadêmicas no âmbito das ciências sociais aplicadas podem ser delineadas em relação aos seus objetivos, procedimentos de coleta de dados e quanto à abordagem de análise. Frente ao exposto, esse estudo caracteriza-se como descritivo em relação ao seu objetivo; quanto à estratégia de obtenção dos dados, é documental e de abordagem quantitativa.

3.2 População e Amostra

Prodanov e Freitas (2013, p. 98) definem que “população (ou universo da pesquisa) é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo”. É possível delinear como população desse estudo as instituições de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina. Conforme levantamento realizado por meio do Ministério da Educação (MEC, 2017), no Estado de Santa Catarina, há 96 Institui-

ções de Ensino Superior ativas, ou seja, que estão em atividade.

De acordo com o conceito dado por Prodanov e Freitas (2013), “amostra é parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou plano”. Para obtenção dos dados relativos à amostra da pesquisa, buscou-se no sítio da MEC (2017) a relação das universidades e faculdades ativas sem fins lucrativos, o que originou a amostra de 49 instituições educacionais, sendo que dessas, apenas 27 constituíram a amostra final, pois no relatório obtido no MEC, ele apresenta todas as instituições em separado, independente de serem de uma única rede de IES. Após verificação, identificou-se que as instituições vinculam as informações em um único sítio, não tendo website individual por unidade, tais como: CNEC, Senai, Senac, UnC, Unoesc.

3.3 Coleta e Análise dos Dados

Prodanov e Freitas (2013) relatam que “a definição do instrumento de coleta de dados dependerá dos objetivos que se pretende alcançar com a pesquisa e do universo a ser investigado”. Conforme o contexto apresentado sobre governança corporativa e os princípios apresentados pelo IBGC, criados inicialmente para organizações empresariais, e de acordo Milani Filho (2009), podem

ser aplicados em organizações não governamentais sem fins lucrativos, as quais constituem o Terceiro Setor. Portanto, após conhecida a população e definida a amostra do estudo, realizou a coleta de dados para identificação de quais práticas são divulgadas pela amostra estudada.

A coleta de dados se deu por intermédio das informações publicadas pelas instituições de ensino em seus sítios eletrônicos, baseando-se no *check-list* elaborado a partir das pesquisas realizadas por Leal e Fama (2007) e Santos (2015), e no Guia das Melhores Práticas para Organizações do Terceiro setor, disponibilizado pelo IBGC (2016).

A coleta de dados ocorreu por meio de consulta ao sítio eletrônico de cada instituição, no período de setembro e outubro de 2017, sendo que, para a apuração do índice de adoção das práticas de governança corporativa, foi utilizada uma combinação binária, sendo atribuído peso 1 (um) para quando o quesito avaliado era evidenciado pela instituição, e 0, caso contrário. Os dados foram tabulados em planilha eletrônica para facilitar o armazenamento e apuração dos indicadores.

Para a análise dos dados, foram empregadas técnicas de estatística univariada (mínimo, máximo, média, desvio padrão).

4. Análise dos Dados

O *check-list* desenvolvido com o objetivo de traçar o nível de divulgação das instituições de ensino foi composto de 19 práticas de governança corporativa. A análise dos dados obtidos com a aplicação do *check-list* foi dividida em duas etapas. A primeira delas trata-se de uma etapa de análise de frequência, cujas frequências relativas apresentadas de forma percentual constam na Tabela 1.

Conforme resultado apresentado na Tabela 1, identificou-se que a implantação do órgão Ouvidoria pelas instituições é a prática mais evidenciada, com um percentual de 93%. A prática apresenta-se como meio de intermediação, no qual é possível diálogo entre o usuário e a entidade (interessado e portador da informação), prática que permite que a entidade possa repassar informações que sejam necessárias e de interesse de seu usuário. De acordo com o IBGC (2009), a existência de canais de acesso disponibilizados a *stakeholders*, e ouvidorias pode conferir maior transparência ao relacionamento da organização com partes interessadas. Esse achado pode ser explicado devido à recomendação do Ministério da Educação para que as IES tenham dentro da sua estrutura organizacional a ouvidoria, sendo esse quesito de avaliação para credenciamento e reconhecimentos das IES.

Observou-se que, das instituições na amostra, 43% divulgam possuir Estrutura Organizacional e, 57% apresentam diretoria executiva. Relativamente aos conselhos, 36% apresentam Conselho da Administração e Conselho Fiscal (25%), Auditoria Independente (14%). Para a eficiência da governança corporativa, Leal e Famá (2007) destacam a atuação dos seguintes agentes: o conselho de administração, diretor executivo (CEO), auditoria independente e conselho fiscal, pela relevância das funções que

desempenham, principalmente, para o processo de prestação de contas, equidade e transparência.

O conselho fiscal, caracterizando-se por Mindlin (2009) como uma parte obrigatória de governança, este aumenta a confiabilidade na administração da entidade; tem a função de fiscalizar os administradores, comentar a respeito de diversas situações internas e informá-las aos *stakeholders*.

Outro agente de boas práticas de governança corporativa é o Conselho Curador, sendo que este agente apresenta-se em 29% das instituições analisadas. Segundo Martins e Martins (2014), órgão de controle institucional, possui número de membros maior em relação ao Conselho Fiscal e tem como funções controle dos recursos humanos, de orçamentos e revisões nos planos anuais, análise e aprovação dos relatórios da instituição.

Segundo Maciel (2005), o conselho curador possui atribuições, como a aprovação de admissão e controle de funcionários, de planos de cargos e salários, de orçamentos referentes às aplicações de re-

ursos da fundação e também revisões nos processos internos, sendo um órgão de controle institucional.

Outros pontos vistos nas instituições foram a apresentação Estatuto Social e Regime Interno (Código de Conduta/Ética), sendo apresentado, respectivamente, no percentual de 32% e 25%. O código de ética, de acordo com Tsai e Yamamoto (2005), disciplina a prática profissional, ressalta princípios de atuação responsável e propõe condutas éticas elevadas a serem seguidas pelos seus associados e serve como referência para todos.

Relativamente à apresentação do Estatuto Social, Mendonça e Machado Filho (2004) apontam importância a este quesito. Em decorrência de conflitos de agência no Terceiro Setor, torna-se uma ferramenta para verificação das ações exercidas pelos gestores, se estas estão de acordo com os objetivos estatutários para os quais foi constituída a organização, sendo de interesse de doadores ou financiadores da entidade.

No que diz respeito à Missão da entidade, Milani Filho (2009) cita que as organizações do Terceiro Se-

Tabela 1 – Práticas de Governança Corporativa

Prática	Quant.	%
Ouvidoria	26	93%
Missão	21	75%
Diretoria Executiva	16	57%
Estrutura Organizacional	12	43%
Relatório de Sustentabilidade	12	43%
Conselho da Administração	10	36%
Calendário Atividades Desenvolvidas	10	36%
Estatuto Social	9	32%
Conselho Curador	8	29%
Contador Responsável	8	29%
Demonstrações Contábeis	8	29%
Relação Parceiros/Fornecedores	8	29%
Conselho Fiscal	7	25%
Regime Interno	7	25%
Planejamento Orçamentário	4	14%
Prestação de Contas	4	14%
Auditoria Independente	4	14%
Auditoria Interna	2	10%
Treinamentos Conselheiros	1	4%

Fonte: dados da Pesquisa (2017).

tor direcionam seus esforços para cumprir a missão social que justifica a própria existência, com propósito de atrair recursos públicos e privados para a respectiva manutenção. A evidenciação de informações sociais deveria ser, portanto, um ato pertinente, sendo que, das instituições analisadas 75% evidenciam sua missão como entidade social.

Dentro das práticas identificadas que tiveram menos divulgação pelas instituições, temos Planejamento Orçamentário, Prestação de Contas, Auditoria Independente com percentual de 14%, Auditoria Interna 10% e Treinamentos Conselheiros 4%.

A auditoria representa um importante mecanismo contábil para analisar os registros e controle contábeis, constituindo-se, em síntese, um conjunto de ações de assessoramento e consultoria para o usuário, possibilitando que este possa ter maior segurança acerca da veracidade das informações contidas nos relatórios e demonstrativos contábeis (ATTIE, 2009).

Frente à contextualização realizada no que tange às práticas de governança corporativa aplicáveis ao Terceiro Setor, na Tabela 2 é apresentada a lista das instituições analisadas com o respectivo percentual de divulgação das práticas de governança corporativa avaliadas.

Para as instituições educacionais, o uso da Governança Corporativa torna-se uma forma de gerir suas atividades e apresenta melhora na gestão das IES, permitindo adquirir vantagens competitivas com relação à concorrência. Neste sentido, a Tabela 2 apresenta o *ranking* das instituições, com percentual de apresentação das práticas analisadas, evidenciando que a Uniplac e a Unisul foram as instituições que mais práticas elencadas apresentaram (78%). Outra situação que podemos destacar é que 22% das instituições apresentaram mais que 50% das práticas verificadas.

O ensino superior brasileiro vem expandindo-se, seja no âmbito público ou privado. Encontra-se entre os maiores mercados potenciais do mundo, sendo o maior da América Latina. Atualmente, estão em funcionamento mais de 2.300 Instituições de Ensino Superior, mantendo mais de 6 milhões de alunos matriculados (MONT'ALVÃO NETO, 2014).

Frente aos dados encontrados, pode-se destacar a importância da utilização das práticas de governança pelas IES. Conforme Lopes (2015), ao adotarem práticas de governança corporativa, as instituições elevam o interesse de potenciais investidores. Com uma gestão pautada por regras claras, acessíveis ao mercado e alinhadas aos interesses dos acionistas, as instituições ganham em credibilidade do ponto de vista dos investidores.

De acordo com Bogoni et al. (2010), a governança corporativa propõe o uso eficiente dos recursos,

bem como o uso de mecanismos de transparência e prestação de contas. Uma boa gestão nas Instituições de Ensino Superior é possuir uma administração profissional capaz de conduzir a organização ao sucesso, garantindo assim a sua sustentabilidade perante a sociedade.

Conforme Eurydice (2008), não existe modelo predominante para a governança da educação superior, contudo, cada vez mais, na maioria dos países, as partes interessadas externas, como, profissionais de destaque no mercado, agentes políticos e membros da comunidade em que o campus se insere, têm assumido papéis importantes no funcionamento interno das instituições, com o objetivo de reforçar o elo da instituição com a economia e aumentar a eficiência interna.

Posto que a governança corporativa preveja premissas e ações que vão além da sustentabilidade financeira, as IES que adotam práticas de

Tabela 2 – Percentual de Evidenciação por Instituição

Instituição	Percentual (100%)
Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac)	78%
Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)	
Universidade do Contestado (UNC)	68%
Faculdade Luterana de Teologia (FLT)	63%
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp)	53%
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)	
Faculdade Senac	47%
Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc)	
Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)	
Universidade do Vale do Itajaí (Univali)	42%
Faculdade CNEC	37%
Faculdade de Tecnologia Assessoritec	
Faculdade de Tecnologia Senai	
Faculdade Católica de Santa Catarina (Facase)	32%
Faculdade São Luís (FSL)	
Faculdade Satc (Fasatc)	26%
Faculdade de Santa Catarina (Fasc)	21%
Faculdade Sociesc	
Faculdade Santa Rita de Chapecó	
Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis (IESGF)	
Instituto Superior e Centro Educacional Luterano - Bom Jesus - Ielusc	
Universidade da Região de Joinville (Univille)	16%
Faculdade Barddal (FB-SI)	10%
Faculdade FAE Blumenau	
Faculdade Guilherme Guimbala (FGG)	
Faculdade Refidim (Refidim)	
Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia (Fattep)	

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

governança corporativa adotam sobretudo uma conduta socialmente responsável, demonstrando transparência em suas ações e valores e assegurando uma governança responsável em promoção dos objetivos sociais, buscando a continuidade de suas ações.

5. Considerações Finais

Entende-se como Governança Corporativa conjunto de práticas que rege o relacionamento entre acionistas e cotistas a partir da distribuição de direitos e responsabilidade entre os diferentes indivíduos da corporação, que tem por finalidade otimizar o desempenho. No Terceiro Setor, a sua utilização promove o alinhamento dos interesses entre a gestão e os *stakeholders*, de modo a contribuir para o sucesso delas.

Frente ao apresentado, esse estudo identificou as práticas de governança corporativa adotadas pelas IES do Terceiro Setor do Estado de Santa Catarina. As instituições de ensino analisadas são entidades sem fins lucrativos, ou seja, enquadram-se no Terceiro Setor.

A pesquisa direcionada às IES de Santa Catarina permitiu a identificação das práticas utilizadas por este segmento. Frente à contextualização

realizada por meio de estudos já realizados, foi possível identificar a práticas de governança possíveis de serem aplicadas pelas instituições do Terceiro Setor, sendo que os principais resultados encontrados mostraram que todas as práticas elencadas foram apresentadas ao menos uma vez.

De forma geral, identificou-se que um percentual baixo de instituições apresentaram mais de 50% das Práticas, demonstrando uma baixa evidenciação das práticas de governança corporativa pelas instituições.

Cabe enfatizar que, conforme já mencionado por Eurydice (2008), não existe modelo de governança corporativa. O que há é um conjunto de práticas apropriáveis e que permitem a evidenciação dos quatro princípios básicos de governança aplicáveis a transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Diante do resultado obtido, identifica-se a necessidade de que todas as instituições analisadas precisam reconsiderar a atenção ao tema e aprimorar seus métodos de evidenciação e divulgação das práticas que podem ser aplicadas nas organizações, entretanto não estão sendo evidenciadas para seus usuários. As entidades devem atentar para a importância de fornecer informações úteis

ao processo de gestão e avaliação dos interessados.

No contexto teórico, esse estudo contribui para a o desenvolvimento da discussão acadêmica da governança no contexto das entidades do Terceiro Setor no que tange às instituições de ensino, uma vez que a temática abordada não apresenta estudos relacionados com visão global do setor, mas o que se possui são estudos já realizados, mas com foco em análises individuais. O trabalho apresenta-se como um instrumento de verificação da situação atual do setor.

Como limitação do estudo, pode-se citar que as instituições podem estar aplicando as práticas analisadas, entretanto não realizam a sua divulgação, sendo que o dados levantados podem estar divergentes em relação às atividades desenvolvidas efetivamente pela instituição. Para futuras pesquisas e considerando o baixo nível de evidenciação identificado nesse estudo, recomenda-se estudo nas instituições, por meio de um estudo caso, buscando identificar quais práticas são exercidas efetivamente e quais critérios as instituições utilizam para a divulgação ou não das práticas. Estudos avaliando os fatores que contribuem para a adoção das práticas de governança pelas entidades do Terceiro Setor também são relevantes para investigações futuras.

6. Referências

AGUILERA, R. Corporate governance and director accountability: an institutional comparative perspective. *British Journal of Management*, v. 16, p. 39-53, 2005.

AMARAL, R.G. *Responsabilidade social da empresa: a área de gestão de pessoas como mediadora entre a organização e a comunidade*. 2007. PUC/São Paulo, 2007.

ATTIE, William. *Auditoria: conceitos e aplicações*. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

ÁVILA, L. A. C.; BERTERO, C. O. Governança no Terceiro setor: um estudo de caso em uma fundação de apoio universitário. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 18, n. 59, p. 125-144, 2016.

BRASIL. Lei 9.790 de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p.1, 24 mar. 1999.

_____. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 11 jan. 2002.

_____. Lei 10.825 de 22 de dezembro de 2003. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 23 de dez. 2003.

_____. Lei 11.127 de 28 de junho de 2005. Altera os arts. 54, 57, 59, 60 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, e o art. 192 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 29 de jun. de 2005.

BOGONI, N.M.; ZONATTO, V.C.S.; ISHIKURA, E.R.; FERNANDES, F.C. Proposta de um modelo de relatório de administração para o setor público baseado no parecer de orientação n.º 15/87 da Comissão de Valores Mobiliários: um instrumento de governança corporativa para a administração pública. *Revista de Administração Pública [online]*, v. 44, n.1, p. 119-142, 2010.

CADBURY - The Committee on the Financial Aspects of Corporate Governance and Gee and Co. Ltda. (1992). *The financial aspects of corporate governance*. London: Gee.

CARVALHO, A.G. Governança corporativa no Brasil em perspectiva. *Revista de Administração*, v. 37, n. 3, p. 19-32, 2002.

CERVI, D. Auditoria externa em um instituto do Terceiro Setor: um estudo de caso.

CHAGAS, P.B; SCHIMITH, P.F. Aplicação da governança corporativa no Terceiro Setor: um estudo de caso. In: SEMEAD - Seminários em Administração, 12, 2009, São Paulo, Brasil. *Anais...* São Paulo: FEA-USP, 2007

COELHO, S. C. T. *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. 2 ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. *Pesquisa em administração*. 2. ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

CRUZ, C.V.O.A. *A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do Terceiro Setor no Brasil: uma investigação empírica*. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade), Departamento de Contabilidade e Atuação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DRUCKER, P. *Prática de administração de empresas*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1997.

EURYDICE. *A governança do Ensino Superior na Europa*. Bruxelas: Eurydice, 2008.

FALCONER, A.P. *A promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo: 1999.

FARIA, M. V. C. M.; FONTENELE R. E. S.; ALVES JÚNIOR M.D. Gestão nas Organizações do Terceiro setor: Contribuição para um Novo Paradigma nos Empreendimentos Sociais. In: Encontro da ANPAD, 33, 2009, São Paulo, Brasil. *Anais...* São Paulo, SP: ANPAD, 2009.

FASFIL. *As fundações e associações sem fins lucrativos no Brasil - 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, Rio de Janeiro, Estudos e Pesquisas Informações Econômicas n. 20, 2012.

FISCHER, R. M. *O desafio da colaboração: práticas e responsabilidade social entre empresas e Terceiro Setor*. São Paulo: Gente, 2002.

GARAY, S.M.C. A gestão de pessoas em organizações sem fins lucrativos: principais dilemas e desafios. In: SEGETE – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 8, 2011, Rio de Janeiro, Brasil. *Anais...* Rio de Janeiro: RJ: AEDB, 2011.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Código das melhores práticas de governança corporativa. São Paulo, SP: IBGC, 2009.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Guia das melhores práticas para as organizações do Terceiro Setor: associações e fundações, São Paulo, SP: IBGC, 2016.

LEAL, E.A.; FAMÁ, R. Governança nas organizações do Terceiro Setor: um estudo de caso. In: SEMEAD - Seminários em Administração, 10, 2007, São Paulo, Brasil. *Anais...* São Paulo, SP: FEA-USP, 2007.

LODI, João Bosco. *Governança Corporativa: Governo da Empresa e o Conselho de Administração*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LOPES, T.M. Princípios e práticas do instituto brasileiro de governança corporativa: o caso de uma IES. Dissertação de Mestrado, Mestrado Profissional em Governança e Sustentabilidade – Instituto de Administração e Economia – IAE – Curitiba, PR, 2015

MANOLESCU, F.M.K.; OLIVEIRA, C.P. A importância do Terceiro Setor. In: Encontro Americano de Iniciação Científico e Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, 10, 2010, São Paulo, Brasil. *Anais...* São José dos Campos, SP: UNIVAP, 2010.

MARTINS, M; MARTINS, V. F. Governança corporativa no Terceiro Setor: um estudo de caso em fundação de serviço hospitalar. *Revista Mineira de Contabilidade*, v. 15, n. 54, p. 6-13, 2014.

MENDONÇA, L.R.; MACHADO FILHO, C.A.P. Governança nas organizações do Terceiro Setor: considerações teóricas. *Revista de Administração*, v. 39, n. 4, p. 302-308, 2004.

MEREGE, L.C. *O desafio da sustentabilidade no Terceiro Setor: o caso das OMG/AIDS*. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/final/biblioteca/sustenta/odesafio.htm>. Acesso em: 03 out. 2017.

MILANI FILHO, M.A.F. Resultado econômico em organizações do Terceiro Setor: um estudo exploratório sobre a avaliação de desempenho. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, v. 1, n. 1, p. 35-44, 2009.

MINDLIN, S.E. *A governança de fundações e institutos empresariais: um estudo exploratório*. Tese (Doutorado em Administração). Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MONT'ALVÃO NETO, A.L. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. *Educ. Soc.*, v. 35, n. 127, p. 417-441, 2014.

MOTA, A.L.C.; NASSIF, V.M.J.; SIQUEIRA, J.P.L. Modelos de gestão do esporte educacional e governança no Terceiro Setor: o ideal, o real e o possível. In: Encontro de Estudos de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas – EGEPE, 8, 2014, Goiânia, Brasil, *Anais...* 2014.

NOGUEIRA, M.G.S.S.; GARCIA, T.E.M.; RAMOS, M.G.G. Governança corporativa, responsabilidade social corporativa: a visão de atores de uma instituição de ensino superior – IES Federal. *Revista GUAL*, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 222-244, dez. 2012.

RODRIGUES, A.L.; MALO, M.C. Estruturas de governança e empreendedorismo coletivo: o caso dos doutores da alegria. *Revista de Administração Contemporânea*, v.10, n. 3, p. 29-50, 2006.

SALAMON, L.A *emergência do Terceiro setor – uma revolução associativa global*. Revista de Administração, v. 33, 1998.

_____. *De Solitários a Solidários. O quinto poder: consciência de uma nação*. Porto Alegre, 2008.

_____. *Estratégias para o fortalecimento do Terceiro Setor. Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. *The emerging nonprofit sector: an overview*. Manchester: Manchester University Press, 1996.

SANTOS, L.B.; DUQUE, A.P.O.; ALVES, F.J.S. Governança corporativa no Terceiro Setor: um estudo a luz transparência. In: Convibra - Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 13, 2016, Brasil, *Anais...* 2016.

SCHIMITH, P.F.; CHAGAS, P.B. A aplicação da governança corporativa no Terceiro Setor: um estudo de caso. *Caderno de Administração*, v. 17, n.2, p. 12-25, 2009.

SILVEIRA, D. *Evidenciação contábil de fundações privadas de educação e pesquisa: uma análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades de Santa Catarina*. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SILVEIRA, D.; BORBA, J. A. Evidenciação contábil de fundações privadas de educação e pesquisa: uma análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades de Santa Catarina. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, v. 21, n.1, p. 41-68, 2010.

SLOMSKI, V. A demonstração do resultado econômico e sistemas de custeamento como instrumentos de evidenciação do cumprimento do princípio constitucional da eficiência, produção de governança e accountability no setor público: uma aplicação na Procuradoria Geral do Município de São Paulo. *Rev. Adm. Pública*, v. 44, n. 4, p. 933-937, 2010.

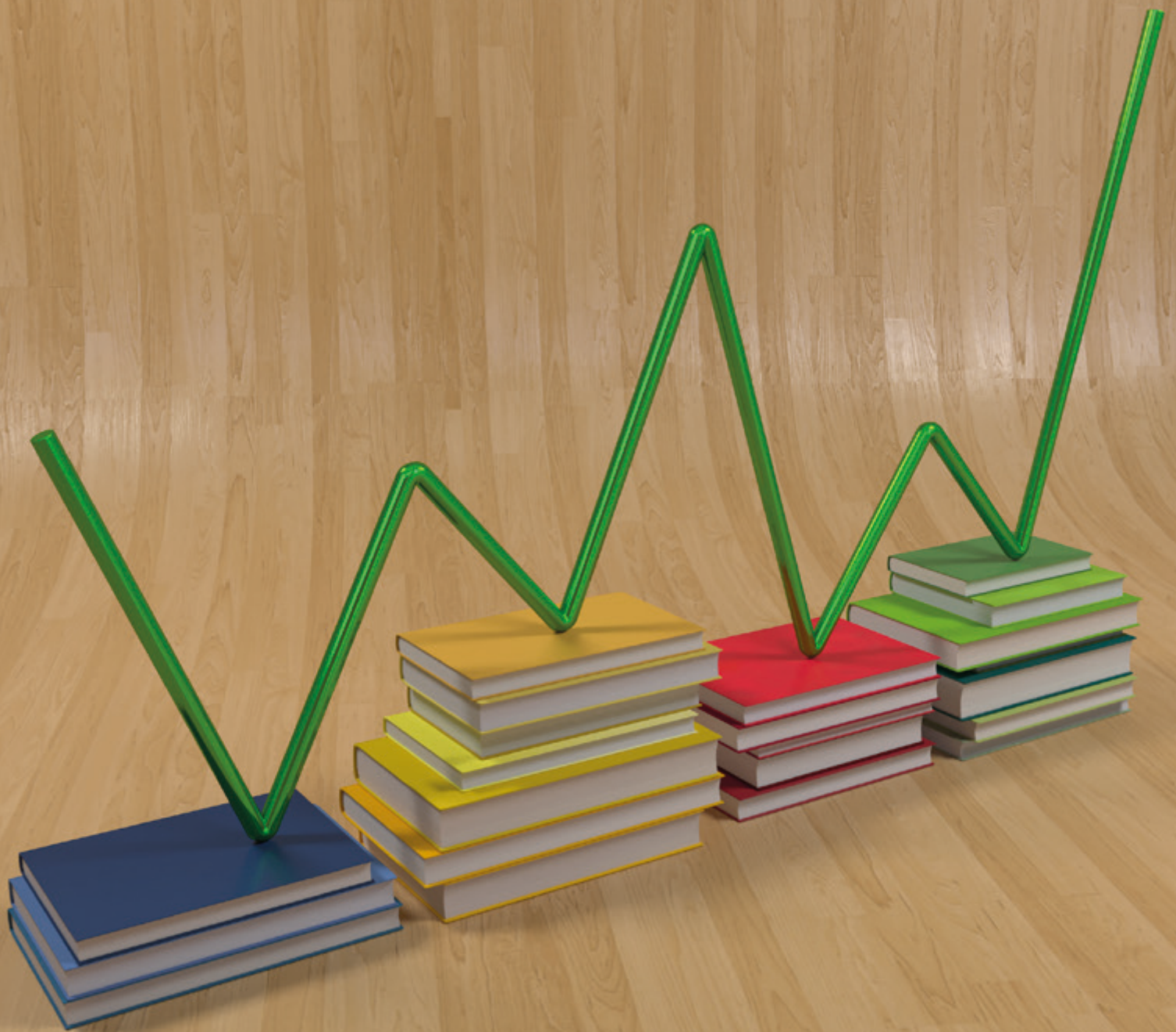
SLOMSKI, V.; MELLO, G.R.; TAVARES FILHO, F.; MACEDO, F.Q. *Governança corporativa e governança na gestão pública*. 1ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

STEINBERG, H. *A dimensão humana da governança corporativa: pessoas criam as melhores e piores Práticas*. São Paulo, 2003.

TENÓRIO, F. Um espectro ronda o Terceiro Setor: o espectro do mercado. *Revista de Administração Pública*, v. 33, n. 5, p. 86-99, 1999.

TSAI, P.Y.; YAMAMOTO, M.M. Governança corporativa: análise comparativa entre o setor privado e o Terceiro Setor. In: Congresso USP de Iniciação Científica, 2, 2005, São Paulo, Brasil. *Anais...* São Paulo, SP: USP, 2005.

VARGAS, S.I. *Governança nas entidades do Terceiro setor: uma análise dos princípios de boa governança definidos pelo IBGC nas ONGs Associadas à ABONG, Sediadas nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.



Análise Bibliométrica sobre gerenciamento de resultados no século XXI

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que visou analisar os estudos realizados no Brasil sobre o tema “gerenciamento de resultados contábeis” (*earnings management*), publicados em periódicos nacionais de Contabilidade no período de 2001 a 2017. Esses periódicos foram selecionados dentre os listados na área de “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo” com base na estratificação Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de A1 a B3. Para selecionar os estudos, foram realizadas pesquisas nos sítios dos periódicos escolhidos a partir das palavras-chave “gerenciamento de resultados”, “gerenciamento de lucros”, “*earnings management*” e “*accruals*”. As análises foram feitas por meio de estatística descritiva e análise bibliométrica. Entre os resultados obtidos, verificou-se que: (a) houve um grande aumento no número de pesquisas publicadas no Brasil sobre o tópico nos últimos anos; (b) existe uma alta frequência da produção de artigos com até três autores, o que sinaliza maior interação entre os pesquisadores na área; e (c) há muitos estudos similares, que abordam os mesmos temas analisados, possibilitando, em tese, certa consolidação de uma mesma linha de raciocínio, mas pouco contribui para uma diversidade de áreas relacionadas ao gerenciamento de resultados.

Carlos Henrique Magalhães Alves

Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: carlosalvesmagalhaes16@gmail.com

Ewerton Alex Avelar

Contador e professor universitário (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG) é graduado em Ciências Contábeis pela UFMG, Especialista em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (Ufla) e doutor em Administração pela UFMG.
E-mail: ewertonalexavelar@gmail.com

Terence Machado Boina

Contador e Analista Administrativo da Agência Nacional do Cinema (Ancine), é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialista em Gestão Pública pela Fundação João Pinheiro e mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
E-mail: tmboina@gmail.com

2102 – Recebido em 25/07/18. Distribuído em 25/07/18. Pedido de revisão não houve. Aprovado em 27/8/18, na segunda rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição setembro-outubro de 2018. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

O principal objetivo da Contabilidade é subsidiar avaliações para a tomada de decisões econômicas acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade, auxiliando os usuários das demonstrações financeiras com informações úteis (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC, 2011). Contudo, visto que os gestores possuem discricionariedade na escolha de práticas contábeis, as informações evidenciadas nas demonstrações financeiras podem ser influenciadas (MARTINEZ, 2001). Para Martinez (2001), o poder da tomada de decisão e o impacto futuro para o gestor não mais importantes que o próprio lançamento nas suas demonstrações financeiras. Segundo esse autor, os gestores efetuam a gestão da empresa, dentro dos limites da Legislação Contábil, atendendo aos seus interesses.

Nesse contexto, a literatura acadêmica da Contabilidade tem dado atenção para o tema “gerenciamento de resultados contábeis”, sendo visto como área crítica do estudo contábil (MARTINEZ, 2001). Este tema ganhou força durante o século XXI, principalmente após os escândalos com a Enron, em 2001, e da WorldCom, Inc., em 2002, que acabaram “abalando a estrutura” do mercado financeiro, reforçando assim a ideia da discussão sobre os gerenciamentos de resultados e seus impactos. Para Martinez (2001), as informações contábeis colaboram no processo de tomada de decisão e o gerenciamento de resultados pode influenciar a percepção de riscos dos diversos

agentes econômicos que estão associados ao mercado de capitais. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) define gerenciamento de resultados como o “juízo arbitrário no processo de reportar as demonstrações financeiras, com o objetivo de influenciar ou manipular os números apresentados, ainda que dentro dos limites prescritos pela legislação contábil e fiscal” (CVM, 2007, p. 12). Para Martinez (2001, p. 13),

É crucial entender que “gerenciamento” dos resultados contábeis, não é fraude contábil. Ou seja, opera-se dentro dos limites do que prescreve a legislação contábil, entretanto nos pontos em que as normas contábeis facultam certa discricionariedade para o gerente, este realiza suas escolhas não em função do que dita a realidade concreta dos negócios, mas em função de outros incentivos, que o levam a desejar reportar um resultado distinto.

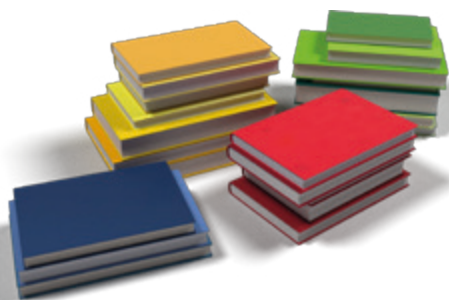
O gerenciamento de resultados envolve manipulação lícita de informações contábeis apresentadas aos usuários (NIYAMA et al., 2015). Nesse caso, de forma oportunista, os gestores das empresas buscam influenciar conscientemente a posição patrimonial e financeira de uma entidade, mediante seleção e aplicação de métodos contábeis aceitos (ou não proibidos) pelos normativos em vigor (NIYAMA et al., 2015). Os gestores se utilizam da flexibilidade de princípios e normas contábeis para obter a imagem desejada da posição patrimonial e financeira da entidade (SANTOS; GRATERON, 2003).

Os estudos de Martinez (2001), Fuji (2004) e Tukamoto (2004) exercem muita influência para a área acadêmica no que diz respeito ao aumento da discussão do tema gerenciamento de resultados contábeis no Brasil, uma vez que colaboraram com as primeiras pesquisas empíricas publicadas. O aumento de inte-

resse e discussão nessa área temática, resultando em novas publicações durante o século XXI, contribui para a geração de conhecimento, que pode auxiliar os usuários da informação, em suas decisões baseadas nas demonstrações financeiras.

Diante do cenário apresentado, o problema de pesquisa proposto pode ser enunciado na forma da seguinte questão: **Como o gerenciamento de resultados tem sido abordado nos artigos publicados nos principais periódicos brasileiros de Contabilidade no período de 2001 a 2017?** Assim, o estudo reportado neste artigo teve como objetivo geral analisar os trabalhos publicados acerca do tema gerenciamento de resultados nos periódicos de Contabilidade brasileiros no período de 2001 a 2017. Para tal, foram propostos e cumpridos os seguintes objetivos específicos: (a) selecionar os artigos sobre o gerenciamento de resultados publicados nos principais periódicos brasileiros de Contabilidade entre os anos de 2001 e 2017; (b) analisar as diferentes características desses artigos selecionados ao longo do período de análise; (c) identificar os procedimentos metodológicos empregados no desenvolvimento dos artigos analisados; e (d) analisar a produtividade dos autores envolvidos na elaboração dos artigos analisados.

O estudo se justifica devido à importância do tema gerenciamento de resultados na Contabilidade e de sua influência na transparência e na confiabilidade das demonstrações financeiras. Ademais, a compilação dos resultados identificados sobre esse tema no Brasil pode servir como informação suplementar a estudos futuros, visto que apresenta um quadro do desenvolvimento das pesquisas na área no País. Segundo Rosa et al. (2010), para se alcançar uma melhor compreensão do desenvolvimento da pesquisa em determinado campo acadêmico, a pesquisa Bibliométrica é de grande valia.



2. Fundamentação teórica

2.1 Teoria da Agência

O desenvolvimento das empresas, por meio da ampliação dos negócios e abertura de novas unidades organizacionais, trouxe a necessidade de profissionalização da gestão. Segundo Jensen e Meckling (1976), as firmas se dividem em duas partes, a propriedade e o controle, que são representadas em dois lados: (i) os proprietários ou acionistas, chamados de principais, que possuem a propriedade da empresa; e (ii) os gestores contratados, chamados de agentes, que possuem a gestão da empresa sob sua responsabilidade. Dada essa relação, podem surgir os chamados conflitos de agência, relacionando-se à diferença de interesses e objetivos e à divisão de trabalho em um relacionamento cooperativo.

Segundo Eisenhardt (1989), os conflitos de agência podem culminar em dois problemas. O primeiro se refere à possibilidade de os desejos e os objetivos do principal serem conflitantes com os do agente, sendo difícil ou oneroso para aquele verificar se o agente se comportou de forma adequada. O segundo é o problema da partilha de risco, que surge quando o principal e o agente preferem ações distintas por causa de suas diferentes preferências ou propensões ao nível de risco (EISENHARDT, 1989).

A resolução desses conflitos em prol de maximizar o bem-estar dentro da firma resulta em "custos de agência". Para Jensen e Meckling (1976), esses custos servem para que o agente não promova ações que prejudiquem o principal e assegurem que ele tome decisões de nível ótimo do ponto de vista deste último. Esses custos de agência podem ser classificados como: (a) custos de monitoramento por parte do principal; (b) custos com a concessão de garantias contratuais por parte do agente; e (c) custo residual. Martinez (1998) ainda destaca

quatro aspectos relacionados aos custos de agência: (a) problemas na criação das relações entre principal e agente; (b) problemas de controle e acompanhamento desse contrato; (c) problemas de mensuração de desempenho do agente; e (d) problemas de conclusão da relação entre agente e principal.

Salienta-se que, com raízes nos conflitos de agência e assimetria informacional entre o agente e o principal, surgiram os estudos sobre a governança corporativa, com vistas a reduzir o impacto causado pelos conflitos de interesse destacados na teoria da agência. Santos (2011) define governança corporativa como os procedimentos que os gestores e os acionistas devem conduzir para uma boa gestão na empresa.

Esse conflito entre agente e principal, que levou os gestores de muitas empresas a alterarem, de forma deliberada, os resultados financeiros reportados, de forma a atingir objetivos específicos, que resulta no que é chamado de "gerenciamento de resultados", pode contribuir com o aumento da assimetria informacional (LOPES; TUKAMOTO, 2007).

2.2 Gerenciamento de resultados

O termo "gerenciamento de resultados" é utilizado com maior frequência nos Estados Unidos da América, e o termo "contabilidade criativa" é usado comumente na Europa (NIYAMA et al., 2015). Conforme Fields et al. (2001), as escolhas contábeis influenciam resultados contábeis e podem induzir, por exemplo, arranjos contratuais, precificação de ativos e agentes externos. A escolhas contábeis podem, por exemplo: (a) maximizar o desempenho e a posição financeira mais conveniente da entidade; (b) maximizar ganhos para os próprios gestores e contadores; (c) ser originadas de pressões institucionais internas (contratos, por exemplo) e externas (mercado-lógicas, por

exemplo) em razão do envolvimento de interesses políticos, econômicos e sociais; e (d) se adequar a regulações para diminuir o pagamento de tributos (HEALY; WAHLEN, 1999; NIYAMA et al., 2015).

Para Martinez e Cardoso (2009), o gerenciamento de resultados está relacionado com essas escolhas de práticas contábeis e também com decisões operacionais com o objetivo de comunicar resultados contábeis distintos dos que seriam divulgados sem a adoção de tais práticas ou decisões. Assim, Cupertino (2013) aponta que o Gerenciamento de Resultados pode ser classificado em duas categorias: gerenciamento de resultados por *accruals* (GRA) e gerenciamento de resultados por decisões operacionais (GRDO). Tais categorias apresentam algumas diferenças fundamentais, entre elas, o impacto no fluxo de caixa operacional.

Segundo Cupertino (2013), o GRDO é realizado durante o exercício financeiro, de acordo com a tomada de decisão dos gestores de como anda o negócio ao longo do ciclo operacional. A manipulação da informação contábil pode estar vinculada às despesas de venda, administrativas e gerais, bem como à receita operacional da empresa (MARTINEZ, 2009). Já o GRA, conforme Cupertino (2013), é conduzido principalmente entre o encerramento do exercício social e a publicação das demonstrações financeiras. Os gestores avaliam o resultado das operações realizadas ao longo do exercício e definem o montante a ser lançado a título de gerenciamento por *accruals*. Martinez (2013) enfatiza que a maioria absoluta dos trabalhos científicos publicados no Brasil, ainda é concentrada no GRA, sendo que a pesquisa sobre a utilização das decisões operacionais como forma de gerenciamento de resultados não vem sendo muito abordada.

Segundo Martinez (1998), a Contabilidade produz informações em que o principal e o agente baseiam suas relações e a informação contábil pode afetar a percepção do risco e sua distribuição entre os agentes econômicos no mercado. O gerenciamento de resultados existe dentro dessa relação principal-agente, e se deve levar em consideração a questão de que ele pode ser praticado nas decisões operacionais da firma. Martinez (2001) classifica a prática do gerenciamento de resultados sob três formas: (i) *Target Earnings* – prática de gerenciar o resultado para aumentar (melhorar) ou diminuir (piorar) a lucratividade da empresa. A manipulação desses resultados tem como principal finalidade atingir determinadas metas da firma, sejam elas abaixo

ou acima do resultado apurado (real); (ii) *Income Smoothing* – caracteriza-se pela suavização dos resultados apurados, sendo que sua utilização visa manter os resultados em determinado nível e evitar excessivas flutuações; e (iii) *Big Bath Accountig* – refere-se a um conjunto de medidas tomadas para reduzir drasticamente os resultados correntes da empresa, de forma a possibilitar a apresentação de lucros expressivos no futuro.

Para Martinez (2001), os principais motivos apontados para a prática do gerenciamento de resultados são: (a) desejo de preservar o cargo, mesmo que isso implique comprometer a qualidade dos resultados contábeis apresentados; (b) pressão dos acionistas por resultados trimestrais cada vez maiores e melhores,

bem como o anseio de atrair novos investidores e acionistas; e (c) ambição de obter bônus significativos (compensação), ainda que isto implique sacrifício futuro da organização.

2.3 Estudos anteriores

Alguns estudos bibliométricos, já foram realizados sobre o tema gerenciamento de resultados em diversos meios de comunicação científica no Brasil, tais como: Avelar e Santos (2010), Rosa et al. (2010), Machado et al. (2011), Martinez (2013), Machado e Beuren (2014) e Seidler e Decourt (2014). O Quadro 1 apresenta um resumo desses estudos.

O estudo apresentado neste artigo se diferencia dos demais em relação ao período de análise ser o mais amplo: 17 anos. Além disso,

Quadro 1 – Estudos bibliométricos anteriores sobre gerenciamento de resultados

Autores	Amostra	Principais resultados
Avelar e Santos (2010)	26 artigos de periódicos das áreas de Administração e de Contabilidade do país entre os anos de 2000 e 2009.	Há um grande aumento do número de pesquisas publicadas sobre o tópico nos últimos anos (80% dos artigos foram publicados entre 2007. Há uma alta centralização da produção em apenas três autores (responsáveis por mais de 45% da produção analisada). As redes de cooperação existentes entre os pesquisadores são pouco extensas, dispersas e sem laços entre si. 73,08% dos artigos são empíricos. 84,21% dos tipos de gerenciamento foram baseados em <i>accruals</i> . 57,14% foram fundamentados em bases de dados. Três autores foram responsáveis por mais de 45% da produção no período. 48% dos autores publicaram apenas uma vez.
Rosa et al. (2010)	39 artigos publicados nos principais congressos brasileiros ligados à Contabilidade do país entre 2004 e 2009.	Apesar de a pesquisa brasileira sobre <i>Earnings Management</i> estar em ascensão quanto ao número de artigos publicados, tendo este aumentado a cada ano estudado, o campo de produção científica nessa área não está consolidado, caracterizando-se pela existência de redes de relacionamentos pouco coesas e integradas entre autores e entre instituições, indicando que muitas conexões ainda podem ser estabelecidas. Foram identificados 48 autores, sendo que 30 deles publicaram apenas um artigo e seis participaram de 71,8 % dos trabalhos publicados. Em relação às instituições, verificou-se que a USP e a FUCAPE são centrais no campo de pesquisa.
Machado et al. (2011)	72 artigos publicados em 15 periódicos de divulgação brasileira e internacional de pesquisas em Contabilidade entre os anos de 2000 e 2009.	Verificou-se um maior número de artigos sobre o tema publicados em periódicos estrangeiros. 58,7% dos artigos foram classificados como quantitativos. Dos 128 autores, um possui de quatro publicações, outro possui três publicações, 13 possuem duas publicações. Os demais 113 apresentaram apenas uma publicação sobre o tema no período. Sobre a temática, 40% dos estudos estiveram contidos na temática contábil, 26% de finanças e 21% de auditoria e estruturação societária. O autor mais referenciado foi Dechow et al. (1995).
Martinez (2013)	50 artigos de periódicos da <i>Scientific Periodicals Electronic Library</i> (SPELL) de 2008 até 2013, além de congressos, teses e dissertações.	O gerenciamento de resultados revela-se num tópico diversificado e vasto, embora relativamente recente. A maioria dos estudos brasileiros no assunto foi publicada nos últimos dez anos e a produção científica tem se acelerado recentemente. A maioria absoluta dos trabalhos científicos publicados no Brasil, ainda é concentrada no GRA.
Machado e Beuren (2014)	32 artigos de 10 periódicos nacionais entre o período de 2002 a 2010.	Os autores e suas redes sociais de produção se originam em sua maioria da Universidade de São Paulo. O tema mais pesquisado foi o de métodos ou meios de realizar o gerenciamento de resultados, abrangendo os modelos de mensuração de <i>accruals</i> , com destaque ao Modelo Kang e Sivaramakrishnan. A pesquisa descritiva, com base documental e abordagem quantitativa foram as formas mais utilizadas dentre os artigos pesquisados. 53% dos trabalhos, foi elaborado por dois autores, sendo reduzida a quantidade de artigos elaborada por um único autor, 12,5%.
Seidler e Decourt (2014)	42 artigos publicados em periódicos brasileiros entre os anos de 2006 e 2013.	Verificou-se que a maioria dos estudos possui dois ou três autores, sendo a USP a instituição que apresenta maior número de publicações. Os principais enfoques dos estudos sobre Gerenciamento de Resultados estão relacionados com a Governança Corporativa e a Auditoria. Verificou-se, também, uma predominância de artigos empíricos os quais utilizaram a técnica desenvolvida por Kang e Sivaramakrishnan (KS) para a mensuração dos <i>accruals</i> discricionários. Os resultados revelaram, ainda, que apesar de o tema ainda ser pouco explorado no Brasil, ocorreu um crescimento da produção científica em relação a 2006, especialmente, nos anos de 2007, 2009 e 2012. Os estudos com dois autores são os de maior ocorrência no período analisado, representando 47,6% da amostra. Predominância dos estudos empíricos (28 artigos) em relação aos estudos teóricos (14 artigos). Os estudos apresentados utilizaram, em sua maioria, dados de empresas nacionais de capital aberto e listadas na Bolsa de Valores (BOVESPA).

Fonte: Elaborado pelos autores.

foi empregada uma série de categorias usadas nos estudos prévios, de forma a permitir uma maior comparabilidade entre os resultados. Espera-se, assim, agregar ao conhecimento da área a partir da consolidação abrangente das informações sobre o campo de estudo.

3. Metodologia

A pesquisa desenvolvida pode ser classificada como descritiva e de natureza quantitativa, cujos procedimentos metodológicos foram inspirados nos trabalhos citados na subseção anterior. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram selecionados os principais periódicos de Contabilidade da área de "Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo" de estrato A1 a B3, em consulta ao site da CAPES (www.capes.gov.br), pelo "QUALIS". No Quadro 2, salientam-se os periódicos analisados.

Foram feitos filtros na consulta dos periódicos em seus respectivos sítios, considerando apenas os periódicos nacionais e que apresentaram as palavras-chave nos campos de busca por título: "gerenciamento de resultados", "gerenciamento de lucros", "earnings management" e "accruals". A amostra consistiu em 63 artigos publicados nos 10 periódicos supracitados no período de 2001 a 2017 (século XXI). Salienta-se que se escolheu esse interregno temporal devido às produções semanais no país sobre o tema terem sido publicadas a partir dos anos 2000, e os periódicos já terem divulgados seus artigos publicados até o ano de 2017 durante o período da pesquisa.

Os principais dados coletados sobre os artigos selecionados foram tabulados no *software Microsoft® Excel* (MS-Excel) 2013, para facilitar a análise. Foram usadas categorias dos estudos citados na subseção 2.3 deste trabalho para a tabulação. Poste-

riormente, com base nos dados tabulados, realizaram-se as análises dos artigos selecionados por meio das seguintes técnicas: estatística descritiva e análise bibliométrica. A estatística descritiva consiste, conforme Carlos (2004), na elaboração de tabelas, gráficos e medidas que são exploradas no intuito de facilitar o entendimento das informações.

Por sua vez, a análise bibliométrica, segundo Vanti (2002), é um conjunto de técnicas de pesquisa que utiliza procedimentos matemáticos e estatísticos para investigar e quantificar os estudos de produção científica, bem como análise comportamental dos seus respectivos pesquisadores, para divulgação das informações. Conforme salienta Araújo (2006), essa técnica não se

limita somente a edições, exemplares dos livros, bem como sua quantidade de palavras, mas também para outros formatos de produção bibliográfica, como artigos de periódicos e outros tipos de documentos. Nesse contexto, empregou-se também a Lei de Lotka, uma análise da frequência de publicações geradas por autor (ARAÚJO, 2006), que sinaliza a consolidação ou não de uma área temática no meio acadêmico, tendo em vista as publicações dos pesquisadores quanto ao assunto.

4. Análise e discussão dos resultados

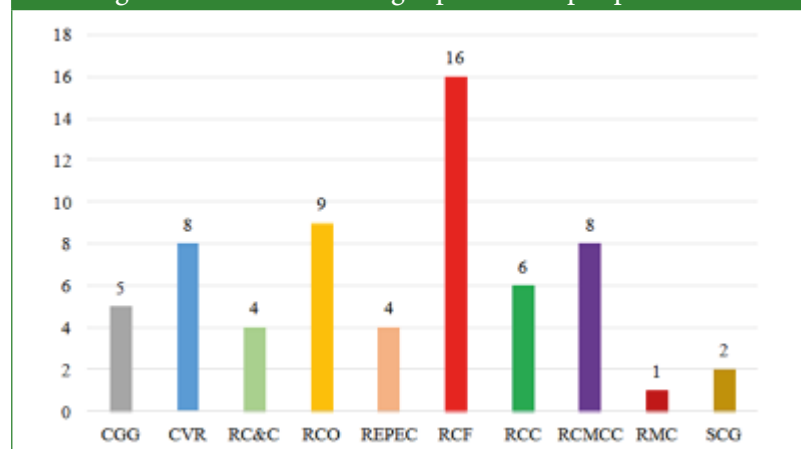
Na Figura 1, dentro da lista de periódicos relacionados ao tema

Quadro 2 – Periódicos que apresentaram artigos relacionados ao tema

Periódico	Sigla	Qualis
Contabilidade, Gestão e Governança	CGG	B1
Contabilidade Vista & Revista	CVR	A2
RC&C - Revista de Contabilidade e Controladoria (UFPR)	RC&C	B3
RCO - Revista de Contabilidade e Organizações	RCO	A2
REPEC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	REPEC	B1
Revista Contabilidade & Finanças (Online)	RCF	A2
Revista Contemporânea de Contabilidade	RCC	A2
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	RCMCC	B2
Revista Mineira de Contabilidade	RMC	B3
Sociedade, Contabilidade e Gestão	SCG	B2

Fonte: Elaborada pelos autores

Figura 1 – Número de artigos publicados por periódico



Fonte: Dados da pesquisa.

detalhado no Quadro 2, tem-se o número de artigos publicados por periódico (uma média de 6,3 artigos publicados por periódico). Salienta-se que quatro periódicos (RCF, RCO, CVR e RCMCC) concentraram 65,1% de todos os artigos averiguados (41 artigos). A RCF e a RCO, da Universidade de São Paulo, foram as que mais publicaram artigos a respeito do tema estudado. Houve um aumento progressivo com o número de artigos de Contabilidade no Brasil publicados no século XXI. Em 2003, verificou-se apenas um artigo publicado ante 9 em 2017. Em média, houve um crescimento anual de 31,11% no número de publicações a respeito com o tema gerenciamento de resultados entre o período de 2001 a 2017, totalizando 63 artigos. Tal resultado corrobora o exposto por Rosa et al. (2010), Martinez (2013) e Seidler e Decourt (2014). Estes últimos autores, por exemplo, ressaltam que, apesar de ser um tema ainda pouco explorado no Brasil, o número de publicações tem aumentado no período recente.

Na Figura 2, demonstram-se os resultados da análise dos artigos de acordo com a sua classificação em teóricos e empíricos para o período analisado. Observa-se uma predominância na publicação de artigos empíricos comparados aos teóricos (62 a 1). Tais resultados coadunam com o exposto em Avelar e Santos (2010) e Seidler e Decourt (2014), mesmo com recortes temporais distintos. Paula et al. (2012) destacam o crescimento dos métodos e paradigmas com base empírica, principalmente a partir do século XXI, enquanto há uma diminuição dos métodos não empíricos, ou teóricos, o que nos mostra a tendência de concentração desse tipo de método. Com relação à diminuição das publicações de pesquisas teóricas:

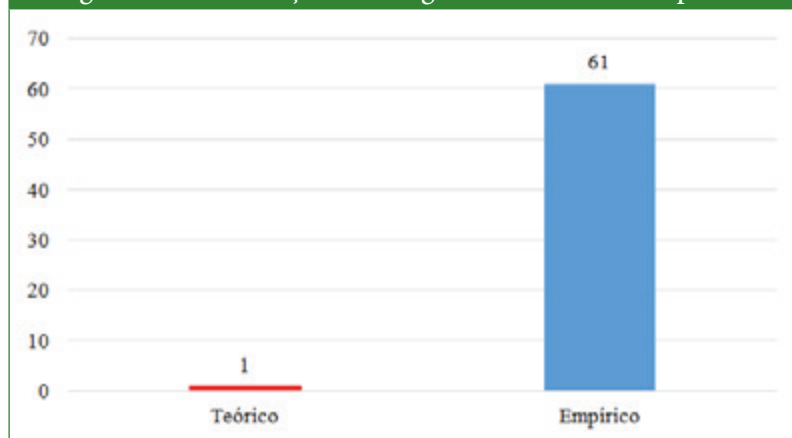
Trabalhos que utilizaram os métodos Não Empíricos Teóricos e Ensaio, apesar da pouca participação no cômputo geral, contribuíram efetivamente para a realização de novas pesquisas. Este fato revela a importância destes tipos de trabalhos, que não podem ser deixados de lado em prol da concentração de estudos com abordagem puramente empírica. (Paula et al., 2012, p.47).

No que se refere à abordagem, a Figura 3 demonstra que 90,5% das pesquisas foram estudos referentes a Contabilidade Financeira, com 57 artigos. Novamente, os re-

sultados convergem com o apresentado por Avelar e Santos (2010) e Seidler e Decourt (2014). Para aqueles primeiros autores, essa predominância pode demonstrar que há certa consolidação em pesquisas e grupos de estudos na área de Contabilidade Financeira.

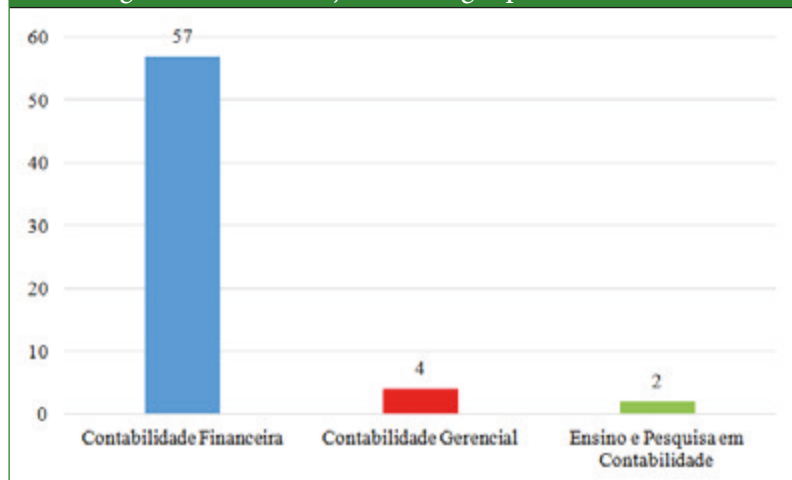
Outra métrica preponderante é de que as publicações tendem a ser de caráter quantitativo. Na análise feita com base nos dados da Figura 4, 73,0% das publicações foram quantitativas, ante 19,1% quali-quantitativa e 7,9% qualitativas. Esse resultado corrobora aqueles apurados por Machado

Figura 2 – Classificação dos artigos em teóricos ou empíricos



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 3 – Classificação dos artigos por área abordada



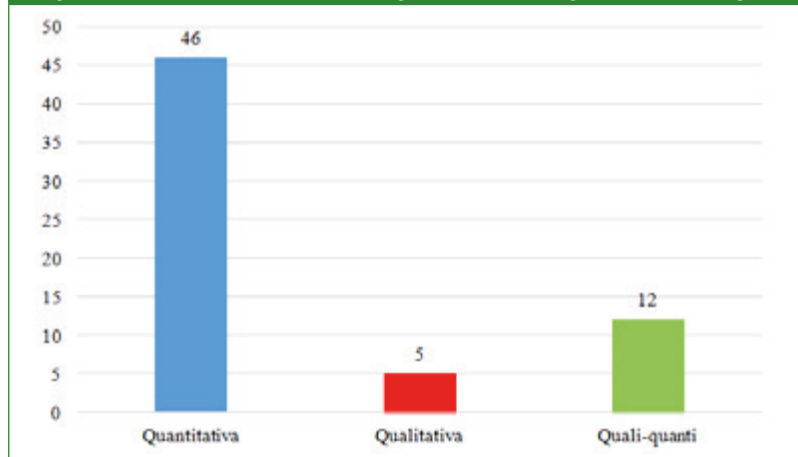
Fonte: Dados da pesquisa.

et al. (2011) e Machado e Beuren (2014), que relataram que mais de 50% dos estudos empíricos em Contabilidade analisados, apresentaram caráter quantitativo em seu desenvolvimento.

Na Figura 5, demonstra-se a totalidade dos estudos desenvolvidos no Brasil sobre Gerenciamento de Resultados, identificando qual tipo de manipulação era abordado nas pesquisas. Para isso, levantou-se quais publicações eram voltadas somente para o estudo de GRA e quais abordavam para ambos os casos (GRA e GRDO). Nessa análise, não foi possível identificar casos de estudos dos sobre GRDO devido à falta de artigos que abordassem somente este tema. Conforme Tabela 5, há uma superioridade de pesquisas que adotaram, como base de informação, as manipulações somente nos *acruals*, 82,5%, enquanto 17,5% para ambos os tipos na pesquisa. Tal resultado ratifica o exposto em Martinez (2013) e Machado e Beuren (2014). Aquele autor enfatiza que a grande maioria dos trabalhos científicos publicados no Brasil ainda é concentrada no GRA em detrimento do GRDO.

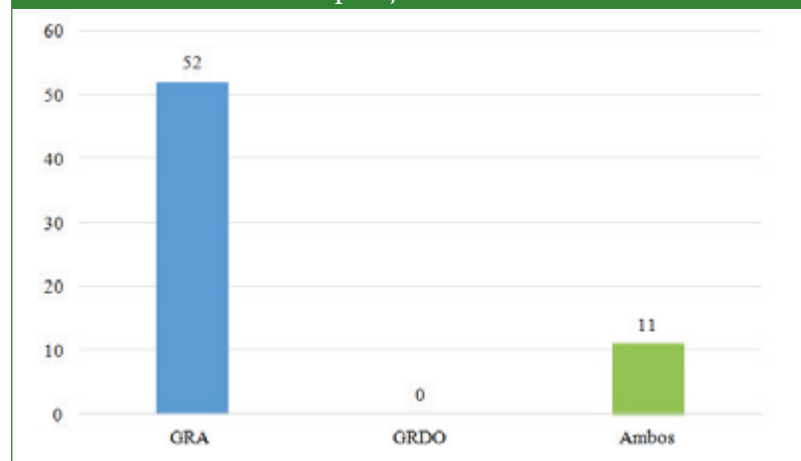
Na Tabela 1, tem-se a relação dos principais métodos de coleta de dados utilizados nos artigos publicados analisados. O principal método utilizado pelos autores para a coleta de dados em seus estudos foi por meio do uso de um banco de dados (Econômica®, por exemplo). Na Tabela 1, verifica-se que 78,9% das pesquisas analisadas abordaram esse método de coleta de dados. Esse resultado expressivo corrobora as análises de Avelar e Santos (2010) e Seidler e Decourt (2014). Salienta-se que o uso de pesquisas documentais e bibliométricas também são usualmente empregadas nas pesquisas das áreas de Conta-

Figura 4 – Classificação dos artigos por abordagem metodológica



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 5 – Classificação dos artigos quanto ao tipo de manipulação abordado



Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 1 – Quantidade de métodos usados para coleta de dados nas publicações

Métodos	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Bases de dados	60	78,95
DELPHI	0	-
Entrevistas não estruturadas	0	-
Entrevistas semiestruturadas	0	-
Experimento	0	-
História de vida	0	-
História oral	0	-
Observação não participante	0	-
Pesquisa ação	0	-
Pesquisa bibliométrica	7	9,21
Pesquisa documental	8	10,53
Questionário	1	1,32
Total	76	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

bilidade que foram apuradas.

Já, na Figura 6, tem-se o número de autores por artigo considerando todos os artigos averiguados. Entre todos os trabalhos acadêmicos publicados no período analisado, 87,30% dos estudos foram feitos por 2 a 4 autores. Esse dado demonstra que há uma menor individualidade das pesquisas e, com isso, maior participação, interação e troca de informações entre os pesquisadores. Essa forte integração entre os autores corrobora os estudos de Avelar e Santos (2010), Seidler e Decourt (2014) e Machado e Beuren (2014).

Por fim, na Figura 7, aponta-se o número de publicações por autor observado e o estimado com base na Lei de Lotka. Este gráfico sinaliza que foram observadas 136 publicações feitas por apenas 1 (um) autor versus 94 estimadas pela Lei de Lotka. O estimado era de 60,80% e o observado foi de 87,74%. Tal resultado indica uma baixa consolidação nas pesquisas, o que tende a influenciar negativamente o desenvolvimento da área. Tal situação já foi averiguada em outros estudos sobre o tema, com recortes temporais e amostrais diferentes, como Rosa et al. (2010), Avelar e Santos (2010) e Machado et al. (2011). Em todos os casos, observou-se uma grande quantidade de trabalhos sendo realizadas por poucos autores (*continuants*), enquanto a grande maioria dos pesquisadores publicou apenas um artigo no período (*one-timers*). Segundo aqueles primeiros autores, “o campo de produção científica nessa área não está consolidado, caracterizando-se pela existência de redes de relacionamentos pouco coesas e integradas entre autores e entre instituições, indicando que muitas conexões ainda podem ser estabelecidas” (ROSA et al., 2010, p. 189).

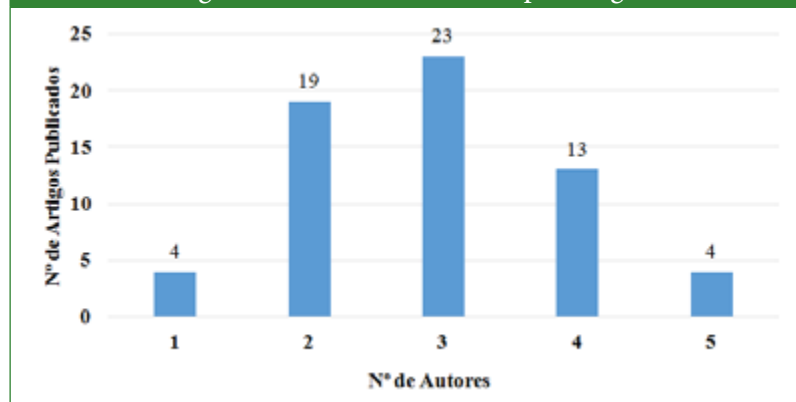
5. Considerações finais

O estudo apresentado neste artigo buscou contribuir para a reflexão e discussão sobre como tem sido tratado o tema “gerenciamento de resultados em periódicos de Contabilidade no Brasil.” Inicialmente, o trabalho mostrou a importância deste tema para a sociedade, abordando o crescimento acerca das publicações e estudos do tema, tanto a nível nacional quanto internacional. Na pesquisa, analisaram-se os principais periódicos publicados brasileiros de Contabilidade da área de “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo” de

estrato A1 a B3 do Qualis, no período entre 2001 e 2017.

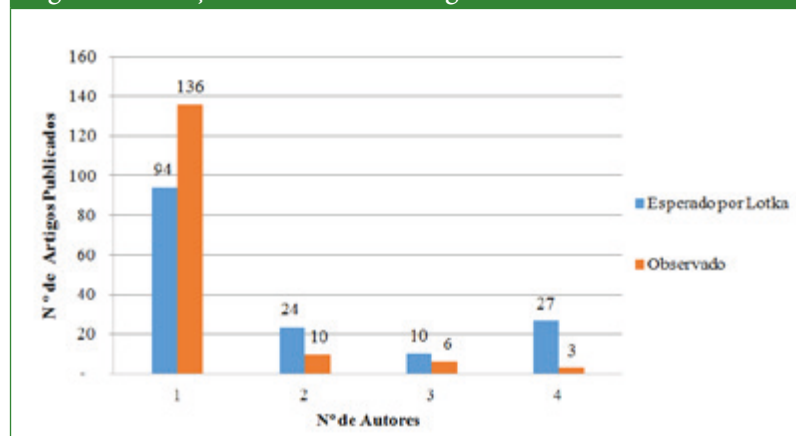
No total, foram identificados e analisados 63 artigos. Os resultados indicaram uma grande expansão das pesquisas publicadas sobre gerenciamento de resultados no Brasil nos últimos anos. Entretanto, o estudo também apontou que há uma grande centralização da produção dos artigos no Brasil abordando estudos similares. Identificou-se que há uma hegemonia em artigos empíricos comparados aos teóricos, bem como uma superioridade em publicações de caráter quantitativo em relação àquelas de caráter qualitativo. Há, ainda, uma superioridade de estudos voltados para a área

Figura 6 – Número de autores por artigo



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 7 – Relação entre autores e artigos considerado a Lei de Lotka



Fonte: Dados da pesquisa.

“Os resultados indicaram uma grande expansão das pesquisas publicadas sobre gerenciamento de resultados no Brasil nos últimos anos. Entretanto, o estudo também apontou que há uma grande centralização da produção dos artigos no Brasil abordando estudos similares.”

da Contabilidade Financeira. Entre os estudos levantados, o método de coleta de dados preponderante foi de banco de dados.

Dos artigos analisados, constatou-se que 82,5% das pesquisas abordaram sobre o GRA. Esse resultado, segundo Martinez (2013), sinaliza que as publicações trabalham mais com a questão do gerenciamento de resultados pelos *accruals*, embora existam outras áreas que podem ser estudadas e levadas ao público, tais como os estudos sobre GRDO. Em parte, tal situação parece negativa para a produção de conteúdo na área, uma vez que a grande maioria dos estudos é elaborada da mesma forma, abordando casos similares. Assim, em tese, os artigos seguem uma mesma linha de raciocínio, indicando certa consolidação, mas pouco contribui para uma diversidade de áreas a respeito de gerenciamento de resultados a serem discutidos pela academia. Por ser um tema prolífico de possíveis perspectivas, acredita-se

que deveriam existir mais publicações abordando outros pontos de vista acerca de gerenciamento de resultados.

Entre todos artigos publicados analisados, a maioria das publicações foram elaboradas por mais de um autor, o que reforça a maior interação entre os pesquisadores na área. Por outro lado, baseando-se na lei bibliométrica desenvolvida por Lotka, apurou-se que há uma baixa consolidação nas pesquisas voltadas ao tema gerenciamento de resultados, uma vez há uma grande quantidade de estudos desenvolvidos por apenas um autor (*one-timers*), um aspecto negativo na consolidação da área.

Salientam-se algumas limitações da pesquisa desenvolvida. Primeiramente, o estudo enfocou somente periódicos, e não foram considerados outros veículos de comunicação pública de informações científicas. Ademais, foram consideradas somente pesquisas escritas em português e inglês publicadas em periódicos nacionais.

Apesar dessas limitações, acredita-se que a pesquisa reportada neste trabalho tenha contribuído para o estudo do tema gerenciamento de resultados, ao destacar algumas das características dos principais artigos sobre o mesmo. Além disso, identificaram-se pontos que poderiam ser mais abordados pelos pesquisadores, a fim de sustentar o incentivo ao estudo de outros pontos da área temática, tanto na área financeira quanto gerencial.

Pesquisas futuras poderiam trazer para análise estudos acadêmicos publicados em outros países, bem como em outros veículos de comunicação pública (anais de congressos, teses, dissertações, livros, etc.). Desse modo, tais estudos possibilitariam uma comparação com os periódicos nacionais. Outra sugestão é de que fosse levantado quais as causas que levam os pesquisadores no Brasil a trabalharem mais com pesquisas voltadas ao gerenciamento de resultados por *accruals* (GRA) em detrimento do GRDO.

6. Referências

ARAÚJO, C. A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Revista Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

AVELAR, E. A.; SANTOS, T. H.; Gerenciamento de Resultados Contábeis: Uma Análise das Pesquisas Realizadas no Brasil Entre os Anos de 2000 e 2009. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 19 - p. 33, set./dez., 2010.

CARLOS, F. A. Gestão de satisfação e fidelidade do cliente: um estudo com turistas em hotéis. 87 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Ofício-circular CVM/SNC/SEP N.º 01/2007. Disponível em: <http://sistemas.cvm.gov.br/port/atos/oficios/OFCIO-CIRCULAR-CVM-SNC-SEP-01_2007.asp>. Acesso em: 27 mai. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento conceitual básico (R1) para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. 2011. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2017.

CUPERTINO, C. M. Gerenciamento de resultados por decisões operacionais no mercado de capitais brasileiro. 2013. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013

DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G.; SWEENEY, A. P. Detecting earnings management. *The Accounting Review*, [s.l.], v. 70, p. 193-225, 1995.

EISENHARDT, K. M. Agency theory: an assessment and review. *The Academy of Management Review*, vol.14, n.1, p. 57-74, January 1989.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VICENT, L. Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, n. 1-3, p. 255-307, 2001.

FUJI, A. H. Gerenciamento de resultados contábeis no âmbito das instituições financeiras atuantes no Brasil. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

HEALY, P. M.; WAHLEN, J. M. A. Review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13, p. 365-383, 1999.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency cost and ownership, structure. *Journal of Financial Economics*, [s.l.], v. 3, p. 305-360, 1976.

LOPES, A. B.; TUKAMOTO, Y. S. Contribuição ao estudo do “gerenciamento” de resultados: uma comparação entre as companhias abertas brasileiras emissoras de ADRs e não-emissoras de ADRs. *Revista de Administração*, São Paulo, v.42, n.1, p.86-96, 2007.

MACHADO, D.; BENETTI, J.; BEZERRA, F. Análise da produção científica sobre “earnings management” em periódicos brasileiros e internacionais de contabilidade. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, Lisboa, v. 10, n. 4, p. 50-65, 2011.

MACHADO, D. G.; BEUREN, I. M. Gerenciamento de resultados: análise das publicações em periódicos brasileiros de contabilidade. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v.33, n.1, p.19-36, jan/abr. 2014.

MARTINEZ, A. L. Agency Theory na Pesquisa Contábil. Foz do Iguaçu: Anais Encontro da ANPAD – ENANPAD 1998, set. 1998.

_____. Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias brasileiras. 2001. 167f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

_____. Gerenciamento de resultados no Brasil: um survey da literatura. *Brazilian Business Review*, Vitória, v. 10, n. 4, Art. 1, p. 1 - 31, out.-dez. 2013.

MARTINEZ, A. L.; CARDOSO, R. L. Gerenciamento da informação contábil no Brasil mediante decisões operacionais. *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 1-27, 2009.

NIYAMA, J. K.; RODRIGUES, A. M. G.; RODRIGUES, J. M. Algumas reflexões sobre contabilidade criativa e as normas internacionais de contabilidade. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 11, n. 1, p. 69-87, 2015.

PAULA, M. M.; SILVA, A. J. S.; VIEIRA, J.; COUTINHO, A. Diálogo Científico nos Congressos Anpcont: Diversidade Inovadora ou Isomorfismo Institucionalizado? *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v. 15, n. 3, p. 35-51, 2012.

ROSA, A. F.; MENDES, A. C. A.; TEIXEIRA, G. M. A.; MARTINS, S. Earnings Management no Brasil: uma análise sob a perspectiva sociométrica e bibliométrica. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, v. 21, n. 4, p. 189-218, 2010.

SANTOS, A. dos; GRATERON, I. R. G. Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 14, n. 32, p. 07-22, 2003.

SANTOS, E. J. *Governança corporativa & Políticas Públicas*. Curitiba: Juruá, 2011.

SEIDLER, J. C. O.; DECOURT, R. F. Gerenciamento de resultados: análise bibliométrica dos estudos científicos nacionais no período de 2006 a 2013. *Registro Contábil*, Maceió, v. 5, n. 2, p. 21-48, 2014.

TUKAMOTO, Y. S. Contribuição ao estudo do "Gerenciamento" de resultados: uma comparação entre as companhias abertas brasileiras emissoras de ADRs e não emissoras de ADRs. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2004.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.
